



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VICTORIA VENANCIO DA SILVA

**VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO
FEMININA: MULHERES HAITIANAS NO NORTE DO PARANÁ**

Londrina
2026

VICTORIA VENANCIO DA SILVA

**VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO
FEMININA: MULHERES HAITIANAS NO NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Rosecler Alcará

Financiamento:



Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586v Silva, Victoria Venancio da.
Vulnerabilidade em informação e competência em informação em contexto de migração feminina : mulheres haitianas no norte do Paraná / Victoria Venancio da Silva. - Londrina, 2026.
173 f. : il.

Orientador: Adriana R. Alcará Engelman.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2026.
Inclui bibliografia.

1. competência em informação - Tese. 2. migração haitiana - Tese. 3. mulheres migrantes - Tese. 4. ; vulnerabilidade informacional - Tese. I. Engelman, Adriana R. Alcará. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

VICTORIA VENANCIO DA SILVA

**VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO E COMPETÊNCIA
EM INFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE MIGRAÇÃO
FEMININA: MULHERES HAITIANAS NO NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana R. Alcará Engelmann
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina
(UEL)

Profa. Dra. Ana Maria Mendes Miranda
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Profa. Dra. Terezinha Elisabeth da Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina
(UEL)

Suplentes

Profa. Dra. Juliana Cardoso dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Leticia Gorri Molina
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina
(UEL)

AGRADECIMENTOS

Pesquisar a migração feminina a partir das experiências de mulheres haitianas permitiu compreender a migração como um fenômeno atravessado por desigualdades sociais e estruturais que impactam diretamente nas trajetórias vividas. Esse percurso de pesquisa reafirmou que o conhecimento não se constrói de forma isolada, mas em diálogo com contextos sociais e políticos. Assim, além de ampliar e enriquecer meu repertório acadêmico, essa investigação contribuiu para uma postura de escuta mais atenta e sensível. As reflexões aqui apresentadas dialogam com minha trajetória pessoal e social, enquanto mulher e filha da classe trabalhadora, e se constituem nas relações estabelecidas com as participantes, instituições e com a comunidade, sem as quais este estudo não teria sido possível.

Assim, expresso a minha mais profunda gratidão às mulheres da minha vida: Minha avó Adelaide Francisco Venancio (*in memoriam*), por ter sido a mulher mais forte que já conheci, por ter me incentivado e me ensinado tudo o que sei sobre amor, respeito e empatia; A Giovanna Torres pelas trocas ao longo da vida e por me mostrar, sem mesmo saber, o caminho tantas vezes, seu amor me faz querer não parar de caminhar. Agradeço a Fabiana Torres por ser meu exemplo de caráter; você foi meu espelho. A minha madrinha Sonia Venancio (*in memoriam*) por ter me incentivado e por ter me mostrado que o estudo e o conhecimento eram sim, o melhor caminho.

Agradeço minha companheira Alene de Sousa Bueno, pelo incentivo, companhia, amor e sobretudo paciência, obrigada por não me deixar desistir mesmo nos dias mais difíceis.

Agradeço em especial a Bianca Marques por ter sido minha maior rede de apoio durante tantos anos, pela paciência, calma e amor. Nada do que sou hoje teria sido possível sem você. Estendo o agradecimento a Irenice Marques, Bruna Marques e Maria Nogueira. Vocês são presentes que a vida me deu.

Agradeço também minhas amigas e parceiras Arlene e Larissa, pelo apoio, intermináveis conversas e por segurarem minha barra quando eu mais precisei. Ter vocês por perto é sorte grande.

Agradeço imensamente a Marta Gomes de Sousa pelas intermináveis conversas, pelo cuidado, risadas e amor. Conviver com você me salvou muitas vezes. Também a Zenilda Gomes de Sousa, uma das pessoas mais gentis que já cruzaram meu caminho, pelos desabafos, conversas e apoio, obrigada por me mostrar com

ações, que eu tenho sim para onde correr. Te admiro imensamente.

Esse percurso desafiador que é a escrita só foi possível graças às trocas, apoio e base de mulheres fortes que presentearam minha trajetória acadêmica. Assim, primeiramente, agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Adriana R. Alcará Engelmann pelo apoio, incentivo, conversas e trocas. Ainda pela condução dos caminhos de pesquisa, desde a graduação.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Maria Mendes Miranda pelo apoio e conversas sobre a vida e sobre a escrita. Nossas trocas contribuíram imensamente para o amadurecimento desta pesquisa. Agradeço também à Profa. Dra Terezinha Elisabeth da Silva pelas ricas contribuições, trocas e incentivo.

Ainda, agradeço a todos os colegas do mestrado e ao Grupo de pesquisa Competência em Informação e Sociedade, pela partilha, apoio e trocas. Minha gratidão especial a Àurea Celeste pelo apoio durante a coleta de dados e pelas conversas que tanto me confortaram.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UEL) pela formação, pelo espaço de reflexão e pelo incentivo à produção de conhecimento comprometido com a realidade social.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo fomento, fundamental para a realização desta pesquisa.

RESUMO

SILVA, Victoria Venancio da. **Vulnerabilidade em informação e competência em informação em contexto de migração feminina**: mulheres haitianas no norte do Paraná. 2026. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

A presente pesquisa analisa os aspectos de vulnerabilidade social e de vulnerabilidade em informação vivenciados por mulheres migrantes haitianas no contexto do Norte do Paraná, considerando a competência em informação sob uma perspectiva de gênero. Parte-se do reconhecimento de que, embora o acesso à informação seja condição fundamental para o exercício da cidadania, sua distribuição e apropriação ocorrem de forma desigual, especialmente em contextos migratórios atravessados por marcadores estruturais como gênero, raça, classe e idioma. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de estudo de campo, que incluiu aplicação de formulário com mulheres haitianas vinculadas às ações da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, observação das atividades institucionais e entrevista com a coordenação do projeto de migração da instituição. Os resultados evidenciam que as vulnerabilidades enfrentadas pelas participantes não se restringem à ausência de informação, mas se manifestam nas dificuldades de acesso, compreensão e uso de informações necessárias ao exercício de direitos, especialmente nos campos da documentação, trabalho, saúde, educação e assistência social. Barreiras linguísticas, institucionais e culturais produzem situações recorrentes de dependência, insegurança e limitação da autonomia, ainda que as mulheres mobilizem estratégias de enfrentamento por meio de redes familiares, comunitárias, religiosas e institucionais. Conclui-se que a vulnerabilidade em informação constitui uma dimensão estrutural da experiência migratória feminina haitiana, articulada a desigualdades sociais mais amplas, e que a competência em informação, compreendida em chave social e relacional, é elemento central para a construção de trajetórias migratórias mais autônomas e para o fortalecimento do acesso a direitos no cotidiano.

Palavras-chave: competência em informação; migração haitiana; mulheres migrantes; vulnerabilidade informacional; gênero.

ABSTRACT

SILVA, Victoria Venancio da. **Information vulnerability and information literacy in the context of female migration:** Haitian women in northern Paraná. 2026. 172 p. Dissertation (Master's Degree in Information Science) – Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2026.

This research analyzes the aspects of social vulnerability and information vulnerability experienced by Haitian migrant women in the context of Northern Paraná, considering information literacy from a gender perspective. It is based on the recognition that, although access to information is a fundamental condition for the exercise of citizenship, its distribution and appropriation occur unevenly, especially in migratory contexts shaped by structural markers such as gender, race, class, and language. This is a qualitative study with an exploratory and descriptive character, developed through field research that included the application of a questionnaire to Haitian women involved in the activities of Caritas Archdiocese of Londrina, observation of institutional activities, and an interview with the coordinator of the institution's migration Project. The results show that the vulnerabilities faced by the participants are not limited to the absence of information, but are expressed in difficulties in accessing, understanding, and using information necessary for the exercise of rights, particularly in the areas of documentation, work, health, education, and social assistance. Linguistic, institutional, and cultural barriers produce recurrent situations of dependence, insecurity, and limited autonomy, even though women mobilize coping strategies through family, community, religious, and institutional networks. It is concluded that information vulnerability constitutes a structural dimension of the Haitian female migratory experience, articulated with broader social inequalities, and that information literacy, understood in a social and relational sense, is a central element for building more autonomous migratory trajectories and for strengthening access to rights in everyday life.

Key-words: information literacy; Haitian migration; migrant women; informational vulnerability; gender.

RÉSUMÉ

SILVA, Victoria Venancio da. **Vulnérabilité informationnelle et compétence informationnelle dans le contexte de la migration féminine**: femmes haïtiennes dans le nord de l'État du Paraná. 2026. 172 f. Mémoire (Master en Science de l'Information) – Centre d'Éducation, de Communication et des Arts, Université d'État de Londrina, Londrina, 2026.

La présente recherche analyse les aspects de la vulnérabilité sociale et de la vulnérabilité informationnelle vécus par des femmes migrantes haïtiennes dans le contexte du nord de l'État du Paraná, en considérant la compétence informationnelle dans une perspective de genre. Elle part du constat que, bien que l'accès à l'information constitue une condition fondamentale pour l'exercice de la citoyenneté, sa distribution et son appropriation se produisent de manière inégale, en particulier dans des contextes migratoires traversés par des marqueurs structurels tels que le genre, la race, la classe et la langue. Il s'agit d'une recherche à approche qualitative, de caractère exploratoire et descriptif, développée à partir d'une étude de terrain, qui a inclus l'application d'un questionnaire auprès de femmes haïtiennes liées aux actions de la Caritas Archidiocésaine de Londrina, l'observation des activités institutionnelles et un entretien avec la coordination du projet de migration de l'institution. Les résultats montrent que les vulnérabilités rencontrées par les participantes ne se limitent pas à l'absence d'information, mais se manifestent dans les difficultés d'accès, de compréhension et d'usage des informations nécessaires à l'exercice des droits, notamment dans les domaines de la documentation, du travail, de la santé, de l'éducation et de l'assistance sociale. Les barrières linguistiques, institutionnelles et culturelles produisent des situations récurrentes de dépendance, d'insécurité et de limitation de l'autonomie, même si les femmes mobilisent des stratégies de résistance à travers des réseaux familiaux, communautaires, religieux et institutionnels. Il est conclu que la vulnérabilité informationnelle constitue une dimension structurelle de l'expérience migratoire féminine haïtienne, articulée à des inégalités sociales plus larges, et que la compétence informationnelle, comprise dans une perspective sociale et relationnelle, est un élément central pour la construction de trajectoires migratoires plus autonomes et pour le renforcement de l'accès aux droits dans la vie quotidienne.

Mots-clés: compétence informationnelle; migration haïtienne; femmes migrantes; vulnérabilité informationnelle; genre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões da Competência em Informação na migração	32
Figura 2 – Processo de vulnerabilidade em informação no contexto da migração	41
Figura 3 – Definições dos termos: migrante; imigrante e refugiado.....	54
Figura 4 – Convite para participação da pesquisa – versão língua portuguesa ...	85
Figura 5 – Convite para participação da pesquisa– versão língua francesa ...	85
Figura 6 – Convite para participação da pesquisa – versão crioulo haitiano.....	87
Figura 7 – Exemplo de card traduzido para os dois idiomas	88
Figura 8 – Exemplo 2 de card traduzido para os dois idiomas	89
Figura 9 – Parte da mesa do <i>cooffe break</i> – pão de queijo e paçoca.....	89
Figura 10 – Brigadeiro, parte da mesa do <i>cooffe break</i>	90
Figura 11 –Bolo de cenoura e cachorro-quente, parte da mesa	90
Figura 12 –Salgadinho de festa – parte da mesa	91
Figura 13 –Categorias de análise	95
Figura 14 –Faixa etária das participantes da pesquisa	99

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	American Library Association
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos Periódicos em Ciência da Informação
CILIP	Chartered Institute of Library and Information Professionals
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
RNM O	Registro Nacional Migratório
SINE	Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	24
2.1	VULNERABILIDADE SOCIAL E EM INFORMAÇÃO	36
2.2	ACESSO À INFORMAÇÃO	43
2.3	RELATOS DE PESQUISA EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E MIGRAÇÃO	46
3	MIGRANTE, IMIGRANTE E REFUGIADO	51
3.1	ASPECTOS SOCIAIS DA MIGRAÇÃO	55
3.2	MIGRAÇÃO NO BRASIL: MARCOS LEGAIS, DIREITOS E POLÍTICAS	57
4	HISTÓRIA DO HAITI E SUA CONDIÇÃO PÓS-COLONIAL	64
4.1	MIGRAÇÃO HAITIANA E SUAS RAÍZES	67
4.2	HAITI NA ATUALIDADE: CONTINUIDADES, RUPTURAS E FORMAS DE RESISTÊNCIA	71
5	DINÂMICAS DE GÊNERO E MIGRAÇÃO	76
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	81
6.1	LOCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA	83
6.1.1	<i>Técnicas Para A Coleta De Dados</i>	<i>91</i>
6.2	PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	93
7	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	96
7.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES E AÇÕES DA CÁRITAS	96
7.2	NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO NO COTIDIANO DE MULHERES HAITIANAS MIGRANTES	102
7.3	BARREIRAS INFORMACIONAIS E VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO NA MIGRAÇÃO.	111
7.4	ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, FONTES DE INFORMAÇÃO E REDES DE APOIO.	115
7.5	INSTITUIÇÕES E AÇÕES INFORMACIONAIS PARA INTEGRAÇÃO	123
7.6	AUTONOMIA INFORMACIONAL E GÊNERO NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA.....	128
7.7	SÍNTESE DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	134

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A	158
	APÊNDICE B	159
	APÊNDICE C	166
	APÊNDICE D	167
	APÊNDICE E.....	171

1 INTRODUÇÃO

A temática da migração tem se consolidado como um dos fenômenos mais significativos do século XXI, revelando não apenas a intensificação dos fluxos de pessoas entre países e continentes, mas também as profundas desigualdades que permeiam esses deslocamentos. Migrar envolve processos históricos e políticos que se conectam à globalização, ao neoliberalismo e às políticas restritivas de circulação, como aponta Sassen (2007) ao destacar a tensão entre um mundo de fronteiras abertas ao capital e fechado à mobilidade dos sujeitos mais vulneráveis. Trata-se de um fenômeno que exige análises multidisciplinares, integrando perspectivas históricas, econômicas, sociais e culturais, para compreender não apenas as razões que impulsionam os deslocamentos, mas também as condições de inserção dos migrantes nos países de destino (Bauder, 2011).

Nesse contexto, a informação se torna um recurso estratégico e essencial para os processos de adaptação, integração e exercício de cidadania pelos sujeitos migrantes. Vitorino (2018) argumenta que o acesso à informação e o desenvolvimento de habilidades para compreendê-la, avaliá-la e utilizá-la de forma crítica são fatores determinantes para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade. No entanto, como evidenciado ao longo desta pesquisa, tais acessos não se distribuem de forma equitativa e tendem a reproduzir desigualdades estruturais já existentes, especialmente quando atravessados por barreiras linguísticas, institucionais e socioculturais. A ausência ou a limitação desses acessos compromete o exercício da cidadania e aprofunda desigualdades sociais, sobretudo entre sujeitos inseridos em contextos de exclusão.

Para, de fato, tratar da relação entre indivíduo e informação, há que se desenhar uma linha imaginária das transformações pelas quais a sociedade contemporânea vem passando: são mudanças culturais, mercadológicas e sociais ao longo de sua trajetória, e na virada do século que ocorreram principalmente no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e na subsequente proliferação de seus recursos e dispositivos, tais como a internet e o smartphone. A sociedade do século XXI emerge então como a sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem, entre outras denominações que aparecem na literatura para identificar o atual paradigma (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018, p. 78).

Assim, a mobilidade humana constitui um traço das sociedades,

acompanhando processos históricos de transformação social, política e econômica em diferentes regiões do mundo. Compreende-se que a circulação de pessoas entre territórios ocorre por múltiplas razões, como guerras, crises políticas, desigualdades econômicas, desastres ambientais ou pela busca de melhores condições de vida. No entanto, vale destacar que esses deslocamentos não acontecem de forma homogênea, mas sim, estruturados por desigualdades que moldam os percursos migratórios e determinam as possibilidades de inserção dos grupos envolvidos. Nesse sentido, é necessário problematizar como os fluxos migratórios estão profundamente conectados a dinâmicas coloniais e pós-coloniais, refletindo sistemas de exploração. Ou seja, compreender fluxos migratórios exige um olhar para além do deslocamento geográfico em si, mas que considere e reconheça os aspectos estruturais e históricos que influenciam essas trajetórias (Sayad, 1998).

Dessa forma, a migração aqui é compreendida como um fenômeno social, político e econômico, que evidencia desigualdades históricas e contemporâneas entre países centrais e periféricos, revelando estruturas de dominação que atravessam a mobilidade humana desde os períodos coloniais. Como destaca Sayad (1998), os fluxos migratórios não ocorrem de forma neutra ou espontânea, mas são condicionados por relações de poder que determinam quem pode migrar, para onde e sob quais condições. Essa lógica de mobilidade seletiva aprofunda hierarquias globais e perpetua dinâmicas de dependência e subordinação entre nações, marcando especialmente os indivíduos advindos do chamado Sul Global. Essa perspectiva é fundamental para compreender por que determinados grupos, como mulheres haitianas, vivenciam formas específicas e agravadas de vulnerabilidade no país de destino.

Portanto, a compreensão desses movimentos também exige reconhecer as contradições entre as políticas migratórias e os discursos de acolhimento, que frequentemente se chocam com práticas institucionais e sociais excludentes (Fernandes; Faria, 2017). Dessa forma, é necessário compreender a migração em um contexto de tensões políticas, onde o acolhimento formal muitas vezes se contrapõe à discriminação e ao racismo no cotidiano dos migrantes. Isso exige um olhar crítico e multidimensional, que vá além da noção de deslocamento geográfico e considere os aspectos políticos, econômicos e simbólicos que moldam as trajetórias dos sujeitos

migrantes.

Nesse contexto, a informação torna-se elemento central para a vida em migração. Ao chegarem ao país de destino, sujeitos migrantes deparam-se com a necessidade imediata de compreender novos sistemas, sejam legais, institucionais e ou sociais, que regulam o acesso a direitos e serviços. Essa necessidade de informação é constante e influencia múltiplas dimensões da vida cotidiana. No entanto, o acesso nem sempre ocorre de forma plena ou equitativa. Barreiras linguísticas, tecnológicas e institucionais dificultam a obtenção e o uso da informação, aprofundando situações de exclusão. Conforme ressalta Vitorino (2018), quando a informação não está disponível, acessível ou compreensível, ela deixa de cumprir seu papel emancipador e passa a constituir um fator de vulnerabilidade, limitando a participação social e a autonomia desses indivíduos.

No contexto caribenho latino-americano, o Haiti se destaca como um dos principais países de origem de fluxos migratórios internacionais, impulsionado por sucessivas crises institucionais, precariedade econômica e pelos efeitos prolongados de desastres naturais e da colonização (Nogueira, 2017). É essencial recordar que o Haiti carrega a marca histórica da Revolução Haitiana (1791–1804), que, embora tenha simbolizado a luta por liberdade e autonomia, resultou em isolamento político e econômico imposto pelas potências coloniais, impactando seu desenvolvimento social e econômico ao longo dos séculos, até os dias atuais (Dubois, 2012).

Esses fatores não podem ser desvinculados da histórica exploração colonial, e da dívida imposta após a independência e da marginalização política e econômica internacional que configuram a estrutura do país (Casimir, 2018). Essas condições têm forçado milhares de haitianos a buscar novas perspectivas de vida em outros países, entre eles o Brasil, que passou a exercer papel significativo nesse processo, especialmente após 2010, quando, diante do agravamento da crise humanitária no Haiti, criou mecanismos administrativos de acolhimento, como o visto humanitário. Sobre esse fato, Fernandes e Faria (2017) analisam que tal medida representou uma resposta institucional do Brasil às demandas de refúgio e migração humanitária, mas ressaltam que, apesar dos avanços normativos, a integração efetiva dos migrantes haitianos ainda enfrenta obstáculos sociais, culturais e informacionais.

É nesse contexto que se inseriu a necessidade de investigar o acesso à

informação como um direito fundamental para a efetiva inclusão social e cidadã dessa população. O acesso e uso da informação são dimensões fundamentais no processo de integração de pessoas migrantes, pois impactam diretamente a capacidade de compreender o novo contexto, acessar serviços essenciais, exercer direitos e tomar decisões de forma autônoma. Como destaca Lloyd e Wilkinson (2017), a informação não é apenas um recurso técnico ou instrumental, mas um elemento estruturante das experiências sociais e culturais dos sujeitos em contextos de deslocamento. O acesso à informação ocorre em esferas múltiplas, sendo elas: formais, informais e experienciadas e envolve processos de reconhecimento, validação e apropriação que podem ser atravessados por barreiras linguísticas, institucionais, tecnológicas, sociais e culturais.

Se por um lado, a migração revela um conjunto de dinâmicas ligadas à economia, trabalho e à circulação de pessoas, por outro, essas dinâmicas não são vivenciadas de maneira homogênea. Quando atravessada por marcadores sociais como gênero, raça e classe, a migração assume contornos ainda mais desiguais. Mulheres migrantes, especialmente aquelas provenientes do Sul Global, vivenciam barreiras que não se limitam ao deslocamento físico, mas que se relacionam com estruturas patriarcais, racistas e classistas, as quais dificultam seu acesso a direitos, proteção institucional e participação social efetiva.

Saffioti (2015) evidencia que as dinâmicas de classe e raça operam conjuntamente com o sistema patriarcal, reforçando condições de vulnerabilidade e exploração das mulheres em contextos de desigualdade estrutural. Ainda Vergès (2019), a partir de uma perspectiva feminista decolonial, acrescenta que essas desigualdades não podem ser compreendidas sem a análise das heranças coloniais, que continuam a exercer poder sobre os corpos, trajetórias e subjetividades de mulheres racializadas e não europeias, em especial nos processos migratórios.

Lussi (2015) acrescenta que é preciso reconhecer essas assimetrias a partir de uma abordagem que considere gênero, raça e classe como eixos fundamentais e indissociados de aspectos de vulnerabilidade. No contexto brasileiro, as mulheres haitianas enfrentam formas agravadas de exclusão social que resultam da combinação entre desigualdade de gênero, racismo estrutural e marginalização migratória. Além das dificuldades materiais, enfrentam também o silenciamento

institucional e simbólico, que limita suas possibilidades de participação e reconhecimento social (Nogueira, 2017). Sendo assim, compreender essas especificidades é fundamental para reconhecer que a migração não é um fenômeno neutro, mas um processo historicamente imposto por desigualdades estruturais que operam de forma seletiva e excludente.

Gênero, aqui compreendido como uma estrutura das relações sociais, organiza diferenças e hierarquias que se expressam de forma desigual na vida de mulheres; Conforme argumenta Saffioti (2015), essas relações são atravessadas por assimetrias de poder que produzem desigualdades persistentes, articuladas a outros marcadores sociais. Nesse sentido, Vergès (2019) destaca que os sistemas migratórios contemporâneos continuam a reproduzir lógicas coloniais que operam de maneira seletiva sobre corpos femininos, aprofundando desigualdades já existentes. Diante disso e seguindo em concordância com o citado, mulheres migrantes, de forma geral, enfrentam maiores dificuldades para acessar direitos, proteção institucional e condições dignas no país de destino. A análise dessas barreiras requer também uma atenção especial ao papel das instituições de acolhimento e às ações voltadas à ampliação do acesso e do uso qualificado da informação, capazes de contribuir para o enfrentamento dessas vulnerabilidades.

Mulheres haitianas, especificamente, carregam uma trajetória histórica de subalternização associada ao passado colonial do Haiti, ao racismo estrutural e às políticas internacionais que reforçam sua dependência econômica e política. Vergès (2019) critica a forma como o Haiti é frequentemente interpretado por uma ótica externa, que tende a invisibilizar sua história de resistência e que trata a população haitiana como eternamente vulnerável e incapaz. Esse enquadramento contribui para reforçar estigmas que as mulheres haitianas levam consigo ao migrar, somando-os às exclusões impostas nos países de acolhimento onde enfrentam barreiras sociais, informacionais e culturais.

Com a intensificação dos fluxos migratórios haitianos para o Brasil, sobretudo a partir de 2010, apareceram com mais clareza as contradições entre o discurso institucional de acolhimento brasileiro e as práticas sociais excludentes, que afetam de forma mais acentuada as mulheres. As condições materiais dessas migrantes são frequentemente precárias, com inserções laborais marcadas pela informalidade,

sobrecarga e baixos salários. Além disso, vivenciam insegurança habitacional e dificuldade de acesso às políticas públicas e serviços básicos. Nogueira (2017) destaca que essas mulheres não enfrentam apenas obstáculos econômicos, mas também silenciamentos, que limitam suas possibilidades de participação social e de reconhecimento como sujeitos de direitos e, diante dessa realidade, torna-se essencial compreender a vulnerabilidade, não como um estado individual, mas como uma condição relacional e estrutural, produzida por contextos de exclusão.

Ao considerar essas múltiplas camadas de vulnerabilidade, é imprescindível refletir sobre as formas pelas quais o acesso à informação ou sua negação contribui para a manutenção dessas desigualdades. Vitorino (2018) propõe o conceito de vulnerabilidade em informação como uma condição socialmente estruturada, resultante das desigualdades históricas e institucionais que limitam o acesso, a compreensão e o uso crítico da informação por determinados grupos. A autora enfatiza que vulnerabilidade não se restringe à carência de recursos informacionais ou tecnológicos, mas envolve barreiras, que inviabilizam a autonomia e a plena participação social dos sujeitos, como já citado anteriormente. Nesse sentido, a vulnerabilidade em informação deve ser compreendida como um fenômeno relacional e dinâmico, que reflete as assimetrias de poder e os processos de exclusão que permeiam os sistemas informacionais, reforçando o silenciamento de vozes e saberes historicamente marginalizados (Vitorino, 2018).

Paiano *et al.* (2017) reforçam que as barreiras informacionais vão muito além dos aspectos técnicos ou cognitivos, estão intrinsecamente relacionadas à disparidade social, política e institucional que condicionam o acesso ao conhecimento e limitam a autonomia dos sujeitos. Essas barreiras não apenas restringem a circulação e o uso significativo da informação, mas também reproduzem dinâmicas históricas de exclusão e silenciamento. Nesse sentido, investigar a vulnerabilidade informacional das mulheres haitianas torna-se essencial para compreender como essas assimetrias impactam suas possibilidades de inserção social e econômica no Brasil, revelando lacunas que precisam ser superadas para que a informação cumpra seu papel como direito e instrumento de emancipação.

Capurro (2003) acrescenta que a informação deve ser entendida em seu contexto sociocultural, cultura e valores. Nos processos migratórios, o acesso à

informação assume papel central: pois permite compreender direitos, acessar serviços, interpretar a nova realidade no país de acolhimento e construir pertencimento. No entanto, essas informações nem sempre são acessíveis às mulheres migrantes, que enfrentam barreiras estruturais, sociais e linguísticas, aprofundando desigualdades e dificultando sua integração.

Dessa forma, compreender de que maneira mulheres haitianas acessam, interpretam e utilizam informações em seu cotidiano permite identificar lacunas institucionais e sociais que perpetuam sua vulnerabilidade, mas também possibilita visibilizar estratégias de resistência, construídas a partir de seus próprios saberes e experiências. Analisar essas dinâmicas à luz da competência em informação, entendida aqui como uma prática crítica, ética e emancipadora, contribui para ampliar os debates sobre inclusão informacional em contextos de migração e para fomentar reflexões acerca do papel das instituições públicas, programas de acolhimento e das políticas de acesso informacional no enfrentamento de desigualdades.

Nesse sentido, a presente pesquisa adotou uma abordagem da competência em informação que vai além da aquisição instrumental de habilidades técnicas. Trata-se de uma perspectiva que compreende esse conceito como um processo formativo, ético e transformador, articulado com a realidade social dos sujeitos e suas condições de acesso e uso da informação. Ao considerar que esse processo envolve dimensões interligadas (técnica, estética, ética e política), busca-se compreender de que modo o desenvolvimento de habilidades informacionais pode favorecer o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas por mulheres haitianas migrantes, ao mesmo tempo em que amplia sua autonomia, senso crítico e participação cidadã nos contextos em que estão inseridas.

A competência em informação consiste num processo, e como tal depende da internalização de fundamentos conceituais e atitudinais, de valores e do desenvolvimento de habilidades necessárias à compreensão do universo informacional – estando aí os recursos (fontes, instrumentos) informacionais com sua dinâmica e evolução para propiciar às pessoas o aprendizado (dirimir dúvidas, lacunas, problemas e atender necessidades e oportunidades de informação), o que se caracteriza em última instância pelo uso da informação para si ou para o outro, seja em benefício próprio ou com a finalidade de comunicar a outras pessoas e à sociedade. Este processo ocorre, deste modo, por meio das dimensões técnica, estética, ética e política em equilíbrio. (Vitorino, 2018, p. 80)

Essa concepção de competência em informação, ancorada em uma perspectiva crítica e transformadora, permite reconhecer que o acesso, a compreensão e o uso da informação não são ações neutras, mas atravessadas por contextos históricos, sociais e culturais que influenciam diretamente as condições de vida dos sujeitos. No caso de mulheres haitianas migrantes, essa abordagem possibilita analisar como suas experiências informacionais estão imbricadas em relações de poder, desigualdade e exclusão. Compreender a competência em informação nesses termos contribui para evidenciar caminhos possíveis de enfrentamento das vulnerabilidades sociais e informacionais que atravessam suas trajetórias migratórias.

Assim, como questões norteadoras da presente pesquisa, buscamos compreender quais são os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados mulheres haitianas migrantes residentes no norte do Paraná e de que forma a competência em informação pode contribuir para o enfrentamento dessas vulnerabilidades. Portanto, esta pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender como a competência em informação pode atuar não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como um processo social capaz de fortalecer a autonomia, cidadania e a participação dessas mulheres, amenizando aspectos de vulnerabilidade presente em suas trajetórias.

A relevância social desta investigação está em problematizar as lacunas informacionais que afetam mulheres migrantes, apontando caminhos para ações mais eficazes de inclusão, acesso e fortalecimento de direitos. No campo acadêmico e científico, a pesquisa contribui para consolidar o debate sobre competência em informação ao articular migração e gênero, ampliando o escopo desse campo no âmbito da Ciência da Informação, com perspectivas críticas e decoloniais voltadas à justiça social e ao compartilhamento equitativo da informação.

Além da relevância social e acadêmica, a escolha do tema desta pesquisa também se insere em um percurso de formação e aprofundamento teórico construído ao longo da trajetória acadêmica da pesquisadora. O interesse pela temática da migração haitiana teve início no Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia, defendido em 2023, no qual foram investigadas as relações entre competência em informação e promoção de cidadania junto a imigrantes e refugiados haitianos

residentes em Londrina/PR. A partir desse primeiro estudo, tornou-se evidente a necessidade de aprofundar a análise, especialmente no que se refere às desigualdades de gênero que atravessam de forma diferenciada as experiências migratórias para mulheres.

No decorrer do mestrado, esse interesse foi tensionado e ampliado a partir do contato direto com migrantes, especialmente nas aulas de português para migrantes, nas quais a pesquisadora atuou como voluntária. A vivência nesse espaço possibilitou a observação de demandas informacionais recorrentes e de barreiras específicas enfrentadas por mulheres migrantes, muitas vezes silenciadas ou menos visibilizadas nos espaços institucionais. Foi a partir dessas experiências empíricas, articuladas ao aprofundamento teórico no campo da migração, gênero e da Ciência da Informação, que emergiu a necessidade de adotar o recorte de gênero como eixo central da pesquisa. Dessa forma, a presente investigação não apenas dá continuidade ao estudo desenvolvido no âmbito da graduação, como também representa um avanço analítico ao incorporar a perspectiva de gênero e a noção de vulnerabilidade em informação, permitindo uma compreensão mais ampla das experiências informacionais de mulheres haitianas migrantes e das desigualdades estruturais que atravessam seus cotidianos.

Este estudo parte da compreensão de que a migração, especialmente quando atravessada por marcadores de gênero, classe e raça, não apenas expõe, mas também intensifica vulnerabilidades estruturais que se manifestam no acesso à informação e na construção de cidadania. A competência em informação, entendida como prática social crítica e emancipadora, surge como uma perspectiva a iluminar essas lacunas e propor caminhos de enfrentamento. Ao investigar os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados por mulheres haitianas no norte do Paraná esta pesquisa busca não apenas mapear desafios, mas propor reflexões que contribuam para políticas de acolhimento mais inclusivas e equitativas, fortalecendo a autonomia e os direitos dessa população.

Partimos do entendimento de que a informação, quando mediada de forma crítica e inclusiva, pode se constituir como um elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades e para o fortalecimento da autonomia de grupos historicamente marginalizados. Refletir sobre as experiências de mulheres haitianas

migrantes no norte do Paraná implica reconhecer suas trajetórias como espaços de resistência e de produção de saberes, mesmo diante das barreiras sociais, culturais e informacionais que as atravessam. Nesse sentido, a pesquisa parte do entendimento de que o acesso à informação ultrapassa uma dimensão estritamente técnica, constituindo-se como um direito e como um elemento relevante para a ampliação das possibilidades de participação social e cidadã dessas mulheres.

Ademais, a presente pesquisa também agrega os estudos da linha de pesquisa Compartilhamento da Informação e do Conhecimento do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL) e ao grupo de pesquisa Competência em Informação e Sociedade, contribuindo para aprofundar as discussões sobre inclusão informacional e equidade no acesso à informação em contextos de vulnerabilidade e migração. Do ponto de vista acadêmico, como citado anteriormente este estudo dá continuidade ao trabalho de conclusão de curso da proponente desta pesquisa, desenvolvido no âmbito da graduação em Biblioteconomia intitulado “Competência em informação para a promoção de cidadania a imigrantes e refugiados haitianos habitantes em Londrina/PR” defendido em 2023 e o amplia ao incorporar um recorte de gênero e ao aprofundar a análise sobre vulnerabilidade informacional, migração e competência em informação.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados por mulheres haitianas migrantes residentes no norte do Paraná, analisando de que forma a competência em informação pode contribuir para minimizar essas vulnerabilidades. Em relação aos objetivos específicos, buscamos:

- a) Mapear os principais desafios de acesso à informação enfrentados por mulheres haitianas migrantes no norte do paraná, considerando barreiras linguísticas, institucionais e sociais;
- b) Verificar as relações entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade informacional no contexto da migração haitiana feminina, observando seus impactos na inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e integração social;
- c) Identificar o papel das instituições de acolhimento analisando como iniciativas voltadas para migrantes podem auxiliar no fortalecimento da competência em informação e no enfrentamento da exclusão informacional.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Quanto ao delineamento, realizou-se um estudo de campo, com coleta de dados junto ao programa de migração da Cáritas Londrina. Os procedimentos metodológicos envolveram observação das ações desenvolvidas pela instituição, entrevista semiestruturada com a coordenadora do programa e aplicação de formulário a mulheres migrantes haitianas participantes das atividades. Esses procedimentos permitiram compreender, de forma situada, as barreiras informacionais enfrentadas no cotidiano migratório, bem como as estratégias mobilizadas pelas mulheres na busca, no uso e na circulação da informação.

No que se refere à estrutura, a dissertação está organizada em oito seções. A **primeira** corresponde à introdução, na qual são apresentados o tema, o contexto da pesquisa, a delimitação do objeto de estudo, a justificativa, a questão de pesquisa e os objetivos. A **segunda** seção dedica-se ao referencial teórico sobre competência em informação, vulnerabilidade, acesso à informação e relatos de pesquisas que vinculam a competência em informação à migração; articulando esse debate às discussões sobre migração e gênero, com ênfase na presença de mulheres haitianas no contexto migratório brasileiro. A **terceira** seção aborda as diferenças terminológicas e conceituais dos termos: migrante, imigrante e refugiado, e os aspectos sociais da migração; a migração no Brasil, seus marcos legais, direitos e políticas.

A **quarta** seção debate a história do Haiti e sua condição pós-colonial e as raízes da migração haitiana. A **quinta** seção aborda as dinâmicas de gênero e migração. A **sexta** apresenta os procedimentos metodológicos. A **sétima** seção apresenta a discussão dos resultados, assim como caracterização das participantes e do *Locus* da pesquisa. A **oitava** e última seção discute as considerações finais, retomando os objetivos propostos, sintetizando os principais resultados, apresentando as limitações do estudo e apontando possibilidades de aprofundamento e continuidade para pesquisas futuras.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A construção dessa pesquisa se fundamenta em referenciais teóricos que abordam as interseções entre competência em informação, vulnerabilidade informacional, migração e gênero, considerando os impactos das desigualdades estruturais na mobilidade e no acesso à informação por mulheres haitianas. A migração, enquanto fenômeno complexo, é atravessada por dinâmicas de exclusão que se manifestam não apenas no deslocamento físico, mas também na dificuldade de acesso a redes de apoio, trabalho formal e serviços essenciais para a integração e vivência cotidiana.

O desenvolvimento de sociedades contemporâneas é marcado por intensas transformações estruturais, impulsionadas pela expansão massiva do volume de dados e pelo avanço das tecnologias de informação. Esses fatores têm reconfigurado relações sociais, econômicas e políticas, exigindo novas formas de interação com a informação e de construção do conhecimento. No centro dessas mudanças, manifesta-se a lógica de que a informação não apenas circula em escala inédita, mas passa a ocupar um papel estratégico na organização da vida social e produtiva.

É nesse contexto que se consolida o que Castells (2002) define como capitalismo informacional: uma lógica em que a geração, o processamento e a aplicação do conhecimento tornam-se elementos determinantes da produtividade, competitividade e, por consequência, das assimetrias de poder. Assim, podemos compreender que a informação, nessa perspectiva, é convertida em mercadoria e instrumento de controle, intensificando desigualdades e formas de exclusão. Sendo então, a capacidade de acessar, compreender e utilizar criticamente a informação condição fundamental para o exercício da cidadania. Nesse cenário, e como mencionado, a informação exerce papel central na estruturação de conhecimento e na tomada de decisões, tornando-se elemento essencial para a participação social dos sujeitos (Vitorino; Piantola, 2011).

Essa compreensão sobre o papel estratégico da informação na sociedade impulsionou, ainda na década de 1970, as primeiras formulações em torno da necessidade de desenvolver capacidades informacionais nos sujeitos. Foi nesse contexto que Paul Zurkowski (1974) apresentou o conceito de *information literacy*, ao

destacar a importância de preparar os indivíduos para lidar com ambientes saturados de dados e exigências informacionais. Sua proposta apontava para a urgência de fomentar habilidades que permitissem aos sujeitos o reconhecimento de suas necessidades informacionais, localizar fontes relevantes, interpretar conteúdos e aplicá-los no cotidiano. Embora voltada inicialmente ao contexto produtivo-industrial, essa concepção inicia um debate fundamental sobre o papel da informação na vida prática e na cidadania, antecipando discussões que mais tarde foram aprofundadas pela Ciência da Informação, nos estudos sobre competência em informação.

Assim, a noção de competência em informação surge como resposta a essa necessidade, sendo compreendida como um conjunto de conhecimentos e práticas que capacitam os indivíduos a interagirem de forma autônoma e crítica com os fluxos informacionais. A *American Library Association* (ALA) estabelece que:

As pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar informações e como usar as informações de maneira que outras pessoas possam aprender com elas. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida. (ALA, 1989, p. 1).

Ao longo de sua consolidação, o conceito de competência em informação passou por importantes reformulações, que expandiram seu escopo para além das habilidades técnicas de busca e uso da informação, reconhecendo que o acesso à informação envolve também aspectos sociais, éticos e culturais. e profundamente vinculado à produção de sentido e à participação cidadã. Incorporaram-se, assim, dimensões críticas, reflexivas e situadas, reconhecendo que o acesso à informação envolve também aspectos sociais, éticos e culturais, profundamente vinculados à produção de sentido e à participação cidadã. Diante dessa ampliação conceitual, tornou-se necessário revisar os princípios tradicionais que sustentavam a competência em informação, antes centrados em procedimentos técnicos. Nesse contexto, a atualização promovida em 2016 pela *American Library Association* (ALA), em parceria com a *Association of College & Research Libraries* (ACRL), marca uma inflexão significativa na compreensão do conceito. A competência em informação passa a ser concebida como um processo integrado e contínuo, que envolve a descoberta reflexiva da informação, o entendimento de sua produção e circulação, bem como seu uso ético e responsável na criação de novos conhecimentos e no

engajamento ativo em comunidades de aprendizagem. Trata-se, portanto, de um modelo orientado à formação crítica e ao fortalecimento da cidadania, que desloca o foco da mera aquisição de habilidades para a construção coletiva de sentido nos contextos informacionais.

Competência em informação é o conjunto de habilidades integradas englobando a descoberta ponderada (reflexiva) da informação, o entendimento de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação de forma ética em comunidades de aprendizagem (ACRL, 2016, p. 4).

Nesse movimento de ampliação do conceito, Bruce (2003) contribui ao compreender a competência em informação a partir de uma abordagem relacional, centrada na experiência de utilizar a informação para aprender. Para a autora, a competência em informação articula-se à tecnologia e às mídias no contexto da aprendizagem contínua, manifestando-se de diferentes formas conforme os contextos, comunidades e culturas em que os sujeitos estão inseridos. Essa perspectiva desloca o foco das habilidades isoladas para a vivência informacional situada, evidenciando que a competência em informação se constrói ao longo das trajetórias dos sujeitos.

Seguindo, estudos recentes têm evidenciado que os modelos tradicionais de competência em informação, centrados predominantemente no domínio técnico de ferramentas e fontes, mostram-se insuficientes para compreender a complexidade dos processos informacionais vivenciados por diferentes grupos sociais. Ao considerar os condicionantes sociais, culturais e econômicos que atravessam o acesso, a apropriação e o uso da informação, esses estudos apontam para a necessidade de abordagens que reconheçam a competência em informação como um processo relacional, dinâmico e vinculado às desigualdades sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade informacional (Silva; Vitorino, 2025).

No campo da Ciência da Informação, o conceito de competência em informação foi sendo ampliado, passando a ser vinculado a realidades sociais e educacionais. Dudziak (2003) contribui para esse debate ao definir a competência em informação como um processo contínuo de aprendizado, voltado ao desenvolvimento de habilidades como: localizar, avaliar e utilizar a informação de forma mais eficaz em múltiplos contextos. A autora enfatiza o papel formativo da competência em informação, destacando sua importância na promoção de autonomia, cidadania e

capacidade dos indivíduos lidarem criticamente com conteúdos informacionais.

Como citado, embora inicialmente tenha sido compreendida como uma abordagem predominantemente instrumental, concentrada na capacidade de manusear sistemas de informação de forma técnica, a competência em informação passou, a partir dos anos 1990 a incorporar dimensões mais amplas, articulando-se com processos educacionais, políticos e sociais (Belluzzo, 2021).

A competência em informação não está somente no recuperar a informação utilizando fontes e tecnologias, mas principalmente em compreender como filtrar essa informação, fazendo uso de habilidades técnicas, sociais, intelectuais e cognitivas que um indivíduo deve apresentar para tornar-se capaz de desenvolver estratégias entendidas como competência em informação, para que possam realizar buscas conscientes [...] (Paiano *et al.*, 2017, p. 12).

No contexto brasileiro, a assimilação do conceito ocorreu no início dos anos 2000, com estudos de Caregnato (2000), Belluzzo (2004), Dudziak (2001) e Hatschbach (2002), especialmente na área da Ciência da Informação, sendo logo impulsionada por eventos acadêmicos e por documentos institucionais, como a Declaração de Maceió (2011), O Manifesto de Florianópolis (2013) e a Carta de Marília (2014). Esses documentos contribuíram para uma ampliação do conceito, evidenciando que a competência em informação não deve ser compreendida apenas como um conjunto de habilidades técnicas individuais, mas sim como um fator estruturante para o fortalecimento da cidadania e da participação social (Belluzzo, 2021).

Do ponto de vista nacional, o que se observa é que a apreensão do conceito, enquanto prática, precisa ser disseminada primariamente entre os profissionais da informação, de modo que, a partir daí, possa atingir as práticas sociais, educacionais e de trabalho. No momento, apenas uma camada privilegiada da população pode ser “atingida” pelas recomendações. As políticas governamentais estão voltadas principalmente para ações de curto prazo e de penetração restrita. A crise institucional vivenciada pela sociedade brasileira pode ser uma oportunidade de introdução de mudanças nos regimes social educacional, político e informacional no país (Dudziak, 2008, p.50).

Essas diretrizes destacam a necessidade de que os indivíduos desenvolvam habilidades críticas para acessar, avaliar e utilizar informações de forma ética e eficaz, em contextos pessoais, sociais e profissionais. No entanto, como aponta a autora, no Brasil essas recomendações ainda atingem apenas uma parcela restrita e privilegiada da população. Tal cenário evidencia uma lacuna entre as orientações globais e as

práticas efetivas no país, reforçando a urgência de políticas públicas que incorporem a competência em informação como um eixo estratégico nos âmbitos da educação, da cultura e da inclusão social, especialmente para populações historicamente marginalizadas (Dudziak, 2008).

Nesse debate, além das contribuições acadêmicas, documentos institucionais elaborados por organizações profissionais da área da informação têm desempenhado papel relevante ao consolidar princípios orientadores para a promoção da competência em informação em contextos sociais mais amplos. Um exemplo que pode ser mencionado é o caso do Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) (Instituto Credenciado de Profissionais de Biblioteconomia e Informação do Reino Unido), que define a competência em informação como

[...] a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamento equilibrados sobre qualquer informação que encontrarmos e usarmos. A competência em informação pode nos formar como cidadãos para alcançar e expressar pontos de vista informados e se envolver plenamente com a sociedade (CILIP..., [2018], p.3, tradução nossa).

Para avançar na compreensão da competência em informação no cenário brasileiro, Vitorino (2022) propõe uma definição que articula a competência em informação às estruturas de desigualdade sociais envolvidas no processo informacional.

A competência em informação consiste num processo, que ocorre por meio do desenvolvimento humano e das dimensões técnica (saber fazer, ação), estética (sensibilidade, criatividade, inovação) ética (saber fazer bem o dever, bem comum) e política (social, coletivo), em equilíbrio, na formação inicial ou continuada das pessoas. Ou seja, trata-se de um processo contínuo que se estende ao longo da vida e cujas características se voltam à melhoria da ação, da sensibilidade, dos aspectos coletivos e éticos (Vitorino, 2022, p. 14)

Assim, para aprofundar e ampliar a compreensão em torno da competência em informação, é necessário considerar que esse conceito abrange múltiplas dimensões. Longe de se restringir a um conjunto de habilidades isoladas, trata-se de um processo formativo integral que envolve aspectos técnicos, estéticos, éticos e políticos. Essa abordagem foi sistematizada inicialmente por Vitorino e Piantola (2009, 2011) e posteriormente ampliada por Vitorino (2020, 2022), que propõe uma compreensão da competência em informação como algo indissociável das experiências humanas, das subjetividades e das relações sociais. Cada uma dessas dimensões contribui para a

construção de um sujeito crítico, sensível e engajado, capaz de interagir com a informação de modo significativo, consciente e transformador.

Para essa pesquisa iremos adotar a definição de dimensão proposta por Vitorino (2020, p. 55):

Uma dimensão é aqui compreendida como uma face, uma parte de um todo que não se mantém sozinha ou sobrevive sem a outra face ou as outras partes – as outras dimensões [...] podemos entender então que todas as dimensões da Competência em Informação estão relacionadas de uma forma que é impossível desassociá-las.

Partindo dessa concepção integrada, é possível compreender que cada dimensão contribui de maneira específica para a formação da competência em informação, sendo todas indispensáveis na construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente implicados com o uso da informação. Assim, apresentaremos cada uma delas a seguir:

A **dimensão técnica** diz respeito às habilidades práticas envolvidas na localização, acesso e uso de informações em diferentes suportes, especialmente nos ambientes digitais. Em muitos contextos, essa dimensão acaba sendo tratada como central, associada ao uso de ferramentas de busca, bases de dados e tecnologias da informação. No entanto, como observa Vitorino (2020), essa ênfase exclusiva no aspecto técnico revela uma compreensão limitada da competência em informação, pois desconsidera as implicações sociais, culturais e subjetivas que permeiam o processo informacional. As tecnologias utilizadas na busca por informação não são neutras, mas sim carregam intencionalidades, valores e pressupostos que moldam a forma como o sujeito se relaciona com o conhecimento. Assim, embora as habilidades técnicas sejam indispensáveis, elas precisam estar integradas a outras dimensões, como a ética, a estética e a política, para que a informação seja efetivamente apropriada, reinterpretada e transformada em conhecimento significativo.

Partindo dessa perspectiva, a **dimensão estética** introduz um olhar mais sensível sobre a experiência informacional, ao considerar as formas subjetivas pelas quais os indivíduos percebem e atribuem sentido às informações que acessam. Essa dimensão ultrapassa a lógica instrumental e reconhece que a relação com a informação é também afetiva, criativa e situada. Vitorino (2020) destaca que a estética, nesse contexto, está presente em todas as esferas da vida, pois envolve a maneira como o sujeito, de forma singular, se conecta com os conteúdos informacionais,

expressa sua compreensão e age no coletivo a partir deles.

[...] ao dizermos que existe uma dimensão estética na competência em informação, referimo-nos à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo (Vitorino, 2020, p. 57).

A **dimensão estética**, portanto, não diz respeito apenas à sensibilidade artística, mas à capacidade de interpretar a informação com base em valores, emoções, vivências e intuições. Essa abordagem amplia o entendimento da competência em informação ao reconhecer que a apropriação da informação não é um ato neutro ou puramente racional, mas está profundamente enraizado nas percepções individuais e nos contextos sociais que moldam o olhar de cada sujeito.

A **dimensão ética** aprofunda o debate ao considerar que habilidades informacionais envolvem escolhas conscientes e responsáveis. Essa dimensão refere-se à capacidade de avaliar criticamente as informações, refletindo sobre seus impactos, origens, intencionalidades e usos possíveis. Mais do que reconhecer o que é verdadeiro ou falso, a ética informacional exige considerar as consequências sociais e coletivas da circulação e do uso da informação. Ainda, segundo Vitorino (2020) agir eticamente no campo informacional significa compreender que o acesso à informação está implicado em relações de poder e que nossas decisões enquanto sujeitos informacionais devem estar orientadas pelo bem comum. Nesse sentido, a dimensão ética conecta-se diretamente às práticas sociais e educativas, pois reconhece que o exercício da cidadania passa, necessariamente, pelo uso ético da informação.

Por sua vez, a dimensão política da competência em informação diz respeito à compreensão crítica de que todo ato informacional está situado em contextos sociais e históricos que influenciam tanto o acesso quanto o significado atribuído à informação. Nesse sentido, acessar, selecionar, interpretar e compartilhar informações são práticas marcadas por disputas de sentidos, validações institucionais e processos que privilegiam certas vozes enquanto silenciam outras. Reconhecer essa dimensão implica entender que a informação não é neutra, ela é construída, transmitida e utilizada dentro de estruturas que reforçam ou desafiam desigualdades sociais (Vitorino; Piantola, 2011).

O recente desenvolvimento das sociedades democráticas, aliado ao crescimento acelerado da oferta de produtos informacionais, tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional

de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania. (Vitorino; Piantola, 2011, p. 106).

Diante do exposto, a compreensão das dimensões da competência em informação adotada nesta pesquisa fundamenta-se na perspectiva proposta por Vitorino e Piantola (2011) e aprofundada por Vitorino (2020; 2022), que concebem a competência em informação como um processo integrado, constituído por dimensões interdependentes. Essa abordagem permite compreender que os modos de acesso, uso e apropriação da informação estão imersos em contextos sociais, históricos e políticos, como é o caso da migração.

A figura a seguir apresenta a articulação entre as dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação e a organização visual evidencia o caráter integrado e indissociável dessas dimensões, destacando como elas se entrelaçam na formação de sujeitos críticos e socialmente situados. Assim, a figura baseia-se nos referenciais teóricos adotados na pesquisa e dialoga com os dados empíricos, permitindo visualizar a competência em informação como um processo relacional, dinâmico e contextualizado, articulado às experiências migratórias e às condições sociais que atravessam o acesso, o uso e a apropriação da informação.

Figura 1 - Dimensões da Competência em Informação na migração



Fonte: Elaborado pela autora (2026) baseado em Vitorino e Piantola, (2011).

Sendo assim, compreender a competência em informação por meio de suas dimensões é ir além de uma abordagem técnica ou instrumental. É reconhecer que o modo como lidamos com a informação está profundamente ligado a como sentimos, escolhemos, nos posicionamos e nos relacionamos com o mundo. As dimensões técnica, estética, ética e política não atuam isoladamente; elas se entrelaçam e se reforçam mutuamente, assim pensar a competência em informação a partir dessas múltiplas perspectivas é assumir seu caráter formativo, contínuo e transformador.

Avançando nesse debate, Paiano *et al.* (2017) contribuem significativamente ao destacar a relação entre competência em informação e vulnerabilidade informacional. Os autores evidenciam que o conceito de vulnerabilidade em informação vai além da carência de acesso à informação, envolvendo desigualdades

sociais, culturais, econômicas e políticas que limitam as possibilidades de apropriação crítica da informação por parte de determinados grupos.

Nessa mesma direção, Vitorino (2018) aprofunda a reflexão ao propor e definir a vulnerabilidade em informação como uma condição resultante da ausência de habilidades informacionais que possibilitem aos sujeitos acessar, compreender e usar a informação de forma adequada e significativa. A autora ressalta que a informação, embora amplamente difundida, permanece inacessível para grande parcela da população devido à invisibilidade social e às barreiras estruturais. Assim, a vulnerabilidade em informação não pode ser compreendida como uma limitação individual, mas como uma manifestação das desigualdades sociais mais amplas, que se expressam na forma como a informação é distribuída, mediada e apropriada.

A evolução do conceito aponta para uma perspectiva em que a competência em informação se estabelece como um processo dinâmico e contínuo, no qual a busca, avaliação e apropriação da informação ocorrem de maneira contextualizada e orientada para a transformação do conhecimento.

Relacionada à cidadania, a competência em informação vai muito além da busca, organização e uso das informações pois significa saber o porquê do uso de determinada informação, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais. (Dudziak, 2008, p. 47)

Belluzzo (2021) argumenta que o domínio da informação é essencial para a autonomia dos sujeitos e que a capacidade de gerenciar e filtrar conteúdos informacionais não pode ser considerada opcional, mas uma necessidade fundamental na sociedade contemporânea.

Dessa forma, ao atuar como um elemento de articulação entre os sujeitos e o conhecimento, a competência em informação desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social e na ampliação das possibilidades de participação dos indivíduos na vida pública. Seu desenvolvimento não apenas favorece a autonomia informacional, mas também contribui para a superação de desigualdades estruturais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e informacional.

A competência em informação deve ser compreendida como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência. Ademais, compreendendo a importância que ela tem para a sociedade, uma vez que a mesma está relacionada com o acesso e uso da informação, sendo esta essencial para que as pessoas possam construir conhecimento, conhecer seus direitos, ter acesso a serviços, entre outros, fazendo com que a

competência em informação, nessa perspectiva, seja uma base para o desenvolvimento da cidadania, promovendo, assim, a inclusão social (Silva; Vitorino, 2025, p. 13).

Nesse sentido, compreender a competência em informação como um direito fundamental e como base para o exercício da cidadania implica reconhecê-la como um elemento diretamente atravessado por condições sociais concretas. O acesso, o uso e a apropriação da informação não se realizam de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais, sendo profundamente condicionados por desigualdades estruturais relacionadas à classe social, à raça, ao gênero, à escolarização e à posição ocupada pelos sujeitos nos sistemas institucionais (Silva; Vitorino, 2025).

A migração haitiana no Brasil exemplifica esse cenário, uma vez que, além das barreiras linguísticas, os migrantes haitianos enfrentam desafios relacionados à falta de acesso a informações confiáveis sobre regularização documental, mercado de trabalho e políticas públicas. O desenvolvimento da competência em informação torna-se, portanto, um fator importante para a superação dessas barreiras, permitindo que os migrantes não apenas compreendam melhor o contexto em que estão inseridos, mas também utilizem a informação como ferramenta para fortalecer sua inserção social e econômica.

Além dos debates teóricos, políticas e diretrizes internacionais têm reconhecido o papel estratégico das bibliotecas na promoção da inclusão informacional, especialmente em contextos marcados pela migração forçada e pelo deslocamento humano para uma melhor condição de vida. As diretrizes intituladas “Diretrizes para o acolhimento de pessoas deslocadas: refugiados, migrantes e solicitantes de asilo em bibliotecas”, publicadas pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), enfatizam que os espaços informacionais devem assumir responsabilidade ativa diante das vulnerabilidades específicas enfrentadas por esses grupos. Entre os aspectos destacados, estão as barreiras relacionadas à língua, ao gênero, à cultura, ao status legal e ao desconhecimento sobre os direitos nos países de acolhida. O documento recomenda que bibliotecas adotem práticas sensíveis às realidades vividas por migrantes e refugiados, garantindo não apenas o acesso técnico aos recursos informacionais, mas também a construção de um ambiente acolhedor, acessível e respeitoso (IFLA, 2024).

Esse reconhecimento institucional reforça a compreensão da competência em

informação como um processo formativo e transformador. Ao assumirem práticas comprometidas com a justiça social, as bibliotecas podem fortalecer a cidadania informacional de pessoas deslocadas, promovendo sua inserção crítica, autônoma e consciente, tanto nos sistemas informacionais, quanto nos espaços sociais, culturais e institucionais das sociedades de acolhida. Assim, compreender a competência em informação sob a ótica da vulnerabilidade informacional, como propõem Paiano *et al.* (2017), Vitorino (2018) e Belluzzo (2021), permite ampliar o alcance das políticas públicas e ações sociais voltadas a populações migrantes, especialmente mulheres, que enfrentam sobreposições de opressões.

A adoção de uma perspectiva crítica, reflexiva e social permite compreender esse conceito não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como um processo formativo que se articula à realidade dos sujeitos e às desigualdades que os impactam. Nessa direção, a competência em informação pode ser mobilizada como instrumento de autonomia e emancipação, especialmente em contextos de opressão e exclusão social. Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021), ao investigarem a relação entre competência em informação e empoderamento de mulheres, enfatizam a importância de práticas informacionais que considerem as vivências, necessidades e saberes das mulheres em situação de vulnerabilidade. Para as autoras, o acesso à informação deve ser compreendido em sua complexidade, sendo mediado por barreiras estruturais que não se resolvem apenas com a ampliação de recursos técnicos, mas exigem o reconhecimento das desigualdades de gênero, raça, classe e território que moldam o cotidiano das mulheres.

Nessa perspectiva, compreender a relação entre migração, gênero e informação implica reconhecer que as possibilidades de acesso, uso e apropriação da informação são atravessadas por desigualdades estruturais. Barreiras linguísticas, sociais, econômicas e institucionais afetam de forma desigual determinados grupos, incidindo de maneira particular sobre mulheres migrantes, cujas trajetórias são marcadas por múltiplas formas de exclusão. Assim, a exclusão digital e informacional não pode ser compreendida de forma isolada, pois se articula às desigualdades sociais e de gênero que estruturam a experiência migratória e produzem efeitos cumulativos ao longo do tempo.

Em outras palavras, trata-se de uma via de mão dupla: as desigualdades sociais e de gênero agravam a exclusão digital e

informacional que, por sua vez, reforçam as desigualdades já existentes (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021, p. 4).

Considerando esse cenário, a competência em informação torna-se uma ferramenta de fortalecimento individual e coletivo, ao favorecer que os sujeitos reconheçam seus direitos, compreendam criticamente os contextos em que vivem e se posicionem de forma ativa nos espaços sociais. Como destaca Vitorino (2022), é preciso articular o desenvolvimento da competência em informação com processos educativos que promovam não apenas questões relacionadas ao conhecimento, mas a ampliação de repertórios culturais e a participação cidadã. Assim, mais do que buscar, selecionar e usar conteúdos, trata-se de criar condições para que indivíduos e grupos historicamente silenciados possam expressar suas vozes, acessar seus direitos e intervir no mundo que os cerca.

Assim, ao ser entendida como parte de um processo de formação crítica e socialmente situado, a competência em informação contribui para a redução das vulnerabilidades informacionais e para a construção de caminhos mais justos, democráticos e inclusivos. Essa abordagem, ancorada nas contribuições de Vitorino (2018; 2020; 2022) e colaboradoras, reforça o compromisso da Ciência da Informação com a transformação social, e nessa pesquisa, especialmente quando voltada à realidade de mulheres migrantes, cuja trajetória é marcada por múltiplas formas de desigualdade e exclusão.

2.1 VULNERABILIDADE SOCIAL E EM INFORMAÇÃO

Podemos compreender a vulnerabilidade como um dos conceitos centrais para analisar as desigualdades estruturais que afetam determinados grupos sociais, especialmente aqueles submetidos a múltiplas formas de exclusão, marginalização e restrição de direitos. Nessa direção, a vulnerabilidade não se refere a uma condição individual ou circunstancial, mas a processos socialmente produzidos que resultam da interação entre fatores econômicos, políticos, institucionais e culturais. Portanto, antes de analisarmos os impactos da vulnerabilidade social e da vulnerabilidade em informação no contexto das populações em deslocamento, faz-se necessário delimitar conceitualmente esses termos, que constituem eixos centrais desta investigação.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) compreende a

vulnerabilidade como uma condição resultante da capacidade reduzida de indivíduos ou grupos de evitar, resistir, enfrentar ou recuperar-se de situações de risco, tais como violência, exploração ou abuso, em função da interação entre características individuais e fatores estruturais, sociais, institucionais e contextuais (Organização Internacional para as Migrações, 2019).

Nessa mesma direção, Wacquant (2001) contribui ao analisar a vulnerabilidade como resultado de processos sociais que produzem e reproduzem condições persistentes de precarização e insegurança para determinados grupos. Ao abordar as formas contemporâneas de marginalização, o autor evidencia que a fragilização de vínculos de proteção, instabilidade das condições materiais de vida e a limitação do acesso a recursos e direitos não decorrem de trajetórias individuais isoladas, mas de arranjos sociais desiguais. Nesse sentido, a vulnerabilidade se manifesta como um processo contínuo, marcado pela exposição recorrente a riscos, incerteza em relação às condições de subsistência e restrição das possibilidades de inserção social.

A partir dessa perspectiva, Castel (1998) propõe a ideia de uma “zona de vulnerabilidade”, que se situa entre a inserção plena e a desfiliação social. Trata-se de uma condição instável, na qual a ausência de garantias básicas, como emprego estável, moradia digna e redes de apoio, expõe o indivíduo a riscos crescentes de exclusão. Essa zona intermediária não implica imediatamente na marginalização, mas sinaliza um deslocamento progressivo em direção à perda de pertencimento social. No caso de pessoas migrantes, especialmente aquelas em situação forçada ou precária, essa vulnerabilidade se intensifica, pois se combina à perda de vínculos territoriais, culturais e institucionais, agravando os processos de desfiliação e invisibilidade.

Ainda nesse sentido, Vergès (2020) chama atenção para o fato de que as desigualdades contemporâneas são sustentadas por arranjos históricos e políticos que articulam exploração econômica, racialização e hierarquias de gênero, tornando certas existências sistematicamente mais expostas à precarização e ao desgaste. Ao analisar a organização do trabalho necessário à reprodução da vida nas sociedades capitalistas e neoliberais, a autora demonstra como atividades fundamentais permanecem invisibilizadas e desvalorizadas, sendo atribuídas majoritariamente a mulheres racializadas:

O capitalismo não hesita em adotar o feminismo corporativo (aquele que exige que as pessoas se integrem a seu mundo) ou o discurso dos direitos das mulheres segundo o qual as desigualdades entre homens e mulheres são uma questão de mentalidade, de falta de educação, e não de estruturas opressivas. Não que a transformação de mentalidade e uma educação antirracista e antissexista sejam questões a se negligenciar, longe disso. No entanto, devemos chamar a atenção para o fato de que as desigualdades contemporâneas são sustentadas por arranjos históricos e políticos que articulam exploração econômica, racialização e hierarquias de gênero, tornando certas existências sistematicamente mais expostas à precarização e ao desgaste. Ao analisar a organização do trabalho necessário à reprodução da vida nas sociedades capitalistas e neoliberais, demonstra-se como atividades fundamentais permanecem invisibilizadas e desvalorizadas, sendo atribuídas majoritariamente a mulheres racializadas. Nesse contexto, a vulnerabilidade não se apresenta como uma condição excepcional, mas como um efeito estrutural de sistemas que produzem proteção para alguns grupos enquanto mantêm outros em situações persistentes de insegurança, exploração e expropriação. (Vergès, 2020, p. 91–92).

Desse modo, ainda que sujeitos compartilhem uma mesma condição estrutural, como a experiência migratória, as formas de vulnerabilidade não se distribuem de maneira homogênea. Mulheres migrantes tendem a vivenciar exposições específicas ao risco, precarização e desproteção social, em função da articulação entre gênero, raça, classe e posição no mercado de trabalho, como aponta Vergès (2020).

Assim, compreender a vulnerabilidade como um processo relacional e multidimensional permite evidenciar como as estruturas sociais produzem condições desiguais de acesso a direitos, expondo determinados sujeitos a formas recorrentes de fragilização social. Nessa direção, Cançado, Souza e Cardoso (2014) destacam que a exclusão social se manifesta na limitação ou negação da participação plena dos sujeitos nas esferas econômicas, políticas e culturais da sociedade. Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para pensar estratégias de enfrentamento que considerem não apenas os indivíduos, mas as condições estruturais e históricas que sustentam tais desigualdades.

A vulnerabilidade, numa definição lata, é o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão (as circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder a e recuperar de ameaças ambientais) (Cutter, 2011, p.1).

Assim, em linhas gerais, a vulnerabilidade refere-se à condição de fragilidade

e exposição ao risco vivenciada por indivíduos ou grupos sociais em contextos marcados por desigualdades, violação de direitos e ausência de garantias institucionais. Como destacam Paiano *et al.* (2017), essa condição implica a perda da capacidade de resistência e autonomia diante de situações adversas, podendo resultar na exclusão de indivíduos de processos sociais, econômicos, políticos e informacionais que lhes permitiriam exercer plenamente sua cidadania. A vulnerabilidade não é, portanto, uma característica intrínseca ou fixa dos sujeitos, mas um processo histórico e socialmente determinado.

Ao articular elementos como exposição ao risco, capacidade de resposta e desigualdade de acesso a recursos, a noção de vulnerabilidade assume contornos relacionais e processuais. Ainda sobre o contexto de vulnerabilidade social, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) enfatiza que:

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (IPEA, c2024).

Diante das perspectivas apresentadas, compreendemos que a vulnerabilidade não se restringe a uma dimensão econômica ou física, mas abrange também aspectos simbólicos, institucionais e relacionais que atravessam a vida social. Diante disso, quando se trata de populações em deslocamento, é fundamental reconhecer que a exclusão pode ocorrer não apenas pela ausência de recursos materiais, mas também pela dificuldade de acesso, compreensão e uso da informação. Assim, à luz dos debates sobre a vulnerabilidade social, abre-se espaço para discutir a vulnerabilidade em informação, um conceito emergente na Ciência da Informação que amplia o entendimento da exclusão ao incorporá-la como uma limitação informacional que impacta diretamente a autonomia, cidadania e capacidade de tomada de decisão dos sujeitos (Sayad, 2004).

Nessa perspectiva, Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018) destacam que a competência em informação pode ser mobilizada como estratégia de enfrentamento da vulnerabilidade social, na medida em que amplia a capacidade dos sujeitos em situação de exclusão de reconhecer, acessar e utilizar informações relevantes para a transformação de sua realidade. Para os autores, as conexões entre vulnerabilidade

social e informacional são indissociáveis e devem ser compreendidas a partir de suas intersecções com marcadores sociais como gênero, território, classe e escolaridade.

Um dos temas principais das discussões contemporâneas referentes à democracia e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da democracia tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018, p. 84).

Apesar dos avanços teóricos em torno da vulnerabilidade informacional e das suas intersecções com a competência em informação, ainda se observa um campo em consolidação, marcado por definições incipientes e por abordagens muitas vezes fragmentadas. Alguns esforços têm buscado problematizar esse cenário, evidenciando a necessidade de maior amadurecimento conceitual e de uma articulação mais consistente entre os fundamentos da Ciência da Informação e as realidades sociais nas quais as vulnerabilidades informacionais se expressam. Nesse percurso, a contribuição de Leal *et al.* (2017) revela-se relevante ao apontar a incipiência do debate em torno do conceito de vulnerabilidade em informação e ao defender sua ampliação crítica, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais, nos quais o acesso e o uso da informação incidem diretamente sobre o exercício da cidadania.

Vitorino (2018) apresenta o conceito de vulnerabilidade em informação como uma articulação entre a vulnerabilidade social e a ausência ou limitação da competência em informação. Segundo a autora, essa forma de vulnerabilidade se manifesta quando os indivíduos, especialmente aqueles em contextos de exclusão social, não possuem condições adequadas para buscar, acessar, compreender, avaliar ou utilizar a informação de maneira eficaz. Nesse sentido, a autora defende que a vulnerabilidade em informação deve ser compreendida como uma categoria social e política, uma vez que impacta diretamente o exercício da cidadania e o acesso a direitos fundamentais em sociedades baseadas no conhecimento.

À luz dessas discussões, a vulnerabilidade em informação pode ser compreendida como um processo que se constrói na interseção entre desigualdades sociais, barreiras institucionais e limitações no acesso, compreensão e no uso da informação. A Figura 2 sintetiza visualmente esse processo de vulnerabilidade em

informação no contexto da migração, com base nas contribuições de Vitorino (2018).

Figura 2 - Processo de vulnerabilidade em informação no contexto da migração



Fonte: Elaborado pela autora (2026) baseado em Vitorino (2018).

Assim, como citado, a vulnerabilidade em informação, se apresenta como um fator determinante no processo de exclusão e marginalização. Vitorino (2018) argumenta que a vulnerabilidade em informação está relacionada à dificuldade que certos grupos enfrentam para acessar, interpretar e utilizar informações essenciais para sua inclusão social e exercício da cidadania. Essa vulnerabilidade não se limita à ausência de informação, mas envolve também a dificuldade de compreender e utilizar dados disponíveis de maneira eficaz.

Essa complexidade conceitual é discutida por Garcia *et al.* (2017), que analisam a forma como os termos vulnerabilidade e vulnerabilidade em informação aparecem nos resultados do buscador Google. Os autores demonstram que, apesar de serem amplamente utilizados, esses conceitos ainda carecem de definição precisa e

consistente nos ambientes digitais, o que pode gerar interpretações superficiais ou despolitizadas. Assim, é essencial construir abordagens teóricas mais robustas que não apenas reconheçam a dimensão técnica do acesso à informação, mas também as relações de poder e as desigualdades sociais que perpassam o uso e a circulação. Essa crítica é especialmente relevante em contextos migratórios, nos quais a informação adequada e a confiabilidade das fontes são elementos-chave para o exercício da cidadania e o acesso a direitos.

A exploração da vulnerabilidade e da informação por meio do viés da competência em informação se dá pelo fato de o movimento da competência em informação representar a relação que as pessoas estabelecem com a informação para o alcance da cidadania, da qualidade de vida e do desenvolvimento social – inclusive para a minimização da condição de vulnerabilidade para aqueles que, de alguma forma, possuem dificuldades para serem cidadãos. A utilização da pesquisa bibliográfica para a pesquisa em questão é útil para a exploração dos vieses da informação e da vulnerabilidade. O Google, por representar um instrumento capaz de recuperar uma vasta gama de recursos, é um elemento oportuno para essa “investida” na literatura (Garcia *et al*, 2017, p. 104).

Nesse sentido, a exclusão informacional não se restringe à falta de acesso a dispositivos tecnológicos ou à ausência de fontes informacionais, mas também à capacidade de interpretar, avaliar criticamente e utilizar a informação para a resolução de problemas cotidianos. No caso dos migrantes haitianos, essa vulnerabilidade é agravada por barreiras linguísticas, desconhecimento sobre a legislação do país de acolhida e a precariedade dos serviços institucionais, como mostra a figura 2 (Nogueira, 2017).

A vulnerabilidade em informação, portanto, se relaciona diretamente ao conceito de competência em informação, que, conforme já evidenciado, pode ser compreendida como a capacidade de localizar, avaliar e utilizar informações de forma crítica e autônoma. Vitorino (2018) ressalta que o desenvolvimento da competência em informação pode mitigar os efeitos da vulnerabilidade informacional, permitindo que sujeitos em situação de risco e/ou vulnerabilidade ampliem seu acesso a direitos e fortaleçam sua autonomia. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que existam políticas públicas que promovam a inclusão informacional, garantindo que migrantes e outros grupos vulneráveis tenham acesso a conteúdos confiáveis e compreensíveis.

Dessa forma, compreender a vulnerabilidade em suas múltiplas dimensões torna-se essencial para a análise crítica das experiências de populações em deslocamento, como mulheres haitianas. A articulação entre exclusão social e exclusão informacional evidencia que o acesso à informação, às redes de apoio e aos recursos institucionais não se dá de maneira universal nem neutra, mas é profundamente condicionado por desigualdades históricas, sociais e estruturais. Reconhecer a informação como um direito e como elemento constitutivo da cidadania permite ampliar o entendimento sobre os mecanismos que produzem e reproduzem situações de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de políticas públicas e práticas sociais orientadas à ampliação do acesso, autonomia e da participação social desses sujeitos.

Nesse contexto, torna-se fundamental considerar como os marcadores de gênero aprofundam tais desigualdades, uma vez que mulheres migrantes enfrentam barreiras específicas no acesso, na compreensão e no uso da informação. Essas barreiras estão diretamente relacionadas a estruturas patriarcais, raciais e socioeconômicas que limitam suas possibilidades de circulação informacional e de exercício pleno da cidadania, exigindo abordagens e estratégias institucionais mais sensíveis às suas condições sociais e às suas trajetórias de vida.

2.2 ACESSO À INFORMAÇÃO

Em uma sociedade caracterizada pela valorização do conhecimento, o acesso à informação tornou-se elemento central para o desenvolvimento social e econômico. Todos os dias, em diferentes suportes e linguagens, uma imensidão de dados, notícias, instruções e normas são gerados e disponibilizados em escala global e em diferentes suportes. Essa produção, no entanto, não garante que todos os sujeitos tenham, de fato, acesso equitativo às informações que lhes são necessárias para exercer direitos, tomar decisões e participar plenamente da vida social. Em meio à crescente digitalização das relações sociais, o acesso à informação passou a ocupar lugar central na dinâmica dos direitos, cidadania e participação política dos indivíduos. Embora seja comum o discurso de que vivemos em um tempo em que a informação está ao alcance de todos, essa ideia não considera as desigualdades que marcam o cotidiano de populações em situação de vulnerabilidade.

Compreendemos aqui a informação não como uma entidade neutra ou técnica, mas como um fenômeno social e historicamente influenciado por práticas discursivas e contextos institucionais. Para Zammataro e Albuquerque (2021), a informação deve ser pensada a partir de sua materialidade, ou seja, como algo produzido e legitimado dentro de regimes de informação que operam por meio de regras, práticas e normas socialmente construídas. Essa perspectiva desloca o foco da informação como mensagem transmitida para um entendimento que privilegia sua inserção em contextos culturais, políticos e institucionais.

Capurro e Hjørland (2003) aprofundam essa compreensão ao demonstrar que o conceito de informação, no campo da Ciência da Informação, assume diferentes significados conforme os contextos teóricos e sociais nos quais é empregado. Para os autores, a informação não pode ser compreendida de forma isolada ou universal, sendo sempre dependente de processos de seleção, interpretação e uso situados. Nessa perspectiva, o que se entende por informação está diretamente relacionado às práticas sociais e aos sistemas de conhecimento nos quais os sujeitos estão inseridos, reforçando seu caráter contextual, relacional e dinâmico.

O que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/ comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso (Castells, 1999, p.69).

Ainda, Castells (1999) afirma que a informação é a matéria-prima indispensável para a produtividade, competitividade e poder. Dessa maneira, compreende-se que o acesso à informação está profundamente entrelaçado às estruturas sociais que regulam o poder e a exclusão; não se trata apenas de uma questão de acesso técnico ou da presença de dispositivos digitais, mas de um processo historicamente condicionado, marcado por desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Como mencionado, a informação, longe de ser um recurso neutro, é atravessada por relações de dominação, normas institucionais e disputas simbólicas. Castells (1999) também destaca que a capacidade de apropriar-se, processar e transformar a informação constitui uma das principais fontes de poder na sociedade contemporânea. Assim, sujeitos que vivem em contextos de vulnerabilidade frequentemente enfrentam barreiras que os impedem de acessar e utilizar a

informação de forma significativa, não por escassez de conteúdos disponíveis, mas pela ausência de condições materiais, educacionais, e linguísticas que lhes permitam interagir criticamente com esses conteúdos.

Desse modo, o acesso à informação configura-se também como um direito humano e cidadão, indispensável para o exercício da democracia e para a garantia de outros direitos básicos. Sem informação, indivíduos e grupos ficam impossibilitados de tomar decisões conscientes, participar dos assuntos públicos e reivindicar seus direitos. Sendo assim, garantir acesso equitativo à informação é condição para a empoderamento de populações vulneráveis e para a redução de desigualdades estruturais.

A discussão sobre o acesso à informação exige considerar as estruturas sociais que moldam as possibilidades de apropriação do conhecimento. Como argumenta Bourdieu (1996), os modos de perceber, compreender e agir no mundo são socialmente condicionados e incorporados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. Assim, o acesso à informação está imerso em desigualdades que favorecem determinados grupos e excluem outros, e em contextos de vulnerabilidade, como o vivido por mulheres migrantes, essas barreiras não se limitam à ausência de infraestrutura, mas se em lógicas de dominação que naturalizam a exclusão.

Ao abordarmos a questão do acesso à informação, precisamos considerar que mulheres enfrentam obstáculos e aspectos de vulnerabilidade específicos e ainda mais profundos, que não se restringem somente ao acesso físico ou técnico a conteúdos informacionais. Sobre isso, Saffioti (2015) argumenta que a sociedade patriarcal molda desigualdades que atingem meninas e mulheres desde a infância, limitando seus espaços de fala, escuta e oportunidades.

Vergès (2019) chama atenção para o fato de que em sociedades marcadas por heranças coloniais esses aspectos são ainda mais intensos, mulheres migrantes haitianas carregam camadas adicionais de invisibilidade, tendo suas necessidades informacionais frequentemente ignoradas, saberes deslegitimados, e suas formas de acessar, interpretar e produzir informação seguem sendo negligenciadas por estruturas institucionais que operam a partir de uma lógica universalista e excludente.

Diante dos múltiplos cenários que limitam o acesso à informação por populações em situações de vulnerabilidade, como mulheres migrantes, a Ciência da

Informação assume importante papel como prática comprometida com a justiça social. Profissionais da informação possuem a responsabilidade de identificar, compreender e intervir nas dinâmicas de exclusão informacional que marcam essas experiências. Como destaca Vitorino (2018), a competência em informação constitui importante ferramenta para ampliar a autonomia dos sujeitos no uso da informação em contextos reais e complexos.

Nesse mesmo sentido, Gasque (2012) propõe que a competência em informação vá além do domínio de fontes e recursos, incorporando aspectos éticos, culturais e políticos que envolvam a busca, o acesso e o uso da informação. O fortalecimento da competência em informação, então, não é apenas uma resposta técnica às desigualdades, mas um posicionamento ético e político diante de um mundo profundamente desigual.

2.3 RELATOS DE PESQUISA EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E MIGRAÇÃO

Compreender os caminhos pelos quais a competência em informação se insere no cenário da migração contemporânea exige o mapeamento das produções acadêmicas que abordam essa intersecção. Para isso, foi realizada uma busca não sistemática no *Google Acadêmico* e no Portal de Periódicos da CAPES com os seguintes descritores: competência em informação *AND* migração, competência em informação *AND* deslocamento humano, competência informacional *AND* deslocamento humano, bem como os termos correspondentes em inglês: *information literacy AND migration*.

O recorte temporal adotado para a busca compreendeu o período de 2019 a 2025, com o intuito de contemplar pesquisas mais recentes que dialogam com os desafios contemporâneos da mobilidade humana, da desinformação e da exclusão informacional. Foram encontrados 34 textos, sendo a sua maioria em inglês. Foi selecionada uma amostra, de forma intencional, de nove artigos com temáticas mais alinhadas ao nosso propósito. Os artigos selecionados tiveram seus resumos, objetivos, metodologia e resultados lidos, e quando necessário, os mesmos foram lidos na íntegra para melhor compreensão. Além dos artigos que abordavam diretamente a competência em informação, outros artigos com conteúdos relacionados a competência em saúde e competência em tecnologia, também

apareceram nos resultados, além daqueles que tratavam a migração de sistemas de tecnologia ou de sistemas de informação, que foram excluídos por não serem relevantes para os objetivos do estudo.

Essa breve descrição dos estudos visa não apenas identificar contribuições teóricas e empíricas relevantes, mas também evidenciar tendências e lacunas na produção científica. Além de contribuir para a compreensão sobre as formas como a competência em informação tem sido abordada nos estudos voltados à temática migratória. Vale ressaltar que, no momento da análise e discussão dos resultados da presente pesquisa, caso necessário, poderemos retomar esses estudos para subsidiar nossos achados.

O artigo *Skilled immigrants: a resettlement information literacy framework*, dos autores: Abdi, Partridge, Bruce e Watson (2019), buscam compreender como imigrantes qualificados recém-chegados à Austrália utilizam a informação no processo de adaptação a um novo ambiente social e cultural. A partir de entrevistas com migrantes, os autores propõem uma estrutura conceitual que descreve diferentes formas de uso da informação. O estudo mostra que a competência em informação, nesse contexto, vai além de habilidades técnicas, envolvendo experiências subjetivas, interações sociais e estratégias de aprendizagem construídas no cotidiano da migração. A pesquisa contribui ao evidenciar que a competência em informação de migrantes deve envolver dimensões sociais, afetivas e culturais, indo além da busca técnica por dados. A pesquisa ainda demonstra que o uso de informações por essa população deve ser vivenciado de forma reflexiva e adaptativa.

Yavuzdemir (2019), em seu artigo *Contribution of information literacy education to public cohesion of syrian immigrant in public libraries*, analisa de que forma a competência em informação promovida por bibliotecas públicas pode contribuir para a integração de refugiados sírios na Turquia. A autora destaca o papel das bibliotecas como espaços de inclusão e aprendizado e demonstra como espaços de informação podem auxiliar migrantes e refugiados a reconhecerem seus direitos, regras locais e formas de se adaptar socialmente. O estudo reforça que práticas de competência em informação podem facilitar o acesso de migrantes e refugiados a serviços vitais para sua integração.

O artigo *Adding the Information Literacy Perspective to Refugee Integration*

Research Discourse: A Scoping Literature Review, de autoria de Gomes de Mello e Martínez-Ávila (2022) apresenta uma revisão de literatura sobre integração de migrantes e refugiados e evidenciou a relevância da competência em informação como facilitadora da integração de populações em situação de migração. Os autores Gomes de Mello e Martínez-Ávila (2022) no artigo “em saúde: reflexões teóricas sobre a condição de vulnerabilidade de refugiados”, exploram por meio da revisão bibliográfica, como a competência crítica em informação se relaciona com aspectos de vulnerabilidade de refugiados ao risco de contaminação pelos Vírus da Imunodeficiência humana e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e ao acesso à saúde. Os autores concluem que a reflexão crítica aliada ao comportamento informacional e à competência em informação configura um tripé inseparável para a defesa de direitos humanos e o acesso à saúde.

Le Louvier e Innocenti (2022) no artigo: *Heritage as an Affective and Meaningful Information Literacy Practice: An Interdisciplinary Approach to the Integration of Asylum Seekers and Refugees* investigam como o patrimônio cultural (*heritage*) se articula às práticas de competência em informação de refugiados e solicitantes de asilo no Reino Unido, propondo uma compreensão ampliada da competência em informação dentro de uma abordagem afetiva e simbólica. Os autores exploram como manter ligações emocionais e simbólicas com suas culturas de origem contribui para a integração de refugiados. Ainda contribuem e enriquecem o debate ao incluir dimensões afetivas e culturais, além das habilidades técnicas.

O artigo intitulado *The importance of information acquisition to settlement services literacy for humanitarian migrants in Australia*, de Abood J, Green J, Polonsky MJ, Woodward K, Tadjoeeddin Z, Renzaho AMN (2023) investiga as dificuldades enfrentadas por migrantes na Austrália para acessar e utilizar informações sobre serviços de acolhimento (*settlement services*). Por meio de entrevistas com prestadores desses serviços, foram identificadas barreiras estruturais que afetam habilidades informacionais desses indivíduos. O estudo destaca que a aquisição de informação multifacetada é central para a competência em informação em serviços de acolhimento. Ele reforça o papel dos provedores de serviços como mediadores de informação, essenciais para superar barreiras linguísticas, culturais e tecnológicas e facilitar a integração dos migrantes no novo país.

O trabalho *Understanding the information literacy experiences of Australia's humanitarian migrants*, de Abdi, Partridge, Bruce e Watson (2024), investiga as habilidades informacionais de migrantes recém-chegados. A partir de entrevistas com esses participantes, os autores identificam cinco temas interconectados que delineiam como tais sujeitos buscam, selecionam e utilizam informações para resolver desafios cotidianos e construir autonomia em um contexto novo. O estudo traz um olhar relevante sobre como os migrantes constroem estratégias informacionais em contextos complexos, evidenciando a importância da competência em informação como importante elemento para a promoção de autonomia, participação cidadã e integração.

O artigo *Migration and health literacy: a qualitative analysis of health literacy among Africans from refugee backgrounds in Australia*, de Peprah, Lloyd, Gitau e Harris (2025) tem como objetivo analisar as experiências de letramento em saúde de refugiados africanos na Austrália, considerando suas origens socioculturais e os desafios enfrentados no processo de adaptação ao sistema de saúde local. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com 19 participantes entre março e dezembro de 2022, utilizando entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciam que o letramento em saúde é construído socialmente e influenciado por fatores como cultura, religião, redes sociais e linguísticas. Os refugiados recorrem a saberes tradicionais e comunitários para interpretar informações de saúde, revelando estratégias coletivas de negociação com o sistema australiano, muitas vezes incompreensível ou inacessível.

Embora não componha a amostra de estudos analisados nesse levantamento, destaca-se o trabalho de conclusão de curso intitulado: *Competência em informação para promoção de cidadania a imigrantes haitianos habitantes em Londrina/PR*, defendido pela proponente da pesquisa em 2023, cujo objetivos se concentraram em compreender como a competência em informação pode contribuir para o acesso a direitos e ao exercício da cidadania de migrantes haitianos. Os resultados revelaram que a dificuldade com o idioma, a escassez de redes de apoio e a limitação no acesso a informações confiáveis impactam diretamente a vivência desses sujeitos no país de destino. A pesquisa indicou ainda que, para além do domínio técnico de busca e uso da informação, aspectos como acolhimento, confiança e autonomia são fundamentais

na construção de trajetórias informacionais que promovam o exercício pleno da cidadania.¹

A incidência da maioria dos artigos em inglês reforça a necessidade de ampliação do debate no campo da competência em informação e migração no Brasil. Essa breve análise da literatura evidência não apenas contribuições relevantes para o campo da competência em informação e migração, mas também lacunas a serem preenchidas, sobretudo no contexto brasileiro. Os estudos aqui descritos servirão de base interpretativa para os dados empíricos da presente pesquisa, contribuindo para o aprofundamento da discussão teórica e para a consolidação crítica do debate sobre competência em informação no contexto das migrações, após análise dos dados.

Dessa forma, ao abordar contribuições recentes que articulam competência em informação e migração, é possível identificar não apenas avanços teóricos e metodológicos no campo, mas também limitações importantes, sobretudo no que diz respeito ao contexto latino-americano e às especificidades da realidade brasileira.

¹ Apesar de não ser prática comum citar trabalhos de conclusão de curso (TCC) em dissertações de mestrado, opta-se por incluir essa referência por se tratar de uma produção diretamente relacionada à temática desta pesquisa e cujos desdobramentos acadêmicos encontram-se em andamento.

3 MIGRANTE, IMIGRANTE E REFUGIADO

Antes de abordarmos os aspectos teóricos e epistemológicos que envolvem a migração, faz-se necessário compreender as diferenças conceituais entre os termos migrantes, imigrante, e refugiado, cujas diferenças não se restringem apenas à semântica, mas sim, carregam implicações políticas, sociais e jurídicas, impactando a forma como esses migrantes serão tratados, tanto socialmente, quanto institucionalmente. Assim, as distinções entre migrante, imigrante e refugiado não são categorias neutras, mas construções políticas e administrativas inseridas nas práticas de governança migratória global (Castles; de Haas; Miller, 2013).

De acordo com o Glossário da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019), migrante é toda e qualquer pessoa que se desloca da sua residência habitual, independente do motivo. Já o Glossário Migrações, publicado pelo instituto de gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) define o migrante como:

O termo é utilizado para denominar aquele que se desloca em espaço circunscrito a um território nacional. “Migrante interno” ou “migrante nacional” também são expressões utilizadas, mostrando como este termo tende a compor um conjunto com os dois anteriores. Os migrantes escolhem se deslocar principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões, e continuam recebendo a proteção do seu governo. Ressalta-se o reconhecimento do migrante enquanto sujeito de direitos, não o definindo a partir de se este “sai” ou “entra” de determinado território nacional ou mesmo se permanece nele. (Instituto De Estudos De Gênero; UFSC, 2022).

Embora as definições institucionais sejam fundamentais para fins analíticos e jurídicos, o termo “migrante” não deve ser compreendido apenas como uma categoria administrativa. Sayad (2004) destaca que a migração constitui um fato atravessado por dimensões políticas, econômicas, simbólicas e afetivas, que não se esgotam nas classificações estatais. Para o autor, o migrante é simultaneamente sujeito de deslocamento e de pertencimento interrompido, o que torna insuficiente qualquer definição que o reduza a um estatuto formal. Essa perspectiva permite compreender que a condição migratória ultrapassa o ato de deslocar-se, envolvendo processos de despossessão, reconfiguração identitária e reposicionamento social.

Já o termo imigrante designa aquele que entra em um país diferente de sua

origem com o propósito de residir nele, seja temporária ou permanentemente. A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019) esclarece que, do ponto de vista do Estado de acolhida, imigração refere-se ao ato de ingresso num novo território nacional por pessoa de outra nacionalidade para residência usual ou permanente. De forma complementar, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR (2015) reforça que, embora imigrante e refugiado muitas vezes sejam usados de forma intercambiável, eles se diferenciam em termos jurídicos e de proteção: o refugiado foge por motivos de vida, liberdade ou perseguição, enquanto o imigrante busca melhorias de vida, trabalho, estudo ou reunificação familiar.

Do ponto de vista analítico, entretanto, a distinção entre migrante e imigrante não é neutra. Castles, de Haas e Miller (2013) argumentam que essas categorias são historicamente produzidas pelos Estados nacionais e refletem interesses políticos específicos relacionados ao controle de fronteiras, à gestão da força de trabalho e à definição de pertencimento nacional. Assim, o uso do termo “imigrante” tende a enfatizar a perspectiva do país de acolhida, enquanto invisibiliza as trajetórias, motivações e condições estruturais que impulsionam o deslocamento. Essa crítica reforça a necessidade de tratar tais categorias como construções políticas, e não como descrições naturais ou universais da mobilidade humana.

Sendo assim, o termo refugiado está juridicamente definido na Convenção de Genebra de 1951, como toda pessoa que, "devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país (ACNUR, 1951).

Os estudos desenvolvidos no âmbito dos Observatórios das Migrações, vinculados a universidades como Unicamp, Unir e Udesc, têm contribuído para uma compreensão ampliada da migração internacional no Brasil, ao evidenciar que os deslocamentos não podem ser reduzidos a categorias jurídicas fixas (Baeninger, 2017). Essa produção destaca que as experiências migratórias são atravessadas por desigualdades estruturais e por condições específicas de inserção social, variando conforme gênero, raça, classe e território, o que tensiona as classificações institucionais tradicionais adotadas pelo Estado (Baeninger *et al.*, 2018; OBMigra,

2020).

Fernandes e Faria (2016), ao analisarem os dados do SINCRE, evidenciam que as categorias “imigrante”, “refugiado” e “estrangeiro” são operacionalizadas pelo Estado brasileiro a partir de critérios jurídicos e administrativos que nem sempre correspondem às experiências reais de mobilidade e vulnerabilidade vividas pelos sujeitos. O registro migratório, nesse sentido, não apenas descreve fluxos populacionais, mas também produz classificações que impactam o acesso a direitos, políticas públicas e serviços.

Nessa perspectiva, os registros administrativos não devem ser compreendidos apenas como instrumentos técnicos de catalogação, mas como dispositivos de poder que produzem classificações e hierarquias entre sujeitos em mobilidade. Sayad (2004) observa que o estatuto jurídico atribuído ao migrante condiciona sua possibilidade de existência social legítima no país de destino, delimitando o acesso a direitos e formas de reconhecimento. Assim, a classificação institucional não apenas descreve a mobilidade, mas participa ativamente da produção de vulnerabilidades, especialmente quando desconsidera as trajetórias concretas e as condições estruturais que impulsionam o deslocamento.

Autores como Castles, de Haas e Miller (2013) destacam que, no contexto contemporâneo, a mobilidade internacional ocorre em um cenário marcado por profundas assimetrias globais, no qual os países centrais concentram o poder de definir critérios de admissão, permanência e exclusão. Nessa ordem migratória global, categorias como “refugiado” e “migrante” operam como filtros seletivos que distinguem deslocamentos considerados legítimos daqueles tratados como indesejáveis ou ilegítimos, reforçando hierarquias entre nacionalidades, territórios e grupos sociais.

Contudo, embora essa definição tenha respaldo internacional legal, ela também impõe uma moldura restritiva, que pode excluir da condição de refugiados sujeitos que se deslocam por fatores estruturais como a fome, colapso ambiental ou violência generalizada, mas que não conseguem comprovar perseguição individualizada. Essa delimitação jurídica reflete uma lógica burocrática que, muitas vezes, desconsidera a complexidade das experiências migratórias nos países periféricos e suas interseccionalidades com raça, classe e gênero.

A figura a seguir reúne, de forma sintética, as definições de migrante, imigrante

e refugiado utilizadas neste trabalho, em diálogo com os referenciais institucionais e teóricos mobilizados ao longo do capítulo. Seu objetivo é organizar visualmente esses conceitos, tal como empregados na pesquisa, facilitando a compreensão das diferenças entre os termos, sem pretensão de esgotar os debates teóricos e políticos que os atravessam.

Figura 3 - Definições dos termos: migrante; imigrante e refugiado.



Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em OIM (2019), ACNUR (1951) e OBMigra (2023).

Desse modo, compreender as distinções entre migrante, imigrante e refugiado implica reconhecer que tais categorias operam como dispositivos de ordenamento da mobilidade humana, produzindo efeitos concretos sobre o acesso a direitos, políticas públicas e formas de reconhecimento institucional. Mais do que rótulos descritivos, esses termos estruturam práticas estatais e discursos sociais que podem tanto ampliar

quanto restringir as possibilidades de proteção e inserção dos sujeitos em mobilidade. Assim, ao adotar uma leitura crítica e reflexiva dessas definições, este trabalho busca situá-las como construções históricas e políticas, fundamentais para a análise das experiências migratórias e das desigualdades que atravessam os contextos de deslocamento e acolhimento.

3.1 ASPECTOS SOCIAIS DA MIGRAÇÃO

A migração, frequentemente reduzida a deslocamentos voluntários ou emergenciais, deve ser compreendida como um fenômeno social estruturado por relações de poder. Longe de se configurar apenas como uma movimentação individual em busca de melhores condições de vida, ela expressa respostas históricas às desigualdades sistemáticas produzidas por dinâmicas coloniais, imperiais e capitalistas. Nesse sentido, compreender os aspectos sociais da migração exige deslocar o olhar para além dos movimentos geográficos, reconhecendo os atravessamentos de classe, raça, gênero e nacionalidade que marcam a experiência migratória.

Segundo Bauder (2011), os movimentos migratórios não constituem eventos isolados ou excepcionais, mas integram sistemas transnacionais que reproduzem desigualdades estruturais. O autor destaca que os migrantes cumprem um papel funcional no capitalismo global ao ocuparem posições precarizadas nos mercados de trabalho, ao mesmo tempo em que permanecem social e politicamente subordinados. Assim, a figura do migrante é moldada por fronteiras sociais e institucionais que não apenas regulam o ingresso nos territórios nacionais, mas também delimitam o acesso a direitos, reconhecimento e pertencimento.

Essa leitura é aprofundada por Sassen (2016), ao evidenciar que a migração contemporânea está diretamente vinculada às dinâmicas do capitalismo global, responsáveis por produzir processos contínuos de expulsão social e econômica. Para a autora, esses deslocamentos não se resumem ao movimento físico de pessoas, mas à criação de condições estruturais que empurram populações inteiras para fora dos sistemas econômicos, sociais e políticos dominantes.

Os imigrantes da atualidade não são os mais pobres em seus países de origem. Tampouco são originados pelos fatores de pressão

extrema que fomentam os três tipos de fluxos descritos aqui. Por sua vez, estes refugiados também não são geralmente os mais pobres em seus países, ainda que ter deixado os seus países de origem os tenha deixado sem recursos; muitos deles têm altos níveis educacionais e começaram com recursos.” (Sassen, 2016, p. 38).

Ao analisar o lugar do Haiti na ordem mundial, Casimir (2018) argumenta que o país é historicamente enquadrado como território de fracasso, carência e miséria, não em função de uma realidade intrínseca, mas como resultado de um discurso internacional que o posiciona de forma subalterna. Essa narrativa, construída a partir de uma leitura colonial da história, apaga a agência política e social do povo haitiano e naturaliza sua exclusão nos circuitos globais de poder. Tal processo reflete nos países de destino, como o Brasil, onde migrantes haitianos enfrentam estigmatizações que afetam diretamente suas possibilidades de inserção social e acesso a direitos.

Essa compreensão articula-se à perspectiva de Sayad (1998), para quem a migração deve ser entendida como um fenômeno estrutural que ultrapassa explicações individualizantes, uma vez que expõe relações de dominação presentes tanto nas sociedades de origem quanto nas de acolhimento. Nesse sentido, o autor afirma que:

A imigração é um fato social total, no sentido de que põe em jogo a totalidade da sociedade de origem e da sociedade de acolhimento, revelando as relações de dominação que estruturam ambas” (Sayad, 1998, p. 15).

Complementarmente, Sassen (2016) contribui para a compreensão da migração contemporânea ao evidenciar que os deslocamentos populacionais estão profundamente vinculados às dinâmicas do capitalismo global, que produzem processos de expulsão social e econômica. Para a autora, tais processos não apenas deslocam populações, mas também restringem seu acesso a direitos e formas plenas de pertencimento, uma vez que

As expulsões não dizem respeito apenas ao movimento de pessoas, mas à produção de condições estruturais que empurram grupos inteiros para fora dos sistemas econômicos, sociais e políticos dominantes” (Sassen, 2016, p. 10).

Nesse sentido, Cesaire (2000) alerta para o fato de que o colonialismo não é apenas um projeto de dominação territorial, mas também uma forma de desumanização do outro, que ecoa nas práticas sociais e institucionais tanto das sociedades de destino, como nas sociedades de acolhimento. A migração, portanto,

precisa ser lida como parte de um projeto histórico mais amplo que articula racismo, exploração e negação de direitos. Assim, nos valendo do contexto citado, Balibar (2004) ao discutir sobre fronteiras, mostra que a cidadania é um conceito seletivo e condicional, sendo constantemente renegociada com o intuito de exclusão daqueles que não se encaixam no que o autor chama de categorias normativas do pertencimento.

No caso de mulheres migrantes, e como já citado, essa exclusão é intensificada pela interseção entre gênero, raça e classe, evidenciando que o status de migrante é profundamente marcado por desigualdades estruturais. As dinâmicas políticas, econômicas e históricas que situam o Haiti em uma posição periférica na ordem capitalista global, bem como os processos que sustentam essa condição, serão aprofundadas no capítulo dedicado à história do Haiti e à sua condição pós-colonial. Nesta seção, tais elementos são mobilizados como base para compreender a produção social da migração haitiana e as desigualdades estruturais que atravessam sua inserção nos contextos de destino. Ao trazer essas perspectivas para o referencial teórico, esta pesquisa buscou contribuir para o debate sobre as desigualdades estruturais que organizam a migração, reconhecendo mulheres haitianas diante de contextos marcados pela negação de direitos e pela invisibilização de suas histórias.

3.2 MIGRAÇÃO NO BRASIL: MARCOS LEGAIS, DIREITOS E POLÍTICAS

A migração no Brasil não pode ser compreendida dissociada do próprio processo de formação histórica do país, marcado desde o início por deslocamentos forçados, colonização e escravização. Os primeiros grandes fluxos populacionais que estruturaram o território brasileiro a partir do século XVI não foram resultado de políticas de acolhimento, mas de um projeto colonial que promoveu a vinda compulsória de milhões de pessoas africanas escravizadas, configurando a escravidão como elemento estruturante da sociedade brasileira e da organização do trabalho, território e poder (Moura, 2014). Ao mesmo tempo, esse processo implicou, na expulsão e extermínio de povos indígenas originários, consolidando formas de hierarquização social e racial que atravessaram a constituição do Estado nacional brasileiro. Esses movimentos, assimétricos e violentos, não apenas moldaram a composição demográfica do país, como também estabeleceram uma relação histórica

entre mobilidade humana, hierarquização social e controle estatal, cuja permanência pode ser observada nas formas pelas quais o Brasil passou a classificar e governar populações ao longo do tempo (Schwarcz, 1993).

Ao longo dos séculos seguintes, a migração passou a ser incorporada de forma seletiva aos projetos nacionais, especialmente a partir do século XIX, quando o Estado brasileiro estimulou a entrada de migrantes europeus com objetivos econômicos e políticos, vinculando a migração ao ideal de progresso e à reorganização do mercado de trabalho no período pós-abolição. A consolidação desse modelo evidencia que, desde suas origens, a migração no Brasil foi regulada por critérios de utilidade, exclusão e desigualdade, criando bases simbólicas e institucionais que antecederam a formalização de dispositivos legais específicos, mas já delineavam um padrão de gestão da mobilidade humana articulado à reorganização do trabalho e ao controle social (Costa, 1998).

Diante desse cenário, ao longo do século XX, a gestão da migração no Brasil passa a se reorganizar, incorporando preocupações relacionadas à soberania e atuação do Estado sobre a circulação de pessoas. Esse deslocamento não representa uma ruptura com os padrões anteriores, mas a consolidação de práticas administrativas e políticas que já vinham operando de forma seletiva (Carneiro, 2018). Ainda, como analisa a autora, o controle do estrangeiro no Brasil resulta de um processo histórico cumulativo, no qual a distinção entre nacionais e estrangeiros se estrutura antes mesmo da existência de uma legislação migratória sistematizada (Carneiro; 2018).

Nesse sentido, Sprandel (2018) destaca que a normatização da migração no país deve ser compreendida como produto de disputas políticas e institucionais, nas quais se reafirmam mecanismos de vigilância, classificação e restrição da presença estrangeira e consolida um campo de intervenção estatal sobre a migração que prepara o terreno para a formalização jurídica do controle migratório. Esse processo se formaliza juridicamente com a promulgação do Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei n. 6.815, de 1980 (Brasil, 1980), no contexto do regime militar.

A legislação passa a tratar a migração a partir de uma lógica centrada na segurança nacional e na defesa do Estado, deslocando o foco da pessoa migrante para o risco potencial que sua presença poderia representar. Muito além de regular

procedimentos administrativos, o Estatuto construiu uma visão do que estrangeiro como sujeito permanentemente passível de vigilância, restrição e sanção, conferindo ampla margem de discricionariedade às autoridades estatais para autorizar, limitar ou interromper sua permanência no território nacional.

[...] Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional. (Brasil, 1980, art. 2º).

É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou a moralidade pública. (Brasil, 1980, art. 65).

A permanência do Estatuto do Estrangeiro no ordenamento jurídico brasileiro ao longo de décadas evidencia a força institucional de uma política migratória orientada por critérios de controle e exceção; mesmo após o fim do regime militar, a legislação continuou a regular a presença de pessoas estrangeiras a partir de uma lógica securitária, sustentando mecanismos amplos de vigilância, restrição e expulsão. Essa permanência revela que a política migratória não acompanhou de forma imediata as transformações políticas e sociais vividas pelo país, mantendo-se ancorada em concepções produzidas em um contexto autoritário (Carneiro, 2018).

Marcando o final da década de 1980, o Brasil vivencia um processo de redemocratização que redefine as bases de organização do Estado e da relação entre poder público e sociedade civil. Nesse contexto, a promulgação da Constituição Federal de 1988 inaugura um novo marco normativo no ordenamento jurídico brasileiro, fundado na centralidade dos direitos fundamentais, na dignidade da pessoa humana e na ampliação das garantias individuais (Brasil, 1988). Ainda que o texto constitucional não trate de forma específica da migração, seus princípios gerais passam a orientar a atuação estatal sobre todas as pessoas sob sua jurisdição, independentemente da nacionalidade.

A partir desse novo horizonte constitucional, a permanência do Estatuto do Estrangeiro no ordenamento jurídico brasileiro passa a evidenciar tensões entre os princípios afirmados pela Constituição de 1988 e uma legislação migratória ainda orientada pela lógica da segurança nacional. Enquanto a Constituição estabelece a centralidade dos direitos humanos fundamentais, da dignidade da pessoa humana e da limitação do poder estatal, o Estatuto mantém dispositivos que autorizam práticas

amplas de vigilância, restrição e expulsão de pessoas estrangeiras (Brasil, 1988).

O Estatuto do Estrangeiro instituiu um verdadeiro regime de exceção para os não nacionais, ao subordinar a permanência do estrangeiro no país a critérios amplos e indeterminados de segurança nacional, conferindo ao Estado poderes discricionários incompatíveis com um regime democrático. (Carneiro, 2018, p. 62).

Conforme analisa Carneiro (2018), essa coexistência normativa produz um campo de contradições no qual uma legislação infraconstitucional de matriz autoritária continua operando em um contexto formalmente democrático, evidencia a dificuldade do Estado brasileiro em reorientar sua política migratória à luz dos princípios constitucionais inaugurados em 1988.

Ao longo das décadas posteriores à Constituição de 1988, a permanência do Estatuto do Estrangeiro torna-se progressivamente dissociada das transformações nos fluxos migratórios que passam a caracterizar o Brasil. Como aponta Baeninger (2012), o país deixa de ocupar uma posição marginal no sistema migratório internacional e passa a receber fluxos mais diversificados, tanto em termos de origens quanto de perfis sociais, econômicos e políticos das pessoas migrantes. Nesse sentido, Carneiro (2018) analisa que a manutenção do Estatuto após a redemocratização não apenas tensiona os princípios constitucionais, mas revela a persistência de uma racionalidade estatal que dificulta a reorientação da política migratória a partir de uma perspectiva baseada em direitos, como previa a constituição.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir das contribuições teóricas que analisam o papel do Estado na gestão da migração. Sayad (1998) contribui ao demonstrar que a migração não se limita ao deslocamento de pessoas entre territórios, mas é construída de forma política. Nesse processo, o migrante tende a ser percebido como presença provisória, cuja circulação e permanência são constantemente condicionadas. A gestão da migração passa, assim, a operar por meio de mecanismos de vigilância e restrição, que tornam a exceção e a precarização de direitos práticas recorrentes. No contexto brasileiro, de acordo com Carneiro (2018), essa lógica se expressa na dificuldade de romper com dispositivos legais orientados pelo controle da mobilidade, mesmo após a redemocratização, como citado. A permanência de uma legislação migratória restritiva, em contraste com um

marco constitucional fundado na ampliação de direitos, evidencia que a política migratória não se reorganiza automaticamente a partir de mudanças institucionais mais amplas.

A partir da década de 1990, a permanência do Estatuto do Estrangeiro passa a ser crescentemente questionada diante das transformações políticas e sociais vividas pelo país. A ampliação e a diversificação dos fluxos migratórios tornam mais evidente a inadequação de uma legislação orientada pela lógica da segurança nacional e exclusão (Baeninger, 2012). Ainda nesse contexto, como analisa Carneiro (2018), a migração deixa de ser tratada exclusivamente como questão administrativa e passa a integrar debates mais amplos sobre direitos humanos, cidadania e políticas públicas.

Uma alteração substantiva na política migratória brasileira ocorre apenas quase trinta anos após a redemocratização, ao longo desse período, a legislação migratória permaneceu baseada em um marco normativo anterior, apesar das mudanças sociais e dos questionamentos acumulados em torno da forma como o Estado regulava e tratava a migração (Sprandel, 2018). Ainda sobre essa alteração, Carneiro (2018), contribui ao enfatizar que substituição do Estatuto do Estrangeiro resulta de um processo lento e marcado por disputas políticas, no qual diferentes projetos de regulação da mobilidade humana estiveram em confronto, retardando a consolidação de uma legislação orientada por direitos. A promulgação da Lei de Migração, em 2017, expressa esse percurso tardio de revisão normativa, mais do que uma ruptura imediata com o modelo anterior.

[...] Mesmo que a nova lei tenha sido comemorada por valorizar um paradigma de Direitos Humanos, seu processo de elaboração evidenciou a resiliência da narrativa que enfatiza a 'defesa da segurança nacional' e o 'estrangeiro como ameaça'. (Sprandel, 2018, p. 15).

A permanência dessa narrativa durante a tramitação da Lei de Migração tem implicações diretas sobre o alcance concreto da norma. A Lei n. 13.445/2017 (Brasil, 2017) representa um avanço ao substituir o paradigma do estrangeiro pelo da pessoa migrante como sujeito de direitos. No entanto, sua formulação final incorpora concessões e ambiguidades que limitam uma ruptura efetiva com o modelo anterior.

Sprandel (2018) destaca que a incorporação de princípios de direitos humanos na Lei de Migração convive, tanto no texto legal quanto em sua regulamentação, com dispositivos que preservam margens para práticas de controle, seletividade e

discrecionalidade estatal. Essa coexistência indica que a alteração normativa, embora relevante, não rompe automaticamente com as racionalidades que historicamente orientaram a política migratória no Brasil. Desse modo, permanecem possíveis interpretações restritivas e formas ampliadas de atuação administrativa. Assim, ainda que a Lei de Migração represente um avanço no reconhecimento de direitos, sua efetividade depende das maneiras pelas quais o Estado concretiza e aplica esses dispositivos no cotidiano da gestão migratória.

Atualmente, o Brasil se consolida como país de destino, trânsito e permanência de populações migrantes e refugiadas, com fluxos marcados pela diversidade de origens, perfis e motivações. Essa configuração reflete transformações recentes nos padrões migratórios, que passaram a envolver de forma mais intensa países da América Latina e Caribe.

Dados oficiais indicam que, entre 2010 e 2024, o país registrou cerca de 1,7 milhão de migrantes residentes, incluindo autorizações temporárias, permanentes e fronteiriças, compondo um fluxo migratório acumulado de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas (OBMigra, 2024). Entre as principais nacionalidades presentes no território brasileiro destacam-se migrantes provenientes da Venezuela, Haiti e Bolívia, que marcam de forma recorrente entre os maiores contingentes registrados. No campo do refúgio, os venezuelanos constituem o grupo mais numeroso entre as pessoas reconhecidas como refugiadas, seguidos por nacionais da Síria e da República Democrática do Congo; entre os solicitantes de reconhecimento de refúgio, sobressaem os venezuelanos, cubanos e haitianos (OBMigra, 2024; ACNUR, 2023).

Diante desse quadro, a resposta institucional à migração no Brasil se organiza por meio de um conjunto de leis e políticas públicas que, embora dialoguem entre si, nem sempre operam de forma plenamente integrada. No campo do refúgio, a principal instância responsável é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão encarregado da análise e decisão dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, conforme estabelecido pela Lei n. 9.474/1997. Para além do reconhecimento formal, a atuação do CONARE envolve a articulação com outros órgãos estatais na garantia de documentação, autorização de trabalho e acesso a serviços públicos, inserindo a população refugiada em políticas sociais mais amplas (Carneiro, 2018).

No âmbito das políticas públicas universais, pessoas migrantes e refugiadas têm, de acordo com o plano normativo, acesso aos sistemas nacionais de proteção social, como o Sistema Único de Saúde (SUS) que assegura atendimento integral e universal independentemente da nacionalidade; enquanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui a principal porta de entrada para benefícios e serviços assistenciais, por meio de programas como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Na prática, porém, mesmo com o direito garantido, o acesso a esses serviços depende de fatores como a regularização documental, acesso a informações e especialização dos serviços prestados por esses órgãos.

A partir do percurso apresentado neste capítulo, torna-se evidente que o reconhecimento formal de direitos no campo da migração não assegura, automaticamente, seu exercício no cotidiano das pessoas migrantes. Nesse cenário, o acesso à informação assume papel decisivo, uma vez que dificuldades de compreensão, circulação e uso de informações úteis interferem diretamente na possibilidade de acessar serviços e políticas públicas. Nesse sentido Vitorino (2018), cita que a vulnerabilidade em informação se manifesta justamente quando barreiras informacionais limitam a autonomia e o exercício de direitos. Assim, compreender a migração sob essa perspectiva permite analisar como a informação, ou a ausência dela, produz desigualdades para essa população.

4 HISTÓRIA DO HAITI E SUA CONDIÇÃO PÓS-COLONIAL

Localizado na porção ocidental da ilha Hispaniola, no Caribe, o Haiti é um país que abriga aproximadamente 11 milhões de habitantes. Sua capital, Porto Príncipe (Port-au-Prince), concentra cerca de um quarto da população nacional, reunindo quase três milhões de pessoas em um espaço marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e por uma intensa centralização urbana.

Compreender a trajetória histórica do Haiti exige uma ruptura com as narrativas tradicionais que tendem a invisibilizar ou simplificar a complexidade de sua formação social e política. Segundo Nogueira (2017), a história haitiana é marcada por um duplo movimento: o da resistência dos povos africanos escravizados à ordem colonial europeia e o da punição internacional imposta à nação que ousou se insurgir. A autora destaca que o Haiti representa uma ferida aberta no imaginário colonial ocidental, pois, ao realizar a primeira revolução vitoriosa liderada por pessoas escravizadas nas Américas, rompeu com os fundamentos do sistema escravista global. Entretanto, esse gesto de emancipação não foi seguido de reconhecimento, pelo contrário, inaugurou um longo ciclo de isolamento, dívidas impostas, intervenções externas e instabilidades que perduram até hoje. Portanto, o Haiti permanece como um território insubmisso, cuja história precisa ser retomada desde o ponto de vista de seus sujeitos e da memória silenciada pelo colonialismo (Nogueira, 2017).

A revolução haitiana construiu um fato impensável pelo colonizador europeu, pois em nenhum país da América, os africanos escravizados foram tão longe na ruptura com a ordem estabelecida. E isso foi inaceitável. [...] Esse evento fundador da nação haitiana repercute em toda a sua existência e em todas as gerações, de forma que é evocado a cada impasse da história como aspecto de mobilização e agregação do povo haitiano. É o ponto de partida e a razão da existência da nação haitiana, como ficam evidentes nas narrativas (Nogueira, 2017, p. 41).

Essa omissão sistemática da história haitiana nos discursos históricos dominantes não é acidental. E sobre esse fato, Trouillot (1990) revela que a revolução haitiana que se iniciou em 1791 representou um acontecimento inconcebível para a racionalidade ocidental da época, visto que rompeu com os limites imagináveis da modernidade europeia. O autor demonstra que a produção da história é permeada por relações de poder que determinam o que será lembrado ou silenciado, e, nesse processo, o Haiti tornou-se exemplo paradigmático de como determinados eventos

são estrategicamente excluídos da memória histórica oficial. A revolução liderada por pessoas negras escravizadas, longe de ser celebrada como marco de liberdade e autodeterminação, foi tratada como uma anomalia, invisibilizada em manuais escolares, deslegitimada por historiografias hegemônicas e punida nos pactos políticos e econômicos internacionais (Trouillot, 1990).

O Haiti inicia sua existência de país livre entrincheirado numa América escravista e racista, que não aceita sua existência e impõe embargo econômico, e o condena ao fracasso, por ser absolutamente impensável o rumo que podia tomar um país liderado por ex-escravos (Nogueira, 2017, p. 50).

Sendo assim, não basta considerar o que a história oficial conta, mas é preciso interrogar quem fala, de onde fala. A história do Haiti deve ser retomada a partir de sua própria centralidade, recusando as lógicas coloniais que ainda operam no campo da memória e da geopolítica (Trouillot, 1990).

Para compreender a exclusão histórica do Haiti, faz-se necessário reconhecer que o colonialismo não se sustentou apenas pela dominação militar ou ocupação territorial, sua força residiu e ainda reside na capacidade de instaurar uma lógica de mundo que hierarquiza vidas e culturas. Trata-se de um projeto civilizatório que se impôs como universal, classificando os povos colonizados como inferiores e construindo, ao longo dos séculos, mecanismos simbólicos, políticos e epistemológicos de dominação. Essa estrutura de poder não desaparece com o fim formal da colonização, mas persiste nas formas de subalternização e silenciamento que moldam o presente (Césaire, 2020).

Ainda, Césaire (2020) afirma que o colonialismo não foi um ato de civilização, mas sim de barbárie. Ao invés de promover progresso como conta o senso comum, ele instaurou um regime de violência sistemática e desumanização. Para sustentar a exploração dos povos colonizados, foi necessário construir uma lógica que os desqualificasse como sujeitos e, ao mesmo tempo, anestesiasse a consciência moral dos colonizadores, tornando-os cúmplices de um sistema de opressão que segue naturalizando desigualdades.

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o negrótério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, porém, relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em

carcereiro, em açoute, e o homem nativo em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: colonização = coisificação (Césaire, 2020, p.24).

A leitura da história haitiana adotada neste capítulo dialoga com contribuições dos estudos pós-coloniais e decoloniais, compreendidos aqui não como perspectivas excludentes, mas como campos epistemológicos complementares. A abordagem pós-colonial permite evidenciar como os efeitos do colonialismo persistem para além de seu término formal, operando na produção de narrativas históricas e nos regimes de visibilidade que classificam determinados povos como fracassados, atrasados ou incapazes de autodeterminação. Nesse sentido, as reflexões de Trouillot (1990) e Casimir (2018) são centrais para compreender como o Haiti foi historicamente enquadrado por discursos que silenciam sua agência política e naturalizam sua marginalização no sistema internacional, até os dias de hoje.

Já a perspectiva decolonial, mobilizada sobretudo a partir de Vergès (2020), contribui para aprofundar a análise ao evidenciar que o colonialismo não se limita a uma herança histórica, mas estrutura relações contemporâneas de poder marcadas pela racialização, exploração e pelas hierarquias de gênero. A partir desse quadro, é fundamental compreender a Revolução Haitiana não apenas como uma ruptura pontual, mas como um processo histórico de luta política e reivindicação por humanidade. Nessa direção, Dubois (2012) evidencia que a revolução não foi um acidente isolado ou mero reflexo das ideias iluministas europeias, mas resultado direto da ação organizada de homens e mulheres negros que se recusaram a permanecer sob escravidão. Assim os insurgentes haitianos mobilizaram suas próprias concepções de liberdade, justiça e dignidade, reconfigurando radicalmente os limites do político e desafiando a ordem imperial. Longe de serem receptores passivos de ideias externas, os sujeitos da revolução protagonizaram uma das mais profundas transformações sociais da modernidade (Dubois, 2012).

Ao reivindicarem sua liberdade por meio da ação coletiva, os haitianos não apenas desestabilizaram o sistema escravista, como também expuseram os limites éticos e políticos das democracias coloniais. Embora a Revolução Haitiana represente uma ruptura simbólica e material com o colonialismo, as narrativas tradicionais ainda tendem a invisibilizar a participação das mulheres negras nesse processo. Como aponta Vergès (2020), essas mulheres desempenharam um papel fundamental não

apenas na luta pela libertação, mas também na sustentação das comunidades durante e após o período colonial.

Pensar a história do Haiti a partir de uma perspectiva feminista significa reconhecer que o impacto do colonialismo não foi homogêneo e que os efeitos da dominação recaíram de forma ainda mais intensa sobre meninas e mulheres negras. Seus corpos foram historicamente objetificados, controlados e explorados, tanto no plano físico quanto simbólico. No entanto, esses mesmos corpos também foram centrais na construção de formas de resistência. Mulheres haitianas atuaram na sustentação da vida, preservação de saberes ancestrais, organização de comunidades e na criação de redes de proteção e cuidado, mesmo quando essas ações não foram nomeadas ou valorizadas pelos registros oficiais (Vergès, 2020).

Assim, compreender a história do Haiti sob uma perspectiva crítica, decolonial e feminista é reconhecer que os atuais fluxos migratórios não são eventos isolados, mas desdobramentos de um passado marcado por violências coloniais, raciais e de gênero que ainda moldam a realidade haitiana e suas diásporas. As desigualdades e vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres haitianas migrantes, como as que vivem no Norte do Paraná, só podem ser plenamente analisadas quando inseridas nesse quadro histórico e estrutural. É a partir dessa compreensão ampliada que esta pesquisa busca refletir sobre as dinâmicas de vulnerabilidade social e informacional, investigando como a competência em informação pode se tornar um instrumento para visibilizar experiências, fortalecer a autonomia e contribuir para a construção de caminhos mais justos e inclusivos.

4.1 MIGRAÇÃO HAITIANA E SUAS RAÍZES

Não há como compreender a migração haitiana, sem refletir sobre os efeitos duradouros da colonização, escravidão e da constante instabilidade política e econômica que marcam o país desde sua independência. Considerado um dos países mais vulneráveis da América Latina, o Haiti enfrenta uma combinação de fatores estruturais como pobreza extrema, degradação ambiental, fragilidade institucional e exclusão social que alimentam ciclos recorrentes de deslocamento. Esses fluxos migratórios, embora históricos, se intensificaram dramaticamente nas últimas décadas, sobretudo após o terremoto devastador de 2010, que destruiu grande parte

da capital e deixou centenas de milhares de mortos, agravando ainda mais a já precária situação nacional.

Toda a situação de vulnerabilidade que o Haiti vivia foi agravada pela tragédia que acometeu o país em 12 de janeiro de 2010. Um terremoto, de grau 7,3 na escala *Richter*, atingiu a região Oeste do país, tendo seu epicentro a alguns quilômetros da capital *Port-au-Prince*, matando cerca de 300.000 pessoas, deixando um grande número de desabrigados (cerca de 1,5 milhão de pessoas) e reduzindo a escombros parcela importante da infraestrutura habitacional e governamental de um país extremamente centralizado. Foram 35 segundos de tremores intensos que sacudiu a área mais densamente povoada do Haiti. Nos dias seguintes alguns tremores voltaram a ocorrer, fazendo com que quase metade da população da região fugisse para campos de refugiados que surgiram no interior e nos arredores (Nogueira, 2017, p. 72).

Diante desse cenário, a migração tornou-se uma estratégia de sobrevivência adotada por milhares de haitianos, refletindo não apenas a busca por melhores condições de vida, mas também a fuga de contextos marcados por violência estrutural e ausência de garantias sociais básicas. Nesse contexto, Sayad (1998) propõe que a migração deve ser compreendida em sua totalidade, levando em conta os processos de exclusão, instabilidade política e econômica e no caso do Haiti, a herança colonial tão presente até os dias atuais.

Assim, a migração, situada no cerne da existência social haitiana, configura-se como uma possibilidade de busca por melhores condições de vida, mas também como a realização de sonhos individuais e coletivos. Nesse movimento, procura-se em outros territórios aquilo que o próprio país não é capaz de oferecer. É nesse contexto que o Brasil passa a se constituir como espaço de reconstrução da vida individual, familiar e social (Nogueira, 2017, p. 87).

Sayad (1998) também chama atenção para o fato de que a migração tende a ser tratada pelas sociedades de acolhimento de forma despolitizada, como se fosse uma escolha individual ou um problema a ser gerenciado. No entanto, é preciso reconhecer que o fenômeno migratório é expressão de desigualdades profundas entre países centrais e periféricos, de um sistema global que distribui oportunidades forma assimétrica. O migrante haitiano, nesse cenário, enfrenta não apenas os desafios inerentes ao deslocamento geográfico, mas também as consequências de pertencer a um país historicamente marcado pela marginalização internacional. Ao chegar às sociedades de destino, muitas vezes é recebido com desconfiança, estigmatizado e

submetido a processos constantes de exclusão social, econômica e simbólica. Mesmo quando busca trabalho, acesso à educação ou serviços de saúde, esbarra em barreiras institucionais e culturais que o mantêm em constante posições de vulnerabilidade (Sayad, 1998).

Conforme citado, a migração haitiana para o Brasil intensificou-se significativamente após o terremoto de 2010 em Porto Príncipe, um evento de grande magnitude que provocou a morte de milhares de pessoas e o deslocamento de centenas de milhares de haitianos. Antes desse desastre, os fluxos migratórios entre os dois países eram pouco expressivos e não configuravam um movimento de relevância demográfica ou política. Fernandes e Faria (2017) apontam que a tragédia natural foi um dos principais gatilhos para a mobilidade haitiana contemporânea, fazendo com que o Brasil surgisse como uma alternativa viável diante do agravamento da crise humanitária.

O cenário que se formou após o terremoto de 2010 criou dois movimentos. Em primeiro lugar, muitas pessoas se deslocaram para o interior do país. [...], pois em *Port-au-Prince*, não era possível ficar. Josué Jean Daniel Etienne conta que “a cidade Porto Príncipe estava em alerta, então fui para o interior. Passei três meses lá esperando as coisas se acalmarem”. Em seguida Josué foi para a República Dominicana e, depois, veio para o Brasil, no segundo movimento que foi a saída de milhares de pessoas do país. Embora o terremoto não possa ser qualificado como único motivador, marca o início do quarto grande fluxo migratório haitiano, inserindo o Brasil como território dos possíveis destinos (Nogueira, 2017, p. 79).

No entanto, o fortalecimento dessa rota migratória não pode ser compreendido apenas a partir do terremoto. A presença do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), desde 2004, consolidou uma imagem positiva do país junto à população haitiana e contribuiu para a construção de laços simbólicos e diplomáticos que influenciaram as decisões migratórias (Fernandes; Faria, 2017).

Ainda, segundo Fernandes e Faria (2017), a criação do visto humanitário em 2012 representou uma resposta institucional brasileira aos pedidos crescentes de refúgio, buscando regularizar a entrada de haitianos por vias legais. Embora essa medida tenha ampliado o acesso à documentação, os autores alertam que, sem a devida articulação entre políticas migratórias e sociais, os desafios à integração persistem. Nogueira (2017) reforça que a migração haitiana revela as ambiguidades

do acolhimento no Brasil, marcado por avanços normativos e limitações estruturais, o que frequentemente expõe os migrantes a condições de vulnerabilidade mesmo após sua entrada regular no país.

As políticas institucionais/formais do Estado nacional brasileiro diante da imigração internacional ganham espaço a partir da segunda metade do século XIX, momento em que o Brasil, já independente e em meio ao período que o conduziu à República, buscava atrair imigrantes europeus para povoá-lo e substituir a mão de obra escrava. Nesse período, a imigração era diretamente associada à colonização de terras no Brasil, o que perdura até as primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, obedecia a critérios de ordem racial, em sintonia com as discussões sobre teorias racialistas, muito influentes na época (Minchola, 2020, p. 69).

Apesar de o Brasil ter adotado, em 2012, o visto humanitário como resposta institucional aos pedidos crescentes de refúgio por parte de nacionais haitianos, observa-se que o cenário migratório atual é marcado por uma intensificação dos entraves burocráticos e legais. Demétrio, Baeninger e Domeniconi (2023) apontam que a migração haitiana vive uma nova fase, caracterizada pela dificuldade no acesso à regularização de familiares por meio da reunião familiar, o que revela uma mudança significativa na postura do Estado brasileiro. Se antes a atuação estava vinculada a uma lógica de acolhimento, influenciada pela participação do Brasil na MINUSTAH, hoje o país assume um papel ambíguo, operando como uma espécie de fronteira dos direitos humanos, onde o direito à mobilidade e à vida familiar é tensionado por decisões institucionais restritivas.

Essa mudança expressa uma contradição entre o discurso humanitário e a prática jurídica e administrativa, reforçando a fragmentação das famílias haitianas e revelando a vulnerabilidade estrutural a que esses sujeitos estão expostos. Além das dificuldades para garantir a entrada legal de familiares, a ausência de articulação entre as políticas migratórias e sociais impede avanços reais no processo de integração. Como já alertam Fernandes e Faria (2017), sem políticas públicas que articulem a regularização documental com ações efetivas de inclusão, os desafios à integração se mantêm. Nogueira (2017) reforça esse entendimento ao afirmar que a experiência haitiana no Brasil é marcada por ambiguidades: mesmo diante de avanços normativos, persistem obstáculos estruturais que expõem os migrantes a diferentes formas de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a fragmentação familiar, os entraves legais e a precariedade

de informações acessíveis constituem dimensões interligadas da vulnerabilidade vivida, sobretudo por mulheres haitianas. A dificuldade em acessar informações claras sobre direitos, procedimentos legais e redes de apoio, evidencia uma condição de vulnerabilidade em informação (Vitorino, 2018), que se soma à vulnerabilidade social no cotidiano migratório. Tal sobreposição de vulnerabilidades impacta diretamente a autonomia, a segurança e a capacidade de reivindicação de direitos, exigindo uma abordagem informacional crítica e interseccional.

4.2 HAITI NA ATUALIDADE: CONTINUIDADES, RUPTURAS E FORMAS DE RESISTÊNCIA

A forma como o Haiti é compreendido nos discursos históricos, políticos e midiáticos tem sido, ao longo do tempo, atravessada por narrativas que o associam à carência e ao fracasso. Esse enquadramento não se constrói de maneira pontual ou circunstancial, mas é resultado de processos históricos de produção de sentido que acompanham o país desde sua constituição como Estado independente. Ao analisar a Revolução Haitiana e sua posterior exclusão das narrativas hegemônicas da história ocidental, Trouillot (1990) demonstra como determinados acontecimentos são impensáveis e produzem leituras que naturalizam a marginalização do Haiti no cenário internacional. Essa lógica de subjugação simbólica e política não se restringe ao passado, mas se reatualiza em diferentes contextos, contribuindo para a persistência de interpretações que reduzem o país a um espaço de crise contínua, desconsiderando as estruturas históricas, econômicas e geopolíticas que sustentam essa posição. Chancy (2023) observa que tais representações tendem a obscurecer a complexidade da sociedade haitiana, reforçando uma visão que limita o reconhecimento de sua produção social, política e cultural.

Essa lógica histórica de subjugação simbólica e política se expressa de maneira concreta na configuração recente do Haiti. Ao analisar os efeitos prolongados da instabilidade institucional no país, Schuller (2016) argumenta que o enfraquecimento do Estado haitiano não pode ser compreendido como falha interna, mas sim como resultado de um longo processo de intervenções internacionais, dependência política e esvaziamento das estruturas de governabilidade. Nesse contexto, o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, não representa uma ruptura inesperada, mas a intensificação de um cenário já marcado pela ausência de segurança política,

expansão de grupos armados e pela precarização dos serviços públicos.

Nessa mesma direção, Chancy (2023) observa que esses acontecimentos recentes são frequentemente mobilizados por discursos midiáticos e políticos para reafirmar a imagem do Haiti como espaço permanente de caos, obscurecendo as condições históricas que sustentam essa instabilidade. Em diálogo com Trouillot (1990), é possível compreender que tais leituras reiteram mecanismos de silenciamento e descontextualização, ao apresentar a crise haitiana como um fenômeno excepcional, desvinculado das relações de poder globais que continuam a produzir vulnerabilidades estruturais no país.

Apesar do agravamento da instabilidade política e da fragilidade institucional que marcam o Haiti nas últimas décadas, a realidade contemporânea do país não pode ser apreendida exclusivamente a partir das categorias de colapso, falência estatal ou ausência de organização social. Ao analisar o Haiti no século XXI, Chancy (2023) destaca que mesmo que leituras externas recorrentes tendem a reduzir o país a um espaço de crise permanente, desconsiderando as formas concretas pelas quais a sociedade haitiana segue produzindo vida social, ação política e pertencimento coletivo. Essas interpretações, ao privilegiarem a excepcionalização da crise, obscurecem os modos pelos quais a população organiza o cotidiano, constrói redes de apoio e sustenta práticas sociais que garantem continuidade e sentido à vida coletiva. Schuller (2016) reforça que tais formas de organização não surgem como respostas excepcionais à crise, mas constituem modos históricos de enfrentamento das vulnerabilidades estruturais produzidas por longos processos de intervenção externa e esvaziamento da soberania estatal. Assim, compreender o Haiti contemporâneo implica reconhecer que, paralelamente à instabilidade política, persistem práticas sociais e políticas que afirmam a capacidade de ação coletiva da população haitiana.

Nesse cenário, o Haiti ocupa, na ordem global contemporânea, uma posição marcada pela tutela permanente, pela excepcionalização da crise e pela recorrente legitimação de intervenções externas. O país é frequentemente enquadrado como incapaz de governar a si mesmo, sendo tratado como objeto de gestão humanitária, securitária ou técnica. Esse posicionamento não resulta apenas de suas condições internas, mas de uma longa história de inserção subordinada no sistema internacional,

que deslegitima suas formas próprias de organização social e racionalidade política. Como apontam Trouillot (1990), Schuller (2016) e Chancy (2023), esse enquadramento contribui para a reprodução de estigmas, para o apagamento da agência social haitiana e para a naturalização de vulnerabilidades produzidas por relações globais assimétricas.

A sociedade haitiana historicamente construiu formas próprias de sociabilidade, cuidado e ação coletiva que não se organizam a partir dos parâmetros estatais ou institucionais ocidentais, mas de arranjos comunitários, simbólicos e culturais profundamente enraizados. Chancy (2023) destaca que essas formas de organização constituem práticas cotidianas de sobrevivência e pertencimento, por meio das quais a população haitiana produz continuidade social. Nesse quadro, o vodu assume importante papel, como prática social e histórica, articulando dimensões religiosas, comunitárias e políticas da vida haitiana. Hurbon (1987) demonstra que o vodu não pode ser compreendido como expressão exclusivamente espiritual, mas como um sistema de organização social que estrutura redes de solidariedade, transmissão de saberes e formas de autoridade simbólica. Ao longo da história haitiana, essas práticas possibilitaram a construção de espaços coletivos de apoio mútuo, nos quais o cuidado, a memória e a reciprocidade sustentam a vida social para além das instituições formais.

Ainda sobre o vodu como forma de resistência, Chancy (2023), enfatiza que são as mulheres que, historicamente, sustentam a transmissão intergeracional de saberes, valores e práticas que garantem a continuidade da memória social haitiana, tanto nos espaços domésticos quanto nos comunitários. No âmbito do vodu, essa atuação se expressa na mediação dos rituais, cuidado coletivo, preservação da memória ancestral e na circulação de conhecimentos que articulam corpo, espiritualidade e organização social. Como já mencionado, longe de uma dimensão estritamente religiosa, essas práticas constituem formas socialmente situadas de produção e compartilhamento de saberes, por meio das quais as mulheres orientam condutas, fortalecem vínculos e produzem pertencimento coletivo (Chancy, 2023).

Sobre o papel das mulheres, Hurbon (1987) ainda destaca que o vodu organiza relações sociais baseadas na reciprocidade, escuta e partilha, nas quais as mulheres exercem funções fundamentais como guardiãs da memória coletiva e da autoridade.

Esses saberes não são codificados em registros formais, mas sim transmitidos por meio da oralidade, observação participação na vida ritual e comunitária, configurando modos próprios de produção e circulação do conhecimento. Assim, o vodu atua como um espaço de elaboração coletiva de sentidos, no qual as mulheres desempenham papel decisivo na manutenção das redes de cuidado e solidariedade que atravessam gerações.

No Haiti, as pertenças religiosas não se organizam de forma rígida ou excludente, sendo marcadas por fortes processos de sincretismo e sobreposição de práticas. Dados do CIA World Factbook indicam que cerca de 55 % da população haitiana se identifica como católica romana, enquanto aproximadamente 28 % a 30 % se declara protestante, com destaque para o crescimento das igrejas evangélicas ao longo do século XX e início do XXI (CIA, 2023). Entretanto, os registros oficiais apontam que apenas cerca de 2% da população se declara exclusivamente praticante do vodu, número amplamente reconhecido como subestimado em função da histórica estigmatização dessa prática religiosa e de sua convivência com o catolicismo e outras tradições cristãs (CIA, 2023).

Entretanto, estudos antropológicos e sociológicos indicam que entre 50 % e 80% da população haitiana incorpora elementos do vodu em sua vida religiosa e social, mesmo quando se identifica formalmente como católica ou protestante, o que evidencia seu caráter transversal e estruturante na sociedade haitiana (Hurbon, 1987; Chancy, 1997). Nesse sentido, o vodu não pode ser compreendido apenas como religião, mas como um sistema cultural, simbólico e comunitário que organiza relações sociais, práticas de cuidado, transmissão de saberes e formas de pertencimento coletivo.

Para além da dimensão religiosa, as formas de resistência e continuidade social no Haiti se expressam de maneira particularmente significativa na organização da vida familiar e comunitária. Casimir (2020) demonstra que a sociedade haitiana historicamente construiu modos próprios de reprodução social que não dependem do Estado como instância central de organização da vida coletiva. A família haitiana, longe de se restringir ao modelo nuclear ocidental, estrutura-se como uma rede ampliada de parentesco, vizinhança e alianças simbólicas, nas quais o cuidado, a circulação de recursos e a proteção mútua constituem elementos centrais da

sobrevivência cotidiana.

Nesse arranjo social, a organização da vida cotidiana é sustentada por práticas contínuas de cuidado, gestão de recursos escassos e manutenção de vínculos, que atravessam a família, a vizinhança e os espaços comunitários. Chancy (2023) destaca que essas dinâmicas estruturam a reprodução social no Haiti, articulando responsabilidades domésticas, econômicas e comunitárias. Tais práticas não se restringem ao espaço privado, mas se projetam na organização do trabalho, mediação de conflitos e na sustentação das redes de apoio que garantem a continuidade social.

Lahens (2018) contribui para a compreensão da sociedade haitiana ao evidenciar que o cotidiano do país é atravessado por uma ética da resistência que se manifesta em gestos ordinários nas práticas de cuidado e nas formas de solidariedade. Para a autora, a força da sociedade haitiana reside na capacidade de produzir sentido, em contextos adversos, por meio de relações interpessoais e de uma organização social orientada pelo coletivo. Essa resistência cotidiana opera como princípio estruturante da vida social, sustentando formas de permanência histórica e cultural que não se reduzem a respostas episódicas às crises.

Em diálogo com essa leitura, Casimir (2020) argumenta que a população haitiana desenvolveu, ao longo de sua história, uma racionalidade própria de organização da vida, fundada na autonomia comunitária e na adaptação criativa às condições impostas pela ordem global. Nessa racionalidade, a preservação das relações sociais, dos saberes cotidianos e da língua crioula como idioma da vida comum constitui um eixo fundamental de continuidade social, por meio do qual se transmitem valores, memórias e formas próprias de pertencimento coletivo.

Desse modo, compreender o Haiti exige deslocar o olhar da lógica da carência e da excepcionalidade da crise para reconhecer a permanência de práticas sociais, culturais e simbólicas que estruturam a vida coletiva. Formas de organização comunitária, redes de cuidado e saberes revelam que a sociedade haitiana produz respostas contínuas às condições de subalternização impostas pela colonialidade e por sua inserção desigual na ordem global. Essas práticas constituem dimensões centrais da experiência social haitiana, por meio das quais memória, pertencimento e resistência são continuamente produzidos, atualizados e sustentados no cotidiano.

5 DINÂMICAS DE GÊNERO E MIGRAÇÃO

A migração internacional é influenciada por dimensões estruturais, sendo o gênero uma das mais determinantes para compreender as desigualdades que afetam os sujeitos em deslocamento. As mulheres, ao migrarem, não abandonam os marcadores sociais que historicamente as situam em posições desiguais. Como analisa Saffioti (2015), o gênero constitui uma categoria histórica de dominação que estrutura relações sociais e se reproduz mesmo em novos contextos. Assim, os trajetos migratórios não são vividos de forma homogênea: para as mulheres, especialmente as racializadas esses percursos implicam a intensificação de vulnerabilidades já existentes e a exposição a novas formas de opressão e exploração.

Nesse sentido, a noção de gênero como categoria analítica proposta por Scott (1990) contribui para a compreensão das experiências migratórias femininas, para a autora, o gênero não é apenas uma questão de diferença entre homens e mulheres, mas uma forma primária de dar significado às relações de poder. Ao considerar o gênero como uma construção histórica, Scott (1990) evidencia que as desigualdades não fixas, mas sim produzidas socialmente por discursos, instituições e práticas culturais. Essa abordagem permite compreender que, nas trajetórias migratórias, as mulheres enfrentam desafios específicos que decorrem da forma como o feminino é construído, representado e controlado nos diversos contextos sociais inclusive na intersecção com raça, classe e nacionalidade.

No caso das mulheres haitianas migrantes no Brasil, essas desigualdades são ainda mais complexas, pois se entrelaçam com os efeitos históricos do colonialismo e da racialização que incidem sobre o Haiti. A experiência migratória dessas mulheres carrega múltiplas camadas de exclusão, somadas às estruturas econômicas precarizantes que limitam suas possibilidades de inserção social no país de acolhida (Nogueira, 2017). A autora destaca que, ao chegarem ao Brasil, muitas haitianas deparam-se com um cenário de invisibilidade, onde seus saberes, trajetórias e necessidades são constantemente desconsiderados ou estigmatizados. Assim, a mulher migrante não é apenas deslocada geograficamente, mas também simbólica e politicamente, ocupando espaços sociais que frequentemente reforçam sua condição

de vulnerabilidade (Vergès, 2019). Esse deslocamento, contudo, não elimina a agência das mulheres, que mobilizam redes, conhecimentos e experiências acumuladas para reorganizar o cotidiano, sustentar vínculos e buscar condições de inserção, ainda que sob forte assimetria de poder, como é o caso das mulheres haitianas.

Nesse contexto, a análise de Gonzalez (1988) torna-se fundamental para compreender como o racismo estrutural se articula com o sexismo na construção de experiências; a autora aponta que a vivência das mulheres negras no Brasil é marcada por uma dupla exclusão de classe e de raça, perpetuada pelas estruturas coloniais da sociedade brasileira o que se mostra particularmente relevante para entender as dificuldades enfrentadas pelas haitianas racializadas no país de acolhida. Essa articulação entre raça, classe e gênero não deve ser tratada apenas como acúmulo de opressões, mas como uma estrutura histórica que produz posições sociais específicas e condiciona o acesso a direitos, trabalho, proteção e reconhecimento (Gonzalez, 1988).

As contribuições de Lugones (2019) aprofundam essa discussão ao introduzir a noção de colonialidade de gênero, compreendida não como a origem histórica das distinções entre feminino e masculino, mas como a forma específica pela qual o sistema colonial moderno reorganizou, hierarquizou e racializou as relações de gênero. A autora argumenta que a lógica colonial impôs um modelo binário e hierárquico de gênero que passou a operar de maneira articulada à exploração econômica, invisibilizando outras formas de organização social presentes em cosmologias africanas e indígenas e naturalizando a inferiorização de corpos femininos racializados.

Nessa perspectiva, o gênero, tal como mobilizado por Lugones (2019), deve ser entendido como uma categoria reconfigurada no interior do projeto colonial moderno, operando de forma interdependente nas esferas material, simbólica e epistêmica. Essa leitura permite compreender como mulheres haitianas, em contextos migratórios, são frequentemente deslegitimadas enquanto sujeitas políticas e inseridas em condições sistemáticas de precarização, evidenciando a persistência de estruturas históricas de dominação que ultrapassam o deslocamento geográfico.

Complementarmente, Sassen (2007) contribui para essa análise ao demonstrar

que as dinâmicas globais de trabalho e migração são profundamente atravessadas pela divisão sexual do trabalho, entendida como a atribuição desigual de atividades produtivas e reprodutivas a homens e mulheres, com a consequente desvalorização social e econômica do trabalho feminino. No contexto migratório, essa divisão se expressa na concentração de mulheres migrantes em setores precarizados, como o trabalho doméstico, o cuidado e os serviços de limpeza, configurando uma continuidade histórica de exploração que se adapta às exigências contemporâneas do capitalismo global.

A ausência ou fragilidade de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres migrantes aprofunda esse processo, uma vez que as ações institucionais tendem a tratar a população migrante como um grupo homogêneo, desconsiderando as assimetrias de gênero que estruturam o acesso ao trabalho, aos direitos e à proteção social. Nesse ponto, torna-se relevante destacar que tais assimetrias também produzem barreiras distintas para a construção de autonomia, na medida em que o trabalho precarizado, o cuidado e a responsabilização cotidiana podem restringir tempo, mobilidade, acesso institucional e possibilidades de participação social.

As mulheres colonizadas são reinventadas como “mulheres” com base em normas, critérios e práticas discriminatórias experimentadas na Europa medieval. As mulheres racializadas enfrentam, pois, dupla subjugação: a dos colonizadores e a dos homens colonizados. (Vergès, 2019, p.56-57).

Cabe situar que Vergès (2019) elabora sua crítica a partir de uma tradição feminista de caráter materialista e anticolonial, voltada a compreender como o colonialismo e o capitalismo organizam a exploração e a racialização do trabalho e dos corpos. Nesse sentido, Lussi (2015) enfatiza a necessidade de reconhecer que mulheres e homens em mobilidade não vivem experiências semelhantes e não enfrentam os mesmos desafios nos contextos de inserção. Para a autora, é fundamental que o debate sobre migração e refúgio seja pautado por uma perspectiva abrangente, sensível às desigualdades de gênero, e não restrito apenas a normas legais que definem quem pode ou não cruzar fronteiras nacionais.

É justamente na junção entre essas múltiplas vulnerabilidades que se insere o debate sobre o papel da informação. Mulheres migrantes enfrentam barreiras significativas no acesso à informação, sejam elas de ordem linguística, tecnológica, institucional ou simbólica que contribuem para a sua invisibilidade e para a

manutenção das desigualdades. Vitorino (2020; 2022) propõe compreender a competência em informação como uma construção processual, que vai além do domínio técnico ou instrumental e passa a incorporar aspectos sociais, culturais e políticos. Essa abordagem considera que o acesso e uso da informação não ocorrem sem contexto, mas estão profundamente condicionados pelas estruturas de poder e pelas condições de vida dos sujeitos.

Assim, reconhecer a vulnerabilidade informacional como uma dimensão da desigualdade social significa admitir que certos grupos, como as mulheres migrantes, enfrentam obstáculos específicos no reconhecimento, obtenção e uso da informação o que compromete diretamente sua cidadania. A autora defende que promover a competência em informação nesse contexto é possibilitar que os sujeitos se reconheçam como portadores de direitos, capazes de intervir e transformar suas realidades informacionais. Além disso, considerar competência em informação nesse recorte implica também reconhecer que as mulheres mobilizam repertórios, redes e conhecimentos práticos para localizar informação, comparar fontes, traduzir procedimentos e orientar decisões, ainda que em condições desiguais.

Ampliando esse olhar, Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021) enfatizam que a competência em informação precisa estar orientada para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e a superação das assimetrias nos ambientes informacionais. As autoras defendem que, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, como o vivido por mulheres em deslocamento, é necessário considerar não apenas o acesso à informação, mas também os significados que ela assume nas experiências concretas desses sujeitos, bem como as formas pelas quais ela é compreendida, compartilhada e utilizada. A partir dessa perspectiva, a informação deixa de ser apenas um recurso neutro e passa a ser compreendida como um campo de disputa, no qual podem ser reforçadas ou desestabilizadas dinâmicas de exclusão. Assim, a competência em informação é concebida como uma prática social situada, cuja efetivação depende do reconhecimento da diversidade de saberes, trajetórias e modos de agir dos sujeitos em seus contextos específicos (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021).

Entendemos que essas abordagens colocam em foco a competência em informação enquanto um processo holístico, contextual e contínuo. Sob essa lógica, ela contribui ao empoderamento das pessoas à medida que possibilita que estas: desenvolvam a compreensão da realidade que as cerca; conheçam pontos de vista informados; quando

apropriado, desafiem de forma credível e informada suposições e ortodoxias (incluindo as suas próprias), e até mesmo a autoridade reconheçam preconceitos e desinformação; e, desta forma, sejam cidadãos comprometidas, ativas e capazes de participar da vida democrática (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021, p. 13).

Ao reconhecer a centralidade da informação, essas abordagens ampliam o entendimento sobre as dinâmicas de exclusão informacional vividas por mulheres em deslocamento e oferecem subsídios teóricos e políticos para a construção de práticas mais justas, inclusivas e emancipadoras. Além das contribuições já mencionadas, é importante destacar os estudos de Sayad (2004s), que, embora não trate diretamente da questão de gênero, oferece uma base essencial para compreender a experiência migratória como um fenômeno total, que atravessa os sujeitos em múltiplas dimensões: políticas, sociais, simbólicas e afetivas. Nesse enquadramento, “o social” e “o informacional” não aparecem como campos separados, mas como dimensões que se retroalimentam na produção de desigualdades e na elaboração de estratégias de permanência e reconstrução da vida.

Diante dos diversos aportes teóricos discutidos, é possível afirmar que a experiência migratória de mulheres haitianas no Brasil é influenciada por múltiplas camadas de vulnerabilidade, fortemente influenciadas por relações estruturais de raça, gênero, classe e colonialidade. A partir das contribuições de Saffioti (2015), Scott (1990), Gonzalez (1988), Lugones (2019) e Sassen (2007), compreende-se que essas desigualdades não se constituem de forma isolada, mas operam de modo interdependente, produzindo efeitos concretos na vida das mulheres em deslocamento.

A articulação entre diferentes marcadores sociais, por sua vez, amplia os desafios relacionados ao acesso à informação e à construção de trajetórias emancipatórias, como evidenciado por Vitorino (2020; 2022) e Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021), que ressaltam a necessidade de reconhecer a competência em informação como um processo situado, plural e transformador. Ao integrar os campos da migração, gênero e da informação sob uma perspectiva crítica e situada, este referencial oferece subsídios teóricos para a compreensão de exclusões vividas pelas mulheres haitianas migrantes e para a proposição de caminhos que valorizem seus saberes, fortaleçam sua autonomia e reconheçam sua centralidade como sujeitas políticas e informacionais.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sendo a metodologia o caminho que orienta a pesquisa na busca por respostas ao problema proposto, sua definição deve estar em consonância com os objetivos e a natureza do objeto de estudo. Gil (2008) afirma que a metodologia representa o conjunto de etapas sistemáticas que conduzem à produção do conhecimento, sendo indispensável à consistência científica de qualquer investigação. Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, incluindo a abordagem escolhida, as técnicas de coleta e análise de dados, o contexto do estudo e cuidados éticos adotados para o seu desenvolvimento.

A presente pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com pesquisa de campo como delineamento, a fim de compreender as dinâmicas de vulnerabilidade social e informacional vivenciadas por mulheres haitianas migrantes em uma cidade no norte do Paraná. Nesse sentido, a pesquisa teve como participantes a coordenadora do projeto de migração Cáritas Londrina e uma amostra de mulheres haitianas, sendo os dados foram coletados por meio de observação, entrevista e formulário, cuja descrição detalhada será feita a seguir.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (Gil, 2008, p. 27).

Com base nesse entendimento, cabe retomar a importância de uma metodologia coerente com o objeto de estudo, no contexto dessa pesquisa, a abordagem qualitativa se mostra adequada por permitir a análise em profundidade de discursos e experiências, possibilitando a interpretação ampliada dos significados atribuídos pelas participantes ao seu processo migratório. Considerando a complexidade do tema e a escassez de estudos voltados à intersecção entre migração haitiana, gênero e vulnerabilidade em informação, optou-se pelo caráter exploratório como parte do delineamento metodológico. Essa escolha visa ampliar o conhecimento

sobre a temática investigada, permitindo levantar informações preliminares e identificar elementos essenciais para a compreensão do fenômeno estudado.

Além do caráter exploratório, esta investigação também se configura como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca levantar e analisar as características do grupo estudado, especialmente no que diz respeito às condições sociais, informacionais e de acesso a direitos. Essa abordagem permite observar com mais precisão os perfis das participantes, suas trajetórias e os elementos que compõem suas experiências migratórias no norte do Paraná, contribuindo para evidenciar padrões e especificidades do grupo investigado.

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (Gil, 2008, p. 28).

Para alcançar os objetivos propostos e compreender com profundidade as experiências vivenciadas pelas mulheres haitianas migrantes, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo. Essa escolha se justifica pela necessidade de contato direto com o contexto social investigado, permitindo acessar informações primárias, construir vínculos de confiança com as participantes e captar nuances que dificilmente seriam reveladas por meio de outras técnicas. A interação com o ambiente e com os sujeitos da pesquisa foi fundamental para compreender as formas como a vulnerabilidade social e informacional se manifestam concretamente nas trajetórias dessas mulheres. A pesquisa de campo é compreendida como aquela voltada à obtenção de informações diretamente da realidade, com o objetivo de responder a problemas, testar hipóteses ou identificar relações entre fenômenos (Marconi; Lakatos, 2017).

Dessa forma, a articulação entre a abordagem qualitativa, o estudo exploratório e descritivo, e a realização da pesquisa de campo, permitiu uma compreensão mais abrangente e sensível das múltiplas dimensões que envolvem a migração de

mulheres haitianas no norte do Paraná. Ao privilegiar as vozes das participantes e considerar os contextos nos quais estão inseridas, a metodologia adotada buscou não apenas revelar desigualdades e vulnerabilidades, mas também valorizar saberes e estratégias construídas por essas mulheres em seus percursos de resistência e reconstrução de vida. Assim, os procedimentos metodológicos aqui apresentados constituíram a base para a produção de um conhecimento comprometido com a transformação social e com a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados.

6.1 LÓCUS E PARTICIPANTES DA PESQUISA

As informações foram coletadas junto à Cáritas Arquidiocesana de Londrina, instituição que pauta suas ações na defesa e garantia dos direitos humanos de grupos em situação de vulnerabilidade, como migrantes e pessoas em situação de rua, atuando em Londrina e em outros 15 municípios da região norte do Paraná.

A Cáritas de Londrina tem pautado suas ações na garantia e defesa dos direitos humanos de pessoas e grupos que se encontram em situação de risco. Esse trabalho é realizado em rede, isto é, trabalhamos conjuntamente com todas as ações sociais da arquidiocese de Londrina: entidades sociais, movimentos, pastorais sociais, organismos públicos, com uma articulação no estado e com outros entes situados em outras unidades da federação, com destaque para o trabalho conjunto voltado para as situações de migração em parceria com entidades como o Instituto de Migrações e Direitos Humanos e o Serviço Pastoral do Migrante (SPM) (Cáritas Arquidiocesana De Londrina, c2026).

A Cáritas é um organismo vinculado à Igreja Católica que atua na promoção e defesa dos direitos humanos de grupos em situação de vulnerabilidade. Seu surgimento remonta ao contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando, em 1948, um terremoto no Japão impulsionou a criação de iniciativas humanitárias internacionais. A Cáritas Internacional foi oficialmente fundada em 1950, e, no Brasil, a instituição foi constituída em 1956 (Cáritas Brasileira, c2022).

Compartilhando dos mesmos princípios e diretrizes da Caritas internacional, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR foi fundada em outubro de 1996. Desde então, desenvolve ações voltadas a populações em situação de vulnerabilidade, com ênfase em migrantes e refugiados, como os haitianos residentes em Londrina e em outros municípios do norte do Paraná atendidos pela instituição, a saber: Cambé, Rolândia,

Ibiporã, Sertanópolis, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Alvorada do Sul, Porecatu, Florestópolis, Miraselva, Prado Ferreira, Centenário do Sul, Lupionópolis, Jaguapitã e Tamarana. Sua atuação ocorre em parceria com a Arquidiocese de Londrina, organismos públicos, entidades sociais, o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e o Serviço Pastoral do Migrante (SPM), com os quais articula estratégias de acolhimento, proteção e promoção da cidadania (Cáritas Arquidiocesana De Londrina, c2026).

Para compor a amostra de participantes desta pesquisa, foi realizado inicialmente um contato institucional com a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, para que fosse autorizada e combinada a primeira etapa da coleta: observação das atividades e entrevista com a coordenadora do projeto de migração da Cáritas Londrina, com objetivo de compreender a estrutura de atendimento da instituição, as mudanças ocorridas desde 2023², o perfil do público atendido e, especificamente, a participação de mulheres migrantes nas ações desenvolvidas. Esse levantamento preliminar subsidiou a delimitação do público-alvo da pesquisa e a organização das etapas posteriores de coleta de dados: entrevista com a coordenação e observação em três dias, assim como planejamento da aplicação do formulário a mulheres migrantes.

A partir dessa primeira conversa e após a observação e a entrevista com a coordenadora, foi realizado o envio de convites às mulheres migrantes haitianas vinculadas ao curso de português para migrantes, promovido em parceria com a Cáritas, para participação da coleta. O convite (figura 4) foi divulgado por meio dos grupos de WhatsApp do curso ofertado às mulheres, principal canal de comunicação utilizado pela instituição com esse público.

Ainda, com o intuito de reduzir barreiras linguísticas e garantir a compreensão adequada do convite, o texto foi disponibilizado em português, francês (figura 5) e crioulo haitiano (figura 6). A tradução para o francês foi realizada pela própria pesquisadora, língua de seu domínio, enquanto a versão em crioulo haitiano contou

² O recorte temporal a partir de 2023 justifica-se pelo fato de que, nesse período, já haviam sido coletados dados empíricos junto à instituição no âmbito da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da autora. Esses dados iniciais permitiram mapear a estrutura de atendimento então vigente, servindo como base para a compreensão das mudanças institucionais ocorridas posteriormente e para a definição do aprofundamento analítico desenvolvido na presente pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Figura 6 – Convite para participação da pesquisa – versão crioulo haitiano



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Em decorrência do encerramento antecipado do ano letivo na cidade de Londrina, a aplicação dos formulários não pôde ser realizada no município inicialmente previsto. Diante dessa limitação temporal e logística, a coleta de dados ocorreu em Rolândia/PR, município próximo e igualmente atendido pelas ações da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, o que permitiu a continuidade da pesquisa sem prejuízo aos critérios definidos para a composição da amostra.

No momento da aplicação do instrumento, a participação ocorreu por adesão voluntária, após a leitura e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Vale frisar que nem todas as mulheres presentes na sala da coleta aceitaram participar da pesquisa após essa leitura, o que resultou em uma amostra final composta por 14 mulheres migrantes haitianas, maiores de 18 anos, que concordaram em responder ao formulário. A recusa de parte das convidadas (alunas migrantes) não foi interpretada como desinteresse, mas compreendida como expressão de um desconforto institucional diante de procedimentos formais, como observamos nas

seções anteriores. Tal postura foi analisada à luz da trajetória histórica e social do Haiti, marcada por experiências reiteradas de distanciamento entre a população e as instituições estatais. Conforme problematiza Casimir (2020), ao citar que formação social haitiana produziu modos de organização da vida cotidiana que se desenvolveram sem centralidade do Estado, como resposta histórica a processos de exclusão, coerção e ausência de mediações institucionais consistentes.

Ainda, como forma de acolhimento, agradecimento e troca cultural, foi oferecido um *coffee break* com alimentos típicos da cultura brasileira, incluindo brigadeiro, salgadinhos de festa, cachorro-quente, paçoca, pão de queijo e bolo de cenoura. Ressalta-se que o *coffee break* foi disponibilizado a todos os migrantes presentes no local, independentemente de nacionalidade ou participação na pesquisa, não se restringindo às mulheres haitianas que compuseram a amostra do estudo.

Como complemento à atividade, foram confeccionados pequenos *cards* informativos contendo a descrição de cada alimento oferecido, elaborados em língua portuguesa e em francês, com o objetivo de favorecer a compreensão e promover o intercâmbio cultural.

Figura 7 – Exemplo de *card* traduzido para os dois idiomas



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Figura 8– Exemplo 2 de card traduzido para os dois idiomas



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Figura 9 - Parte da mesa do cooffe break – pão de queijo e paçoca



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Figura 10 - Brigadeiro, parte da mesa do cooffe break



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Figura 11 - Bolo de cenoura e cachorro-quente, parte da mesa



Fonte: elaborado pela autora (2026)

Figura 12 - Salgadinho de festa – parte da mesa



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Vale observar que a pesquisa seguiu as diretrizes éticas estabelecidas pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o sigilo, o anonimato e a voluntariedade das participantes. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina (CEP/UEL) e obteve parecer favorável em 20 de outubro de 2025, conforme Parecer Consubstanciado nº 7.914.214 (CAAE nº 91622725.9.0000.5231). Todas as participantes foram previamente informadas sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e participaram mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado em idioma acessível às participantes (Apêndice E).

6.1.1 Técnicas Para A Coleta De Dados

Considerando a complexidade e a relevância do tema investigado, esta pesquisa utilizou três técnicas de coleta de dados: observação estruturada, entrevista padronizada e formulário. A articulação desses instrumentos possibilitou uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, favorecendo a análise das

experiências vivenciadas por mulheres migrantes haitianas atendidas pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

A observação estruturada foi empregada como recurso inicial, com o objetivo de reconhecer o ambiente institucional, as dinâmicas de interação e os comportamentos observados nas atividades desenvolvidas junto às migrantes haitianas. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2017), a observação não se limita ao ato de ver ou ouvir, mas envolve a apreensão sistemática dos fenômenos, a partir do uso articulado dos sentidos e do conhecimento teórico do pesquisador.

Ainda sobre a observação, Gil (2008) ressalta que essa técnica constitui importante fonte de conhecimento empírico, por permitir o acesso direto aos fatos, sem intermediações. No presente estudo, a observação foi realizada de forma estruturada, com base em um roteiro previamente elaborado (Apêndice A), que orientou o registro das informações relevantes ao objeto da pesquisa. Essa etapa ocorreu em dois momentos: o primeiro, na sede da Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, e o segundo, na escola de português para migrantes vinculada à mesma instituição.

A entrevista padronizada (Apêndice C) foi realizada com a coordenadora do projeto Cáritas Londrina, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as ações desenvolvidas junto às mulheres migrantes haitianas, bem como sobre os desafios institucionais relacionados ao acolhimento e à mediação de direitos. De acordo com Gil (2008), a entrevista configura-se como uma forma de interação social em que uma das partes busca informações e a outra atua como fonte, permitindo captar não apenas dados factuais, mas também percepções, interpretações e experiências. Lakatos e Marconi (2019) destacam que essa técnica é amplamente utilizada na pesquisa social justamente por possibilitar esse nível de aprofundamento. A modalidade adotada foi a entrevista padronizada ou estruturada, conforme classificação de Lakatos e Marconi (2019), composta por questões previamente definidas, o que favoreceu a comparabilidade das respostas e a organização analítica dos dados obtidos.

Por fim, foi utilizado o formulário (Apêndice B) como instrumento de coleta de dados junto às mulheres migrantes haitianas que compuseram a amostra da pesquisa. Segundo Gil (2002), o formulário ocupa uma posição intermediária entre o

questionário e a entrevista, exigindo atenção tanto à elaboração das perguntas quanto ao contexto de aplicação. Lakatos e Marconi (2017) destaca como uma de suas principais vantagens a flexibilidade, especialmente em contextos nos quais os participantes não dominam plenamente o idioma local, realidade observada entre parte das migrantes haitianas. Em razão disso, o formulário foi aplicado de forma assistida sempre que necessário, de modo a garantir a compreensão das questões apresentadas e possibilitar que as participantes expressassem suas vivências e percepções de forma adequada.

6.2 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi orientada por uma abordagem qualitativa, tendo como principal técnica a Análise Categrorial da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011); essa técnica possibilitou examinar os dados produzidos na pesquisa de maneira sistemática e interpretativa, permitindo a identificação de padrões, categorias temáticas e sentidos presentes nas falas das participantes e nos registros. O material analisado foi constituído a partir de três fontes principais: os registros da observação estruturada, a transcrição da entrevista realizada com a coordenadora do projeto de migração da Cáritas de Londrina e as respostas aos formulários aplicados às mulheres migrantes haitianas participantes da pesquisa. A articulação desses diferentes instrumentos possibilitou a triangulação dos dados, contribuindo para maior consistência analítica e aprofundamento interpretativo.

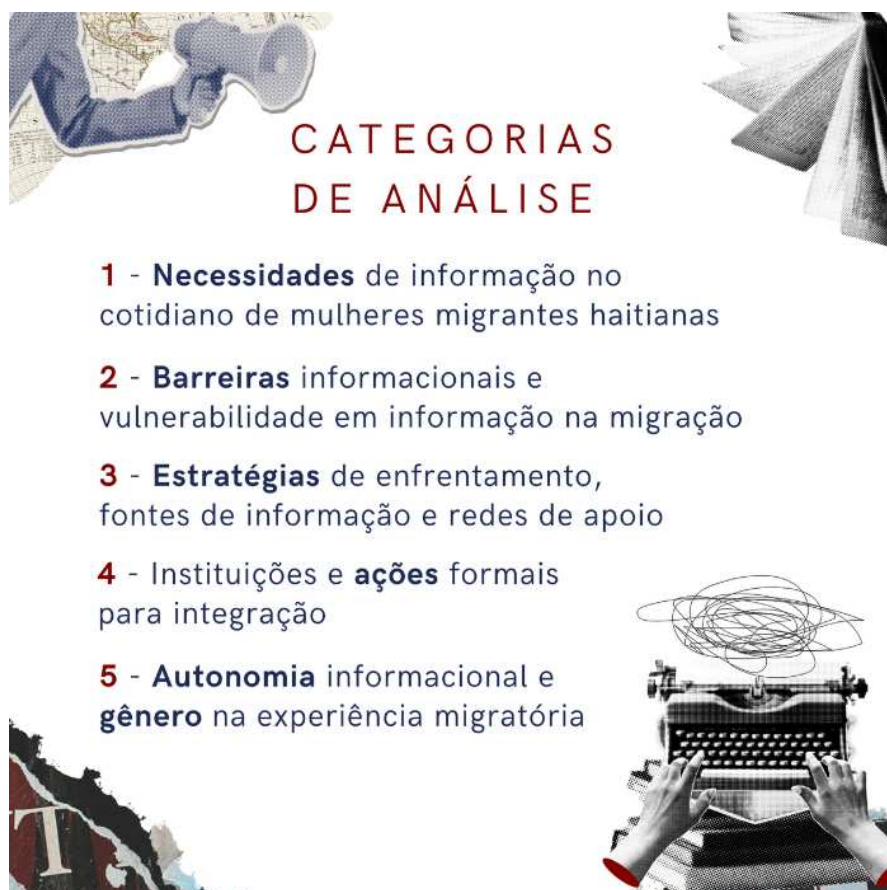
A análise desenvolveu-se em três etapas, conforme orienta Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na etapa de pré-análise, os dados foram organizados e sistematizados, permitindo um primeiro contato com o conjunto do material coletado. Em seguida, procedeu-se à exploração do material, etapa em que foram construídas categorias temáticas a partir da recorrência de temas, experiências, conflitos e expressões presentes nos relatos das participantes e nos registros da observação. As categorias foram elaboradas de forma indutiva, em consonância com os objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere às dimensões da vulnerabilidade social e informacional, acesso à informação, competência em informação, mediação institucional e às questões de autonomia e gênero.

Esse processo resultou na construção de cinco categorias de análise, organizadas a partir da recorrência temática e da articulação entre os dados empíricos e os objetivos da pesquisa, sendo elas: **1) Necessidades de informação no cotidiano de mulheres haitianas migrantes**, que se refere às demandas informacionais identificadas nos relatos das participantes, relacionadas à chegada ao Brasil, acesso a serviços públicos, trabalho, educação, saúde e regularização documental. **2) Barreiras informacionais e vulnerabilidade em informação na migração**, que contempla as dificuldades linguísticas, culturais, institucionais e burocráticas que impactam o acesso, a compreensão e o uso da informação, incluindo situações de desinformação ou negação de informações relevantes. **3) Estratégias de enfrentamento, fontes de informação e redes de apoio**, que diz respeito aos diferentes atores, meios e espaços acionados na busca por informações, como familiares, redes comunitárias, igrejas, internet, WhatsApp, mediadores e instituições. **4) Instituições e ações informacionais para integração**, que analisa o papel desempenhado por instituições e iniciativas, como a Cáritas, o CRAS, escolas/cursos e igrejas, no acolhimento, orientação informacional e acesso a direitos. **5) Autonomia informacional e gênero na experiência migratória**, que permite refletir sobre os níveis de autonomia desenvolvidos pelas mulheres ao longo do tempo, considerando as relações de gênero, dependências familiares, desigualdades estruturais e os processos de fortalecimento informacional vivenciados no contexto da migração.

A Figura a seguir (figura 13), condensa as categorias de análise citadas anteriormente, organizadas a partir da recorrência temática identificada nos dados empíricos da pesquisa e em diálogo com os objetivos e o referencial teórico adotado.

A interpretação dos dados foi realizada em diálogo com o referencial teórico especialmente no que se refere à competência em informação e às suas dimensões, conforme proposto por Vitorino e Piantola (2011). Ressalta-se que tais dimensões operam como eixo interpretativo para a compreensão dos dados, permitindo analisar de que modo aspectos técnicos, estéticos, éticos e políticos da competência em informação se manifestam nas experiências informacionais das mulheres migrantes haitianas.

Figura 13 - Categorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados categorizados foram analisados à luz do referencial teórico discutido na pesquisa. Essa interpretação buscou estabelecer articulações críticas entre os dados empíricos e os conceitos de migração, competência em informação e desigualdade de gênero, evidenciando tanto as situações de vulnerabilidade vivenciadas quanto as estratégias de resistência, negociação e ressignificação construídas pelas mulheres migrantes haitianas no contexto do norte do Paraná.

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, será apresentada a caracterização das participantes da pesquisa, com o objetivo de situar o perfil das mulheres haitianas migrantes, assim como alguns dados da coordenadora do projeto Cáritas Londrina. Na sequência, são descritos e discutidos os demais resultados, organizados em categorias temáticas para a análise à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado. Vale observar que os dados obtidos a partir das três fontes de coleta (observação, entrevista e formulário) foram integrados e analisados de forma conjunta. Essa triangulação dos dados possibilitou ampliar a compreensão do objeto de estudo.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES E AÇÕES DA CÁRITAS

O atendimento à população migrante em Londrina ocorre no âmbito de políticas públicas e ações institucionais vinculadas à assistência social, envolvendo acolhimento, orientação e encaminhamento para o acesso a direitos assegurados aos migrantes. Nesse contexto, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina configura-se como um espaço central de referência para pessoas migrantes no município, atuando em articulação com a Secretaria Municipal de Assistência Social e com a rede socioassistencial. Foi nesse espaço que se desenvolveu toda a coleta de dados desta pesquisa, incluindo a observação de campo, aplicação dos formulários junto às mulheres migrantes haitianas e a realização da entrevista com a coordenação do projeto de migração.

Conforme apontado na observação das atividades e na entrevista com a coordenação, as ações desenvolvidas pela instituição destinam-se à população migrante em geral, não havendo programas estruturados voltados exclusivamente à população haitiana ou iniciativas permanentes direcionadas apenas às mulheres migrantes. Ainda assim, a instituição realiza ações pontuais para mulheres que dialogam diretamente com as demandas femininas, como oficinas, palestras e atividades de conscientização, especialmente em períodos específicos do ano, como o mês de outubro e o mês da mulher (março). Essas ações abordam temas relacionados à violência de gênero, direitos das mulheres e saúde, sendo desenvolvidas em articulação com outros projetos e instituições parceiras.

A entrevista ainda revelou que no âmbito do programa de imigração, destaca-se também o acompanhamento psicossocial realizado por meio de grupos conduzidos pela profissional de psicologia vinculada à instituição. Embora os convites para essas atividades sejam abertos a homens e mulheres, conforme relatado pela coordenação, a participação ocorre majoritariamente por parte das mulheres migrantes. Os grupos são organizados por região, com número reduzido de participantes, e os convites são realizados, principalmente por meio do WhatsApp, a partir de busca ativa no sistema institucional.

A instituição atende migrantes de diferentes nacionalidades e perfis. Segundo informações fornecidas pela coordenação, no mês de setembro foram atendidas aproximadamente 123 mulheres migrantes e 137 homens, número médio, segundo a coordenadora, de atendimentos por mês, dado que evidencia a expressiva presença feminina entre o público atendido. No caso específico das mulheres haitianas, a coordenação observa que sua participação nas ações institucionais tende a ser menor quando comparada à de mulheres de outras nacionalidades, como venezuelanas, cubanas e angolanas. Essa menor participação é atribuída, sobretudo, a dinâmicas familiares e relações de gênero, nas quais os homens assumem com maior frequência o papel de interlocutores junto às instituições.

Entre as ações desenvolvidas pela Cáritas, a Escola de Português para Migrantes ocupa um lugar relevante no cotidiano institucional. O projeto, mantido integralmente por voluntários, tem como objetivo favorecer a comunicação, o acesso à informação e a inserção social da população migrante por meio do ensino da língua portuguesa. Conforme relatado na entrevista, a Escola de Português não conta com financiamento institucional fixo, dependendo de doações para a manutenção de materiais didáticos e para a impressão de apostilas, o que evidencia sua fragilidade diante de possíveis cortes de recursos. Ainda assim, o espaço da escola configura-se como um ambiente importante de circulação de informações, socialização e aproximação das mulheres migrantes com a instituição.

No que se refere à divulgação das ações e ao acesso das migrantes à instituição, a coordenação destaca que o WhatsApp constitui o principal canal de comunicação com a população migrante, uma vez que o uso de redes sociais como o Instagram é limitado entre esse público. As migrantes chegam à Cáritas por diferentes

caminhos, incluindo encaminhamentos da Polícia Federal, indicações de amigos e familiares já atendidos e articulação com os serviços da assistência social. Assim, a partir do primeiro atendimento, passam a ter conhecimento das demais ações e serviços ofertados pela instituição.

Seguindo para a caracterização das migrantes haitianas, a pesquisa contou com a participação de 15 mulheres, sendo 14 migrantes haitianas, com idades entre 18 e 42 anos, vinculadas às ações da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e, em especial, às atividades da Escola de Português para Migrantes e a coordenadora do projeto Cáritas Londrina, com idade de 31 anos, sete anos de atuação na Cáritas e formação em direito. Em relação às migrantes haitianas, as participantes foram convidadas a integrar o estudo por meio de convite previamente elaborado e divulgado pela Cáritas, principalmente via WhatsApp, bem como por meio dos grupos relacionados às aulas de português, conforme já mencionamos na seção de metodologia.

No que se refere à distribuição etária das participantes migrantes haitianas, observa-se que o grupo pesquisado é composto por mulheres em diferentes faixas etárias (figura 14), abrangendo desde jovens adultas até mulheres com maior idade. A organização desses dados, realizada por meio de agrupamentos etários, adotou como referência os grupos quinquenais utilizados em estudos demográficos, conforme práticas do IBGE, que estruturam a população em intervalos de cinco anos para fins de análise estatística. Tal organização permite visualizar a composição etária das participantes, aspecto relevante para compreender as distintas experiências migratórias, os momentos do ciclo de vida e as demandas que atravessam o cotidiano dessas mulheres no contexto da migração.

Figura 14 - Faixa etária das participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2026)

Como podemos observar na figura, a faixa etária das participantes revela que mais de 50% das mulheres se concentram na faixa de até 29 anos, evidenciando a predominância de um grupo jovem no contexto investigado. Nesse cenário, a condição etária articula-se a outros marcadores, como gênero, classe e origem, influenciando diretamente as formas de acesso, uso e apropriação da informação, uma vez que os processos migratórios contemporâneos estão inseridos em dinâmicas estruturais de desigualdade que produzem diferentes formas de deslocamento e exclusão social (Sassen, 2016).

A observação das atividades da Cáritas e a entrevista com a coordenação foram realizadas nas dependências da sede da Cáritas Arquidiocesana de Londrina e como já descrito anteriormente, o local para a coleta de dados com as migrantes haitianas precisou ser alterado. Inicialmente, prevista para ser aplicada na Escola de

Português para Migrantes, em Londrina, a coleta precisou ser realocada em razão do encerramento antecipado das atividades letivas. Dessa forma, sua aplicação ocorreu no Centro Pastoral Monsenhor José Agius, no município de Rolândia (PR), sem alteração nos critérios de inclusão, uma vez que todas as participantes permaneciam vinculadas às ações da Cáritas.

Em relação ao tempo de residência no Brasil, as participantes (migrantes haitianas) apresentaram trajetórias migratórias diversas, variando entre dois meses e seis anos de permanência no país. Essa variação evidencia a presença, no grupo pesquisado, de mulheres em diferentes estágios do processo migratório, desde aquelas que se encontram nos primeiros meses de adaptação até aquelas com maior tempo de inserção no contexto brasileiro. Tal diversidade de tempos de permanência permite observar experiências marcadas tanto por desafios iniciais relacionados à chegada e à adaptação, quanto por processos mais consolidados de inserção social, laboral e institucional, ainda que influenciados por dificuldades e barreiras.

A diversidade temporal de residência das participantes no Brasil evidencia que a experiência migratória não se esgota nos primeiros meses de chegada, tampouco pode ser compreendida como um processo transitório ou provisório. Ainda que, em muitos contextos institucionais e sociais, a migração seja tratada como uma situação temporária, os dados revelam trajetórias marcadas por longas permanências, atravessadas por processos contínuos de adaptação, inserção e enfrentamento de dificuldades. Nesse sentido, a análise dialoga com a perspectiva de Sayad (1998), ao problematizar a ideia de provisoriedade associada à condição migrante, ao afirmar que “o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida” (Sayad, 1998, p. 78).

Quanto à situação ocupacional, observou-se que a maioria das participantes se encontrava inserida no mercado de trabalho no momento da pesquisa. Das 14 mulheres participantes, 13 estavam trabalhando, principalmente em atividades vinculadas a frigoríficos, cooperativas, serviços de limpeza, mercados e comércio em geral. Apenas uma participante estava em situação de desemprego no período da coleta. Esses dados indicam uma inserção laboral predominantemente em ocupações de baixa qualificação formal e com vínculos marcados pela precariedade.

A renda mensal declarada concentrou-se majoritariamente em valores

próximos a 2.000, com variações que vão desde rendas inferiores a 1.000 reais até valores em torno de 2.200 reais. Em alguns casos, as participantes relataram rendimentos ainda mais reduzidos, especialmente quando vinculadas a trabalho parcial ou em situações de instabilidade. Esses dados evidenciam condições econômicas limitadas e pouca margem de segurança financeira.

Com base nos dados do formulário aplicado, observa-se que as participantes apresentam trajetórias educacionais diversas; das 14 mulheres entrevistadas, oito concluíram o ensino médio, seja no Haiti ou no Brasil, enquanto três não concluíram essa etapa, em razão de interrupções relacionadas à migração, pandemia ou dificuldades de permanência na escola. Duas participantes relataram ter iniciado cursos de graduação, sendo uma com ensino superior completo e outra com ensino superior incompleto, ambas com formação iniciada no Haiti. Uma participante encontrava-se em processo de conclusão do ensino médio no momento da coleta.

Entre aquelas que possuem ensino médio completo ou experiência no ensino superior, foram recorrentes os relatos de tentativas frustradas de continuidade dos estudos no Brasil. As principais dificuldades apontadas referem-se à revalidação dos documentos como diplomas, burocracia institucional, barreiras linguísticas e à necessidade de inserção imediata no mercado de trabalho, fatores que contribuem para a interrupção ou adiamento dos projetos educacionais dessas mulheres. Essa realidade encontra respaldo nas análises de Nogueira (2017), ao evidenciar que a inserção laboral de migrantes haitianos no Brasil ocorre, majoritariamente, em condições de baixa remuneração, instabilidade e restrição de direitos. Assim, ao tratar das trajetórias de trabalho e das condições materiais vivenciadas por migrantes haitianos, a autora destaca:

As dificuldades começam pela validação dos diplomas, por ser um processo burocrático e caro, significando um declínio na condição social e, principalmente, pelos baixos salários – “complicado pagar todas as contas e mandar dinheiro para tudo que as meninas precisavam [...] não sei nem como eu consegui sustentá-las lá” (Johanne Latouche), “o salário era bem pouco, 910 reais assinado na carteira, pagávamos 700 reais de aluguel, o meu primo e eu, resumindo, não dava para pagar todas as despesas” (Yvener Guillaume), “o que eu ganho hoje dá para viver porque eu não pago aluguel e não preciso mandar dinheiro para o Haiti” (Johane Plancher) – que os coloca, muitas vezes, numa condição material inferior à vivenciada na sociedade de origem e com poucas perspectivas de ascensão. (Nogueira, 2017, p. 137).

A recorrência dessas trajetórias educacionais interrompidas e a dificuldade de conversão da escolaridade em melhores condições de trabalho não se configuram como situações isoladas. Nesse sentido, Baeninger (2015) evidencia que a inserção de migrantes no Brasil ocorre, em grande parte, em setores marcados pela precarização laboral, nos quais a escolaridade anterior raramente se converte em mobilidade social, produzindo trajetórias prolongadas de desqualificação profissional.

[...] no caso dos imigrantes, além de servirem, como mão de obra abundante e disponível, às necessidades econômicas do capital, a sua condição de ser um estrangeiro, um outro, torna-os expostos a toda ordem de exploração e desproteção social (Lanza; Ribeiro; Faquin, 2018, p. 272).

Diante desse conjunto de dados, observa-se que as trajetórias das mulheres haitianas participantes da pesquisa são marcadas por condições sociais, econômicas e educacionais que incidem diretamente sobre o cotidiano no contexto migratório. As formas de inserção no trabalho, frequentemente atravessadas pela precarização, a renda limitada, as dificuldades de continuidade dos estudos e a permanência prolongada no país conformam um cenário no qual a informação assume papel fundamental na organização da vida cotidiana. É nesse contexto que se desenvolve, na seção seguinte, a discussão sobre as necessidades informacionais no cotidiano dessas mulheres.

7.2 NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO NO COTIDIANO DE MULHERES HAITIANAS MIGRANTES

As necessidades informacionais das mulheres haitianas participantes da pesquisa manifestam-se de forma direta e recorrente no cotidiano da migração, especialmente nos momentos iniciais de chegada ao Brasil, mas também ao longo de todo o processo de permanência no país. Considerando o grupo pesquisado, composto por 14 mulheres, com idades diversas, observa-se que essas necessidades não se restringem a uma fase específica da trajetória migratória, mas acompanham as participantes de maneira contínua, reaparecendo conforme novas demandas surgem ao longo do tempo de residência no país, que variou entre dois meses e seis anos. Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Araújo (2014), ao afirmar que as necessidades informacionais não podem ser entendidas como demandas fixas ou

universais, mas como construções sociais que emergem de situações concretas vividas pelos sujeitos. Para o autor, tais necessidades são produzidas nas relações entre indivíduos, contextos e condições históricas específicas, sendo continuamente reformuladas à medida que novas experiências e desafios se apresentam.

O contexto citado dialoga com a perspectiva de Dervin (1992), ao afirmar que “as necessidades de informação não são entidades estáveis; elas surgem sempre que os indivíduos se deparam com lacunas de compreensão [...]” (Dervin, 1992, p. 69,). Nessa mesma direção, Vitorino (2018) destaca que as necessidades informacionais estão intrinsecamente vinculadas às experiências vividas pelos sujeitos em seus contextos sociais e históricos, sendo continuamente reconfiguradas conforme novas situações, demandas e desafios se apresentam ao longo de suas trajetórias (Vitorino, 2018).

Nesse sentido, os dados indicam que as necessidades informacionais estão fortemente associadas à adaptação prática à vida cotidiana no Brasil, envolvendo desde a compreensão do funcionamento das instituições até aspectos básicos da organização da vida diária, como deslocamentos, horários, acesso a serviços e compreensão de normas e procedimentos locais. Essas demandas aparecem de forma mais intensa nos primeiros meses após a chegada, mas não se esgotam com o tempo, reaparecendo sempre que novas situações exigem interação com órgãos públicos, empregadores ou instituições de ensino.

Essa recorrência pode ser compreendida à luz da análise de Sayad (2004), para quem a experiência migratória é marcada por uma condição permanente de instabilidade e reinvenção, na qual o migrante se vê continuamente confrontado com novas exigências sociais, administrativas e simbólicas. Nesse sentido, as necessidades informacionais acompanham a própria condição migrante, não se encerrando com a adaptação inicial ao país de destino. Essa leitura também encontra respaldo em Baeninger (2015), ao destacar que a inserção de pessoas migrantes ocorre de forma desigual e não linear, sendo atravessada por fatores como gênero, classe, raça e território. Tais desigualdades influenciam diretamente o acesso à informação e a capacidade de compreender e acionar serviços e direitos, produzindo necessidades informacionais que se transformam ao longo da trajetória migratória.

Entre as necessidades informacionais mais recorrentes, destacam-se aquelas

relacionadas à regularização documental, compreensão de procedimentos institucionais e ao acesso a serviços públicos. A documentação apareceu como demanda central para a maioria das participantes, envolvendo questões como obtenção de CPF, regularização migratória, agendamentos junto à Polícia Federal, atualização de documentos e esclarecimentos sobre direitos associados ao status migratório. A observação das atividades da Cáritas evidenciou que essas demandas são frequentes tanto entre migrantes recém-chegadas quanto entre aqueles com maior tempo de permanência no Brasil, indicando que a necessidade de informação documental persiste ao longo da trajetória migratória.

Nesse contexto, os dados também evidenciam que determinadas condições da vida cotidiana das mulheres migrantes contribuem para intensificar e reorganizar suas necessidades informacionais. Entre esses elementos, destacam-se as responsabilidades familiares, especialmente a presença de filhos, que incide diretamente sobre a forma como essas mulheres acessam, compreendem e utilizam informações no contexto da migração. Os dados do formulário indicam que parte significativa das mulheres haitianas participantes da pesquisa possui filhos, o que impacta diretamente suas condições de vida, a organização do cotidiano e o acesso à informação. Das 14 participantes, sete relataram ter filhos, sendo que a maioria mencionou uma ou duas crianças sob sua responsabilidade, enquanto sete afirmaram não ter filhos no momento da coleta.

A presença de filhos não configura uma necessidade informacional isolada, mas intensifica outras demandas, sobretudo aquelas relacionadas à saúde, à educação e ao acesso a benefícios sociais. Em alguns relatos, a necessidade de cuidado com os filhos amplia a dependência de terceiros para acessar serviços públicos, especialmente em situações marcadas por barreiras linguísticas. Uma das participantes destacou que, quando precisa levar a filha ao posto de saúde sem a presença do marido, a dificuldade de comunicação fez com que ela desistisse do atendimento (Participante 1).

Ainda é bem difícil estar sozinha, principalmente quando preciso ir ao médico ou a escola da minha filha. Uma vez tinha consulta marcada, quando cheguei, não consegui me comunicar e sai de lá porque senti vergonha e esperei alguém que falasse português para estar comigo.

(Participante 1).³

Em outro caso, a dificuldade de buscar informações durante a primeira gestação, associada à ausência de domínio da língua portuguesa, foi mencionada como um fator de insegurança e vulnerabilidade no acesso aos serviços de saúde, conforme pode ser visualizado no relato a seguir:

Quando engravidei, senti muito medo por não estar no meu país, não tinha minha mãe e minha avó que geralmente cuidam da gravidez. Meu marido trabalha o dia todo e eu tinha muito medo de ir ao médico sozinha. Mas, não teve jeito, era difícil me comunicar, mas no final deu tudo certo (Participante 11).

Esses relatos indicam que as responsabilidades familiares atravessam as necessidades informacionais das mulheres haitianas migrantes de maneira estrutural, influenciando não apenas o volume de informações demandadas, mas também as condições concretas de acesso, compreensão e uso dessas informações no cotidiano. A presença de filhos intensifica a necessidade de interação com serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, ao mesmo tempo em que evidencia limites impostos por barreiras linguísticas, institucionais e culturais. Dessa forma, as responsabilidades familiares não constituem um aspecto periférico da experiência migratória, mas um elemento que reorganiza continuamente as demandas informacionais ao longo da trajetória migratória, incidindo diretamente sobre os níveis de autonomia, dependência de terceiros e exposição a situações de vulnerabilidade em informação.

As demandas relacionadas à documentação e aos procedimentos institucionais permitem dialogar diretamente com a dimensão técnica da competência em informação. Conforme define Vitorino (2020, p. 51), essa dimensão constitui o

Meio de ação no contexto da informação e refere-se às habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e utilizar informações, estando associada ao acesso e ao uso de tecnologias e sistemas informacionais.¹

No entanto, os dados indicam que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres haitianas não decorrem da ausência dessas habilidades em si, mas das condições

³ Para preservar o anonimato das participantes, as falas oriundas da pesquisa empírica foram identificadas por meio de numeração sequencial (Participante 1, participante 2, etc.), atribuída aleatoriamente às mulheres migrantes haitianas participantes do estudo, sem qualquer relação com a sua identidade pessoal.

concretas em que o acesso à informação ocorre no contexto migratório. Embora as participantes façam uso cotidiano de tecnologias digitais, como celulares e aplicativos de comunicação, a informação institucional à qual precisam recorrer é majoritariamente disponibilizada em língua portuguesa, por meio de plataformas burocráticas e procedimentos pouco acessíveis, o que limita o exercício pleno da dimensão técnica da competência em informação. Essa limitação também se articula à dimensão política da competência em informação, na medida em que barreiras linguísticas, normativas e institucionais restringem o acesso efetivo a direitos, transformando a informação disponível em um recurso de difícil apropriação e ampliando situações de vulnerabilidade no cotidiano migratório.

Além disso, os dados mostram que a dificuldade em compreender fluxos institucionais e exigências administrativas leva muitas mulheres a depender de terceiros para resolver demandas documentais, especialmente quando essas informações são disponibilizadas apenas em português ou por meio de sistemas digitais pouco acessíveis. Essa dependência de terceiros para lidar com exigências administrativas e documentais reforça a centralidade da informação como elemento estruturante da autonomia dessas mulheres no contexto migratório. Estudos sobre a migração haitiana no Brasil, a exemplo de Baeninger, demétrioe Domeniconi (2020), evidenciam que o acesso a direitos, especialmente no âmbito da regularização migratória e da reunião familiar, ocorre por meio de complexos trâmites institucionais e jurídicos, frequentemente inacessíveis sem mediação institucional, o que contribui para a produção de desigualdades no cotidiano migratório.

Nesse contexto, a questão do idioma emerge como uma das principais necessidades informacionais das mulheres haitianas migrantes, atravessando diferentes dimensões da vida cotidiana no Brasil. A dificuldade de comunicação em língua portuguesa impacta diretamente o acesso ao trabalho, aos serviços públicos, à saúde, à educação e à regularização documental, ampliando situações de dependência e vulnerabilidade. Essa centralidade do idioma também foi destacada na entrevista com a coordenadora do projeto de migração da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, ao ser questionada sobre as principais necessidades informacionais das pessoas migrantes atendidas pela instituição, a coordenadora afirmou:

A principal dificuldade identificada é a barreira do idioma, a barreira linguística. E com isso a gente acaba atravessando a questão do

acesso aos serviços públicos. A questão do CRAS, da assistência em si, matrícula das crianças na escola. Muitas escolas, infelizmente, têm funcionários que estão desinformados em relação à documentação de imigrantes, porque eles não estavam habituados a realizar matrícula. Então a gente tem esses entraves com as escolas. Muitas vezes a gente tem que ir pessoalmente na escola e mostrar a portaria, a resolução do núcleo regional, dizendo que a documentação que a criança migrante precisa para se matricular é bem simples e que o direito não pode ser barrado (coordenadora entrevistada).

A fala da coordenadora evidencia que a barreira linguística ocupa lugar central no acesso à informação e aos serviços públicos, produzindo dificuldades concretas no cotidiano das mulheres migrantes e de suas famílias. A limitação na comunicação em língua portuguesa não se restringe à compreensão de informações pontuais, mas compromete o acesso a políticas de assistência social, como os serviços do CRAS, e o exercício de direitos básicos, a exemplo da matrícula de crianças migrantes na rede escolar. O relato aponta, ainda, a presença de desinformação no interior das próprias instituições, uma vez que profissionais de escolas e de outros serviços públicos nem sempre estão preparados para lidar com a documentação migratória, o que resulta em obstáculos indevidos ao acesso a direitos legalmente assegurados. Nesse contexto, a atuação da Cáritas mostra-se fundamental, tanto pelo acompanhamento presencial quanto pela mediação junto às instituições, por meio da apresentação de normativas oficiais que garantem o direito à matrícula e ao atendimento, evidenciando que a vulnerabilidade informacional não se limita à condição migratória, mas envolve também limites na circulação e no uso da informação no âmbito institucional.

Essa situação dialoga com a compreensão de Vitorino (2018), ao afirmar que a vulnerabilidade em informação se manifesta quando indivíduos ou grupos encontram obstáculos sistemáticos para acessar, compreender e utilizar informações necessárias à garantia de direitos, especialmente em contextos institucionais marcados por falhas de comunicação, ausência de mediações adequadas e despreparo dos agentes públicos. Nesses casos, a vulnerabilidade não decorre de déficits individuais, mas de estruturas informacionais que produzem exclusões e desigualdades no acesso aos serviços.

Assim, a centralidade do idioma também aparece de forma explícita nos relatos das próprias participantes, que identificam a língua portuguesa como a principal barreira para acessar informações e serviços no Brasil.

Se você não fala a língua, não consegue nada aqui (Participante 1). As maiores dificuldades são por conta do idioma primeiramente, depois pela diferença de cultura” (Participante 3). Sim, a língua é a pior barreira (Participante 8).

Seguindo nesse contexto, ao que se refere ao trabalho, as necessidades informacionais aparecem fortemente relacionadas à compreensão de direitos e deveres trabalhistas, formas de contratação, remuneração e acesso a benefícios. Das 14 participantes, como já mencionado, 13 estavam inseridas no mercado de trabalho no momento da coleta, principalmente em setores como frigoríficos, cooperativas, serviços de limpeza, mercados e comércio em geral. Apesar dessa elevada taxa de inserção laboral, os relatos indicam desconhecimento sobre aspectos básicos da legislação trabalhista, sendo que em alguns casos, a dificuldade de acesso à informação resultou na aceitação de condições desfavoráveis no trabalho, conforme relatado pelas participantes.

Quando comecei a trabalhar no frigorífico em janeiro, avisei que no final do ano iria para o Haiti visitar minha mãe que está muito doente. Me disseram que tudo bem, mas confiei e não pedi para assinarem nenhum papel. Guardei dinheiro, fiz um empréstimo para arcar com os custos da viagem que são muitos, chegando no começo de dezembro vi que meu nome estava na escala de trabalho para o natal e ano novo, fui questionar e reclamar e fui avisada de que eles não liberam ninguém para essas datas, e que isso nunca me foi falado e que se eu quisesse era só pedir as contas, mas fiquei com medo de não conseguir outro emprego. Fiquei muito triste, perdi dinheiro e minha família que está no Haiti estava me esperando. Passei o feriado de Natal e o primeiro dia do ano trabalhando, mesmo já tendo trabalhado em outros feriados com a promessa de não trabalhar no Natal. (Participante 9).

Os dados do formulário reforçam esse cenário ao indicarem que muitas participantes relataram dificuldades para compreender regras relacionadas às jornadas de trabalho, folgas, férias, benefícios e direitos trabalhistas, especialmente quando precisam resolver essas questões sozinhas. Em alguns casos, a falta de informação ou a dificuldade de compreensão levou à aceitação de condições desfavoráveis, reforçando situações de vulnerabilidade associadas ao trabalho.

As necessidades informacionais relacionadas à educação também se evidenciam nos dados coletados. Do total de 14 mulheres participantes, 12 concluíram o ensino médio, uma encontrava-se em processo de conclusão e apenas uma não finalizou essa etapa, em razão de interrupções associadas à pandemia e a tentativas

frustradas de retomada dos estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, quatro participantes tiveram acesso ao ensino superior, sendo uma com formação completa e três com formação incompleta, com trajetórias acadêmicas iniciadas no Haiti. Apesar desses percursos educacionais, foram recorrentes os relatos de dificuldades para compreender procedimentos de matrícula, exigências institucionais e processos de validação ou revalidação de documentos escolares no Brasil. A ausência de informações claras e acessíveis sobre esses trâmites contribuiu para o adiamento ou a interrupção de projetos educacionais, mesmo entre mulheres que demonstram interesse em retomar os estudos no contexto migratório.

Sprandel (2018) destaca que, embora o arcabouço legal brasileiro reconheça direitos às pessoas migrantes, o acesso efetivo às políticas públicas é frequentemente condicionado por entraves burocráticos, desinformação institucional e ausência de mediações adequadas, o que produz desigualdades concretas no cotidiano migratório. Complementando os dados de nível de escolaridade, as informações referentes à frequência em instituições de ensino no Brasil e à participação em cursos e oficinas evidenciam limites no acesso à educação formal e à formação complementar no contexto migratório. Apesar de 12 das 14 participantes terem concluído o ensino médio e quatro terem tido acesso ao ensino superior em seus percursos educacionais anteriores, apenas quatro relataram ter frequentado alguma instituição de ensino formal no Brasil, como escolas de ensino médio, técnico ou instituições de ensino superior.

No que se refere à participação em cursos, oficinas ou ações formativas voltadas à compreensão de direitos e ao acesso a serviços públicos, os dados apontam para um acesso restrito. Do total de 14 participantes, somente seis relataram ter participado de alguma iniciativa desse tipo, principalmente vinculadas à Cáritas e ao CRAS, enquanto as demais não relataram esse tipo de participação. Esse resultado evidencia que o acesso a espaços formativos informacionais ainda é limitado, contribuindo para a permanência de vulnerabilidades em informação, mesmo entre mulheres que demonstram interesse em ampliar sua autonomia no contexto migratório.

Além das dimensões relacionadas ao trabalho e à educação, os dados também revelam necessidades informacionais associadas ao acesso à saúde e aos serviços

de saúde. Diversas participantes relataram dificuldades para compreender orientações médicas, agendamentos, fluxos de atendimento e procedimentos básicos do sistema de saúde, especialmente quando não contam com apoio linguístico. Em alguns relatos, observa-se que a dificuldade de comunicação leva à dependência do marido ou de outras pessoas para acessar atendimentos, e, em situações em que esse apoio não está disponível, algumas mulheres optam por adiar ou evitar a busca por atendimento.

Essa dinâmica dialoga com a análise de Nogueira (2017), ao evidenciar que, no contexto migratório, as necessidades informacionais das mulheres não se manifestam apenas como demandas técnicas por informação, mas estão profundamente imbricadas nas relações de gênero, organização da vida familiar e nas condições de inserção social no país de destino. A autora destaca que a dependência de terceiros para acessar serviços e informações, especialmente no campo da saúde, não decorre de falta de interesse ou de iniciativa, mas de barreiras linguísticas, institucionais e simbólicas que produzem silenciamentos e restringem a autonomia das mulheres migrantes.

As necessidades informacionais relacionadas à moradia e à organização da vida cotidiana também aparecem de forma transversal nos dados. As participantes relataram dificuldades para compreender contratos de aluguel, funcionamento do transporte público e outros aspectos práticos do cotidiano urbano, sobretudo nos primeiros meses após a chegada ao Brasil. Essas dificuldades reforçam a centralidade da informação como elemento fundamental para a adaptação e a integração no contexto migratório. Por fim, os dados indicam que muitas necessidades informacionais estão diretamente associadas à possibilidade de agir com autonomia. Diversas participantes afirmaram que deixam de buscar informações ou resolver demandas quando estão sozinhas, dificuldade que aparece associada a sentimentos de medo, vergonha e insegurança, em relação à língua, conforme relatado pelas participantes:

Sinto vergonha de sair sozinha para resolver as coisas. Então sempre espero por alguém (Participante 2); Medo de não conseguir falar o que preciso (Participante 7). Medo e vergonha de não conseguir falar (Participante 8).

A análise dos dados evidencia que as necessidades informacionais das

mulheres haitianas migrantes não se restringem à ausência ou insuficiência de informação disponível, mas diretamente relacionadas às condições concretas de compreensão e uso da informação no cotidiano da migração. A dificuldade com a língua portuguesa, associada a sentimentos de medo, vergonha e insegurança, limita a capacidade de agir de forma autônoma, levando muitas participantes a adiar ou evitar a busca por informações e serviços quando não contam com apoio de terceiros. Desse modo, as necessidades informacionais identificadas nesta pesquisa assumem uma dimensão estrutural da experiência migratória feminina, na qual o acesso à informação, sua inteligibilidade e sua apropriação efetiva se configuram como elementos centrais para a redução de vulnerabilidades e para a construção de trajetórias migratórias mais seguras e autônomas.

7.3 BARREIRAS INFORMACIONAIS E VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO NA MIGRAÇÃO

Observamos em decorrência dos dados que a experiência migratória das mulheres haitianas participantes da pesquisa é marcada por barreiras recorrentes no acesso, compreensão e uso informação no cotidiano da vida no Brasil. Essas dificuldades não se manifestam de forma pontual ou isolada, mas combinam diferentes dimensões da experiência migratória, como o acesso a serviços públicos, regularização documental, a comunicação com instituições formais e a inserção nos campos do trabalho, saúde e educação.

A partir dos dados obtidos por meio do formulário, observação e entrevista com a coordenação do projeto de migração da instituição, foi possível identificar que essas dificuldades estão associadas a um conjunto de barreiras informacionais de natureza linguística, institucional e cultural, que produzem vulnerabilidade. Essas barreiras produzem vulnerabilidades social e informacional, impactando diretamente a autonomia das mulheres no contexto migratório. Conforme define Vitorino (2018), a vulnerabilidade em informação refere-se às condições nas quais indivíduos ou grupos, mesmo diante da existência de informações, encontram limitações estruturais para acessá-las, compreendê-las e utilizá-las de forma efetiva, em razão de desigualdades sociais, culturais, econômicas e institucionais.

As barreiras informacionais identificadas nesta pesquisa podem ser compreendidas, portanto, como expressão da posição social ocupada pelas mulheres

migrantes no país de destino. Sayad (1998) analisa a migração como um processo social no qual o migrante ocupa uma condição estruturalmente ambígua, tendo sua presença aceita de forma condicional e seus direitos constantemente regulados por dispositivos institucionais e simbólicos (Sayad, 1998). Nessa perspectiva, as dificuldades de acesso à informação, de compreensão do funcionamento dos serviços públicos e de comunicação institucional não se configuram como falhas das mulheres haitianas, mas como parte de um processo social que produz desigualdades no exercício da cidadania e no reconhecimento de direitos.

A barreira linguística mostrou-se um elemento transversal na experiência migratória das participantes. Embora todas as mulheres estivessem vinculadas às atividades da Escola de Português, os dados indicam que a dificuldade de comunicação em língua portuguesa permanece como um obstáculo relevante para o acesso à informação e aos serviços públicos. Essa dificuldade afeta diretamente o contato com instituições de saúde, assistência social, educação e com empregadores, ampliando situações de dependência e insegurança. O formulário revelou que, 11 das 14 participantes afirmaram que a língua portuguesa representa uma barreira significativa para encontrar, compreender ou utilizar informações no Brasil, percepção que aparece de forma explícita nos relatos a seguir:

Se você não fala a língua, não consegue nada por aqui. (Participante 1). As maiores dificuldades são por conta do idioma primeiramente, depois pela diferença de cultura (Participante 3). Sim, a língua é a pior barreira (Participante 8).

Além da dificuldade de compreensão, fica novamente evidente que a barreira linguística está associada a sentimentos de medo, vergonha e insegurança, que levam parte das participantes a evitar buscar informações ou resolver demandas de forma autônoma quando não contam com apoio linguístico. No formulário aplicado, oito participantes relataram já ter deixado de procurar informações ou resolver demandas por receio de não conseguir se comunicar adequadamente, conforme ilustram os relatos:

Sinto vergonha de sair sozinha para resolver as coisas. Então sempre espero por alguém (Participante 2). Medo de não conseguir falar o que preciso (Participante 7). Medo e vergonha de não conseguir falar (Participante 8).

Associadas à barreira linguística, os dados revelam a presença de barreiras

institucionais relacionadas ao funcionamento dos serviços públicos e à forma como as informações são disponibilizadas. As participantes relataram dificuldades para compreender fluxos institucionais, exigências administrativas e critérios de atendimento, especialmente quando recebem orientações contraditórias ou quando os próprios serviços demonstram desconhecimento sobre os direitos da população migrante. Essas dificuldades foram identificadas em diferentes contextos, como assistência social, educação e regularização documental.

Durante a observação, registraram-se reclamações recorrentes sobre a demora no atendimento da Polícia Federal e problemas nos sistemas institucionais, o que afeta diretamente o acesso à regularização migratória. A entrevista com a coordenadora do projeto de migração da Cáritas reforça essa dimensão institucional da vulnerabilidade informacional, ao apontar que parte das dificuldades enfrentadas pelas mulheres migrantes decorre do despreparo de serviços públicos para lidar com a documentação e com as especificidades da população migrante, especialmente no campo da educação.

Os dados do formulário corroboram essa percepção institucional, uma vez que diversas participantes relataram entraves no processo de matrícula de crianças migrantes, mesmo quando a documentação apresentada estava em conformidade com a legislação vigente, evidenciando que a vulnerabilidade em informação não se limita às mulheres migrantes, mas envolve falhas na circulação e no uso da informação no interior das próprias instituições.

As desigualdades que discriminam e excluem têm relação com a vulnerabilidade que expõe os sujeitos à exclusão. Ser migrante ou refugiado, por si só, não significa ser vulnerável, mas a migração pode representar uma condição que favorece e até leva a pessoa a passar por situações de vulnerabilidade, como as que são favorecidas pela exaltação da especificidade migratória, assim como acontece também onde se verifica a negação das diversidades que os sujeitos que migram levam consigo. Políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade (Lussi, 2015, p. 136).

Além das barreiras linguísticas e institucionais, os dados indicam a presença de barreiras culturais que interferem no acesso à informação e aos serviços. A coordenadora da Cáritas destaca situações em que normas culturais e religiosas das

mulheres migrantes entram em conflito com práticas institucionais naturalizadas no contexto brasileiro:

Uma pessoa muçulmana, uma mulher por exemplo, geralmente ela não pode ser atendida por um homem. Para nós isso é normal, mas tem essa questão cultural que deveria ser respeitada (Coordenadora da Cáritas Londrina).

Associadas à barreira linguística, os dados evidenciam a presença de barreiras institucionais que dificultam a compreensão e o acesso aos serviços públicos. As participantes relataram dificuldades para entender o funcionamento das instituições, os critérios de atendimento e as exigências administrativas, especialmente quando essas informações não são apresentadas de forma clara ou acessível. Essas dificuldades foram observadas em diferentes contextos, como saúde, assistência social e educação, indicando que a vulnerabilidade em informação não decorre apenas da não fluência do idioma, mas também das formas de organização institucional e das práticas administrativas vigentes no contexto brasileiro.

As barreiras institucionais tornam-se mais evidentes quando se analisam, de forma articulada, os dados do formulário e da entrevista. Entre as 14 participantes, oito mulheres relataram dificuldades recorrentes no acesso a serviços públicos, especialmente quando precisam resolver sozinhas as suas demandas. De modo geral, essas dificuldades estão associadas a exigências excessivas de documentos, orientações contraditórias e ao desconhecimento, por parte dos próprios serviços, acerca dos direitos da população migrante, o que gera insegurança e prolonga a resolução de demandas cotidianas. As demais participantes relataram maior facilidade de acesso quando acompanhadas por familiares ou pessoas de confiança, o que evidencia a persistência da dependência de terceiros como elemento estruturante da experiência migratória.

Assim, as desigualdades que segregam e discriminam relacionam-se com a condição de vulnerabilidade que sujeita estas mulheres à exclusão. Por isso, quando se nega as diversidades das refugiadas, as políticas públicas fortalecem as desigualdades sofridas” (Moraes; Lunardello, 2020, p. 182).

Além dessas dimensões, os dados indicam a presença de barreiras de ordem cultural que interferem no acesso à informação e aos serviços, identificadas tanto nas falas institucionais quanto em relatos das participantes. Embora não se restrinjam às mulheres haitianas, essas barreiras evidenciam como a ausência de sensibilidade

cultural nos atendimentos pode produzir novas dificuldades informacionais, ampliando sentimentos de constrangimento e insegurança no cotidiano migratório.

A partir desse conjunto de barreiras, torna-se possível compreender que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres haitianas migrantes não se limitam ao acesso técnico à informação, mas dizem respeito, sobretudo, às condições sociais que permitem ou impedem a apropriação da informação como direito. Nessa perspectiva, a dimensão política da competência em informação contribui para a análise dessas situações, ao enfatizar a relação entre informação, cidadania e participação social. Conforme destacam Vitorino e De Lucca (2020), essa dimensão refere-se à compreensão dos direitos e deveres, à capacidade de questionar práticas instituídas e de agir criticamente a partir da informação disponível.

No contexto migratório analisado, as barreiras linguísticas, institucionais e culturais limitam o exercício dessa dimensão, uma vez que dificultam o acesso a informações claras sobre direitos, serviços e procedimentos, produzindo situações de dependência e restringindo a atuação autônoma dessas mulheres.

7.4 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, FONTES DE INFORMAÇÃO E REDES DE APOIO

As estratégias de enfrentamento às barreiras informacionais no contexto migratório podem ser compreendidas como os conjuntos de ações, práticas e arranjos mobilizados pelas pessoas migrantes para lidar com dificuldades estruturais, institucionais, linguísticas e culturais que limitam o acesso à informação e, conseqüentemente, aos direitos e serviços no país de destino. No caso da migração haitiana no Brasil, essas estratégias não se constituem de forma isolada, mas sim, são organizadas, em grande medida, a partir de vínculos religiosos, convivência com outros haitianos, redes sociais, familiares, comunitárias e institucionais que passam a mediar o processo de inserção social. Conforme analisa Silva (2017), as redes de acolhimento e apoio desempenham papel central na experiência migratória haitiana, funcionando como mecanismos de enfrentamento diante de entraves relacionados à documentação, trabalho, comunicação e acesso às políticas públicas. Essas estratégias, portanto, não eliminam as barreiras existentes, mas permitem que as pessoas migrantes desenvolvam formas práticas de lidar com elas no cotidiano, possibilitando certa continuidade da vida social.

Seja como forma de manutenção ou de direcionamento de fluxos migratórios, redes sociais podem ser um fator decisivo nos processos de inserção de imigrantes em um novo contexto, particularmente naqueles marcados pelo preconceito de raça e classe, como é o caso brasileiro. Nesse sentido, a rede pode minorar os impactos da inserção socioeconômica e cultural, na medida em que ela acumula um 'capital social', colocando em circulação informações sobre oferta de trabalho e disponibilidade de serviços oferecidos por organizações não governamentais, como é o caso da Pastoral do Migrante (Silva, 2017, p. 113).

A centralidade das redes sociais, familiares e institucionais como estratégias de enfrentamento não pode ser compreendida apenas como uma característica comunitária da migração haitiana, mas como resposta concreta às limitações do próprio Estado na garantia do acesso efetivo a direitos. Sprandel (2018) enfatiza que embora a legislação migratória brasileira represente um avanço no reconhecimento formal dos direitos das pessoas migrantes, a distância entre o marco normativo e sua efetivação no cotidiano produz situações em que o acesso à informação e às políticas públicas ocorre de forma fragmentada e desigual. Nesse cenário, as redes de apoio passam a assumir papel estruturante, fazendo com que a circulação da informação se dê prioritariamente por vias informais e institucionais de proximidade, baseadas em relações de confiança e pertencimento.

Dando sequência, os dados empíricos desta pesquisa evidenciam que as estratégias de enfrentamento às barreiras informacionais mobilizadas pelas mulheres haitianas não se organizam de forma homogênea, mas variam conforme o tempo de residência no Brasil, o domínio da língua portuguesa, a existência de redes de apoio e a posição ocupada no núcleo familiar. Entre as 14 participantes, 11 relataram recorrer prioritariamente a pessoas próximas para lidar com dificuldades informacionais, especialmente maridos, familiares, amigas haitianas, membros da igreja e profissionais da Cáritas. As demais (três participantes) responderam que já conseguem resolver sozinhas-suas questões informacionais.

A dependência de redes pessoais aparece de forma recorrente associada à insegurança linguística e ao receio de não compreender corretamente as informações recebidas, conforme citado na seção anterior. Entre as 11 participantes que recorrem a terceiros, nove relataram evitar buscar informações quando estão sozinhas, preferindo aguardar a presença de alguém que possa auxiliar na comunicação ou na interpretação das orientações. Essa dinâmica é explicitada nas seguintes falas: "Sinto

vergonha de sair sozinha para resolver as coisas. Então sempre espero por alguém” (Participante 2) e “Medo de não conseguir falar o que preciso” (Participante 7). Também a Participante 8 reforçou essa percepção ao afirmar: “Medo e vergonha de não conseguir falar”. Esses relatos indicam que, para parte significativa das participantes, a estratégia de enfrentamento envolve a postergação ou a evitação da busca por informação, como forma de lidar com o desconforto e a insegurança produzidos pela barreira linguística.

Contudo, este processo de adaptação não depende apenas destas pessoas como um fenômeno de desconstrução pessoal, estando, assim, interligado com os mecanismos que o país receptor fornecerá para que a situação de vulnerabilidade em que se encontram seja reduzida (Moraes; Lunardello, 2020, p. 181).

As responsabilidades familiares, especialmente a presença de filhos, também atravessam as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas participantes. Das 14 mulheres, sete relataram ter filhos, o que intensifica a necessidade de recorrer a redes de apoio para lidar com demandas relacionadas à saúde, educação e acesso a serviços públicos. Em alguns relatos, a presença de filhos aparece associada à maior dependência de terceiros para buscar informações, sobretudo quando a mulher precisa resolver sozinha questões institucionais e enfrenta barreiras linguísticas, como relatado pela Participante 1 e pela Participante 11, anteriormente. Esses dados indicam que as estratégias de enfrentamento não se organizam apenas em função da condição migratória, mas também das responsabilidades familiares que estruturam o cotidiano das mulheres haitianas no Brasil.

Por outro lado, as três participantes que afirmaram conseguir resolver suas demandas de forma mais autônoma apresentam trajetórias marcadas por maior tempo de residência no Brasil, maior domínio da língua portuguesa ou experiências prévias de circulação por instituições educacionais e profissionais. Ainda assim, mesmo entre essas mulheres, a autonomia não se apresenta de forma plena, sendo frequentemente descrita como resultado de esforço contínuo, aprendizado progressivo e busca ativa por informações, sobretudo por meio da internet e de contatos institucionais. Além das redes pessoais, as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas participantes incluem o recurso às instituições de apoio, com destaque para a Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

Ao menos oito participantes mencionaram diretamente a Cáritas como fonte

recorrente de orientação e apoio informacional, especialmente em questões relacionadas à documentação, acesso a serviços públicos, cursos e encaminhamentos institucionais. Esse dado dialoga com as observações de campo, que evidenciaram um esforço sistemático da equipe em adaptar a comunicação às necessidades linguísticas das migrantes, utilizando o WhatsApp, mensagens em outros idiomas e atendimentos mediados por profissionais que dominam o crioulo haitiano e o francês.

No plano institucional, a entrevista com a coordenadora da Cáritas reforça a existência de estratégias organizadas para enfrentar barreiras informacionais estruturais, especialmente aquelas relacionadas à desinformação nos serviços públicos e à complexidade dos trâmites burocráticos. Ao relatar a necessidade de deslocamento da equipe até escolas e outros órgãos para apresentar normativas oficiais e garantir o acesso a direitos, a coordenadora evidencia que o enfrentamento dessas barreiras não se limita à transmissão de informações, mas envolve ações concretas de orientação, acompanhamento e articulação interinstitucional.

O acesso a benefícios governamentais mostrou-se desigual entre as mulheres haitianas participantes da pesquisa, evidenciando limites informacionais e institucionais no acesso às políticas sociais. Das 14 participantes, seis relataram já ter recebido algum tipo de benefício governamental em momentos específicos, enquanto oito afirmaram nunca ter acessado benefícios formais do Estado brasileiro. Entre aquelas que relataram acesso, o recebimento ocorreu de forma pontual e temporária, geralmente associado a situações de maior vulnerabilidade, como períodos de desemprego ou durante a pandemia da Covid-19. O Programa Bolsa Família foi citado por três participantes como benefício acessado em momentos específicos, sobretudo quando houve interrupção do vínculo empregatício ou instabilidade financeira. Em outros casos, o acesso ocorreu apenas por curto período, sem continuidade.

Os relatos também indicam dificuldades recorrentes na compreensão dos critérios de acesso, manutenção e reativação dos benefícios. Uma das participantes afirmou estar, no momento da coleta de dados, tentando novamente acessar um benefício governamental, sem clareza sobre os procedimentos necessários, o que evidencia insegurança e instabilidade no acesso às políticas sociais (Participante 11). Outra participante mencionou ter recebido benefícios apenas antes de iniciar vínculo

formal de trabalho, interrompendo o acesso posteriormente (Participante 2).

Nesse sentido, o acesso aos benefícios não se configura como direito plenamente apropriado, mas como recurso eventual, acionado de forma intermitente e condicionado à capacidade de compreender procedimentos burocráticos complexos. Tal cenário reforça a centralidade de instituições de apoio, como a Cáritas, e de redes pessoais na mediação do acesso às políticas sociais, evidenciando como a vulnerabilidade informacional impacta diretamente a efetivação de direitos no cotidiano migratório das mulheres haitianas.

O uso das tecnologias digitais também aparece como estratégia relevante de enfrentamento, ainda que com limites evidentes. Todas as 14 participantes relataram possuir telefone celular e utilizar a internet em seu cotidiano. Dentre elas, a maioria afirmou ter acesso à internet em casa (13 participantes), principalmente por meio de redes Wi-Fi, enquanto outras relataram não possuir pacote de dados móveis (2 participantes), o que restringe o uso da internet fora do ambiente doméstico. Embora o acesso esteja presente, os dados indicam que a apropriação da internet ocorre, majoritariamente, em idiomas como o crioulo haitiano ou o francês, o que impõe limites importantes ao acesso a informações institucionais disponibilizadas em língua portuguesa. Em alguns relatos, as participantes afirmaram que, mesmo utilizando a internet com frequência, recorrem a familiares, especialmente aos maridos, para compreender conteúdos em português, evidenciando que o acesso tecnológico não se traduz automaticamente em autonomia informacional (Participante 1).

Entre as ferramentas digitais, o *WhatsApp* se destaca como a principal fonte de informação e meio de comunicação. Do total de participantes, 12 afirmaram utilizar o aplicativo como principal estratégia para buscar orientações, receber informações e manter contato com redes familiares, religiosas e institucionais, reforçando seu papel central na circulação de informações consideradas confiáveis no contexto migratório.

O jornal impresso não se configura como uma fonte informacional relevante no cotidiano das mulheres haitianas participantes da pesquisa, a maioria das participantes afirmaram não utilizar jornais impressos no Brasil, indicando que esse suporte não integra suas práticas informacionais regulares no contexto migratório. Quando mencionado, o uso do jornal aparece de forma pontual e residual, restrito a situações específicas, como a consulta a encartes de supermercado ou atividades

pontuais relacionadas ao ambiente escolar (Participante 9; Participante 10).

A frequência a bibliotecas no Brasil mostrou-se inexistente entre as mulheres haitianas participantes da pesquisa. Nenhuma das 14 participantes relatou utilizar bibliotecas brasileiras no momento da coleta de dados. Em contrapartida, sete mulheres afirmaram ter frequentado bibliotecas no Haiti, sobretudo vinculadas ao ambiente escolar, muitas vezes como prática institucional obrigatória no contexto educacional. Entre aquelas que relataram experiências anteriores com bibliotecas no país de origem, o uso esteve associado à escola, seja como espaço regular de estudo, seja como exigência curricular. Por outro lado, sete participantes afirmaram nunca ter frequentado bibliotecas, nem no Haiti nem no Brasil, indicando trajetórias educacionais e informacionais marcadas por acessos desiguais a esse tipo de instituição.

No contexto brasileiro, a ausência de frequência às bibliotecas foi justificada, principalmente, pela carga horária excessiva de trabalho, falta de tempo disponível e pela ausência de vínculo com instituições de ensino, fatores que dificultam a incorporação desses espaços ao cotidiano das mulheres migrantes. Esses dados indicam que, embora a biblioteca tenha feito parte da trajetória educacional de parte das participantes no país de origem, esse espaço não se consolidou como fonte informacional acessível no contexto migratório brasileiro. A não incorporação das bibliotecas ao cotidiano informacional das participantes reforça a centralidade de outras estratégias de acesso à informação, especialmente aquelas mediadas por redes pessoais, instituições de apoio e tecnologias digitais. Nesse sentido, o acesso à informação ocorre predominantemente por meio de fontes consideradas mais imediatas e funcionais no cotidiano migratório, como familiares, igrejas, a Cáritas e o uso do telefone celular, evidenciando limites estruturais à apropriação de espaços institucionais tradicionais de informação no Brasil.

Os dados do formulário indicam que a televisão está presente no cotidiano da maioria das mulheres haitianas participantes da pesquisa, embora seu uso como fonte de informação seja bastante limitado. Das 14 participantes, 12 afirmaram possuir televisão em casa, enquanto duas relataram ainda não ter acesso a esse meio no momento da coleta de dados. Entre as mulheres que possuem televisão, observou-se que o uso está concentrado, majoritariamente, em conteúdos de entretenimento,

como filmes, séries, novelas, vídeos e desenhos. A maior parte das participantes afirmou não utilizar a televisão para acompanhar notícias, ou fazê-lo de forma muito esporádica. Quando o acesso a conteúdos informativos ocorre, a dificuldade de compreensão da língua portuguesa aparece como obstáculo central, restringindo a função informacional desse meio. Uma das participantes relatou que assiste às notícias, mas “ainda não consegue compreender a língua”, motivo pelo qual acaba priorizando conteúdos de entretenimento audiovisual.

Esses dados evidenciam que, embora a televisão esteja fisicamente acessível à maioria das participantes, sua apropriação como fonte de informação é limitada por barreiras linguísticas e pelo formato predominantemente monolíngue da programação informativa no Brasil. Nesse sentido, o simples acesso ao meio não garante o acesso efetivo à informação, reforçando a centralidade de outras estratégias de enfrentamento, especialmente aquelas mediadas pelo telefone celular, pelo WhatsApp e pelas redes interpessoais de apoio. A televisão, assim, ocupa um lugar secundário no conjunto das fontes informacionais mobilizadas pelas mulheres haitianas no contexto migratório.

Diante dos dados apresentados, observa-se que as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas mulheres haitianas se articulam diretamente às fontes de informação acessíveis e às redes de apoio construídas no contexto migratório. O enfrentamento das barreiras informacionais ocorre, sobretudo, por meio de relações familiares e comunitárias. Nesse processo, a Cáritas, a igreja (principalmente evangélica), os vínculos familiares e o uso do WhatsApp assumem papel central na circulação de informações consideradas confiáveis pelas participantes.

A igreja aparece como uma das principais redes de apoio mobilizadas por parte significativa das mulheres haitianas participantes da pesquisa, configurando-se como espaço de sociabilidade, acolhimento e, em alguns casos, de circulação de informações no contexto migratório. Dos 14 formulários analisados, 10 participantes afirmaram frequentar igrejas, predominantemente evangélicas, enquanto quatro relataram não manter vínculo religioso. Entre aquelas que frequentam, observa-se que o uso da igreja como fonte de informação não é homogêneo, variando conforme a trajetória individual, o grau de inserção comunitária e as necessidades vivenciadas no

cotidiano.

Entre as participantes que frequentam igrejas, ao menos quatro relataram utilizar esse espaço como fonte recorrente de orientação e apoio informacional. Uma das participantes destacou que recorre frequentemente à igreja para pedir informações e ajuda em diferentes situações do cotidiano, indicando que esse ambiente funciona como espaço de confiança e mediação diante das dificuldades enfrentadas no acesso a serviços e instituições formais (Participante 1). Outras participantes mencionaram que, embora frequentem a igreja, não a utilizam como espaço informacional, limitando sua relação ao aspecto religioso ou comunitário.

Esses dados indicam que a igreja não se configura como uma fonte institucionalizada, mas assume papel como rede de informal, especialmente em contextos marcados por barreiras linguísticas e insegurança no contato com órgãos públicos, como é o caso das participantes. Nesse sentido, a igreja integra o conjunto de estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas mulheres haitianas, ao lado de redes familiares, e da Cáritas, contribuindo para a circulação de informações consideradas confiáveis e acessíveis no cotidiano migratório.

Ao mesmo tempo, os dados indicam que essa forma de enfrentamento, ainda que funcional, revela limites importantes, uma vez que grande parte das mulheres permanece dependente dessas redes para resolver demandas básicas. Esse cenário dialoga com a análise de Faquin e Lanza (2018), ao destacarem que há diferentes barreiras para que imigrantes acessem as políticas sociais:

Há diferentes barreiras para que os imigrantes acessem as políticas sociais às quais têm direito. Destacamos a barreira informacional como a de maior prevalência, indicando que, quando os imigrantes se instalam nos territórios de ação dos serviços de Saúde e Assistência Social, não são incorporados como sujeitos particulares e com demandas específicas, o que nos leva a problematizar em tem sido de fato efetivado por elas (Faquin; Lanza, 2018, p. 149).

Assim, as estratégias observadas não eliminam as barreiras informacionais, mas permitem lidar com elas de maneira situada e gradual, evidenciando que o acesso à informação e sua apropriação estão profundamente condicionados às redes de apoio disponíveis e às condições sociais, linguísticas e institucionais que atravessam a experiência migratória das mulheres haitianas.

7.5 INSTITUIÇÕES E AÇÕES INFORMACIONAIS PARA INTEGRAÇÃO

Integrar-se ao contexto de chegada é um elemento central da experiência migratória, especialmente para mulheres que atravessam processos marcados por deslocamento, ruptura de vínculos e inserção em sociedades estruturadas por desigualdades de gênero. A integração não se resume à permanência no território, mas envolve a possibilidade de compreender o funcionamento da vida social, acessar serviços, exercer direitos e construir relações que permitam pertencimento no cotidiano no país de destino. Para mulheres migrantes haitianas, esse processo assume contornos específicos, marcados por barreiras raciais, linguísticas, institucionais, culturais e de gênero, que condicionam as formas de participação social e de circulação pelos espaços urbanos.

A compreensão da integração como um processo situado, relacional e atravessado por desigualdades, dialoga com Baeninger (2015), ao destacar que a inserção de pessoas migrantes no país de destino não se dá de forma linear nem homogênea, mas depende das condições locais, da atuação das políticas públicas e da capacidade dos territórios de reconhecer a migração como parte constitutiva de sua dinâmica social.

Nesse contexto, a integração das mulheres haitianas no Norte do Paraná ocorre fortemente condicionada à atuação de instituições que organizam o acesso à informação, aos serviços públicos e às políticas sociais. Entre essas instituições, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina ocupa importante papel, configurando-se como referência institucional para acolhimento, orientação e acompanhamento da população migrante atendida no município. Conforme evidenciado nos dados empíricos desta pesquisa, é a partir da Cáritas que muitas mulheres passam a compreender fluxos de atendimento, trâmites documentais e caminhos possíveis para acessar direitos básicos.

A atuação da Cáritas em Londrina se dá de forma articulada com a política pública de assistência social, especialmente por meio da parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito do Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias. Essa articulação permite a inserção das mulheres migrantes na rede socioassistencial do

município, viabilizando encaminhamentos para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), acesso a benefícios e acompanhamento familiar. Os dados da entrevista com a coordenação da instituição indicam que essa parceria ampliou a visibilidade do atendimento aos migrantes e qualificou o acesso à informação, ao reunir profissionais de diferentes áreas e com domínio de múltiplos idiomas.

A entrevista com a coordenação do programa explicita que as ações informacionais e de integração se estruturam tanto por atendimentos quanto por iniciativas coletivas. Ainda que não existam atividades exclusivas e permanentes destinadas apenas às mulheres, há ações de conscientização relacionadas à violência de gênero, saúde da mulher e violações de direitos, além de grupos conduzidos pela psicóloga do programa. Segundo a coordenadora, esses grupos ocorrem mensalmente, com temáticas definidas, e embora sejam abertos a homens e mulheres, “quem participa são as mulheres” (coordenadora entrevistada). Essa configuração evidencia que a dimensão de gênero atravessa a integração não apenas pelo conteúdo das ações, mas pela forma como elas são ocupadas e apropriadas no cotidiano pelas migrantes.

No que se refere aos canais de circulação informacional, a entrevista reforça que o principal meio de comunicação com o público migrante é o WhatsApp, enquanto a divulgação no Instagram se direciona mais à rede de serviços. A coordenadora afirma que “eles não utilizam Instagram” e que a instituição divulga ações para migrantes “via WhatsApp” (coordenadora entrevistada). Esse dado dialoga com os resultados do formulário e aponta que a integração informacional se organiza por meios de comunicação considerados mais acessíveis e mais diretamente conectados às redes de confiança no contexto migratório.

A atuação da Cáritas em Londrina se dá articulada à política pública de assistência social, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito do Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias. Conforme a coordenadora relata, a parceria ampliou a visibilidade do trabalho e qualificou o atendimento ao reunir profissionais de diferentes áreas e com domínio de múltiplos idiomas, incluindo crioulo, francês, inglês e espanhol (coordenadora entrevistada). Essa dimensão linguística é decisiva para

compreender a integração local como um processo diretamente vinculado à mediação institucional e ao modo como a informação é traduzida, interpretada e tornada utilizável.

Do ponto de vista das dificuldades, a entrevista fornece um eixo interpretativo central para esta seção: a barreira linguística como problema transversal que organiza o acesso a outros direitos. A coordenadora identificou como principal dificuldade “a barreira do idioma” e associa essa barreira a entraves concretos, como acesso ao CRAS e matrícula de crianças na escola, destacando situações em que a equipe precisa ir presencialmente à instituição para apresentar normativas e evitar que direitos sejam negados indevidamente (coordenadora entrevistada). Além do idioma, a coordenação menciona barreiras culturais no acesso à saúde, como a preferência de algumas mulheres muçulmanas por atendimento realizado por profissionais mulheres, demonstrando que a integração pode ser tensionada por diferenças culturais que exigem mediações específicas para não se converterem em barreiras institucionais (coordenadora entrevistada).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com 10 unidades em Londrina, por sua vez, integram esse conjunto institucional como porta de entrada para a política de assistência social, sendo responsáveis pela operacionalização de benefícios, serviços de convivência e acompanhamentos familiares. No entanto, conforme apontam os dados coletados, o acesso efetivo das mulheres haitianas a esses serviços ocorre, em grande parte, por meio de encaminhamentos realizados pela Cáritas, o que evidencia a centralidade das instituições especializadas no enfrentamento das barreiras informacionais e institucionais presentes no cotidiano migratório.

No que se refere ao acesso às políticas de assistência social no processo de adaptação ao Brasil, os dados do formulário indicam que quatro das 14 mulheres participantes relataram ter sido atendidas pelo CRAS. Importa destacar que, nos relatos das participantes, o CRAS mencionado refere-se às unidades do município de Rolândia, local onde foi realizada parte da coleta de dados e onde as mulheres residem ou circulam cotidianamente. Os atendimentos estiveram associados, principalmente, a orientações básicas, encaminhamentos e acesso a serviços da política de assistência social, frequentemente articulados com o apoio de outras

instituições, como a Cáritas.

Nesse sentido, é relevante contextualizar que Rolândia possui unidades próprias do Centro de Referência de Assistência Social, não dependendo dos serviços ofertados pelo município de Londrina para o acesso à proteção social básica. Entre essas unidades, destacam-se o CRAS Prof. Arnaldo Garcia e o CRAS Luiz Picinin, responsáveis pelo atendimento direto à população local, inclusive pessoas migrantes. A existência dessas unidades no território contribui para viabilizar o acesso das mulheres haitianas aos serviços socioassistenciais no próprio município, ainda que, conforme evidenciam os dados da pesquisa, esse acesso ocorra, em muitos casos, a partir de encaminhamentos e orientações prévias realizados por instituições da sociedade civil.

Embora o CRAS seja um equipamento central da política de assistência social, os dados da pesquisa indicam baixa adesão das mulheres haitianas a esse serviço, uma vez que apenas quatro das 14 participantes relataram ter sido atendidas pelas unidades do CRAS de Rolândia, porém, esse dado não pode ser compreendido como ausência de necessidade, mas como um indicativo das dificuldades de acesso e de circulação da informação no âmbito institucional. Conforme evidenciado ao longo da pesquisa, barreiras linguísticas, desconhecimento sobre o funcionamento dos serviços e a necessidade de encaminhamentos prévios limitam a procura direta por esse equipamento, fazendo com que o CRAS seja acessado de forma pontual e, muitas vezes, mediado por outras instituições, como a Cáritas.

Outros espaços institucionais, como escolas públicas e serviços de saúde, também passam a compor o percurso de integração das mulheres haitianas à medida que suas trajetórias no Brasil avançam. Contudo, o acesso a esses espaços não se dá de forma imediata, sendo frequentemente mediado por informações, orientações e acompanhamentos prévios oferecidos pelas instituições de apoio, como a Cáritas. Esse dado reforça que a integração local das mulheres migrantes em Londrina é construída a partir de ações institucionais que organizam fluxos informacionais e possibilitam a circulação das migrantes pelos diferentes serviços do território.

A centralidade assumida por instituições da sociedade civil no acolhimento e na integração de pessoas migrantes é amplamente discutida na literatura sobre migração no Brasil. Silva (2017) destaca que organizações como a Cáritas e a

Pastoral do Migrante atuam como mediadoras fundamentais do acesso à informação, aos serviços públicos e às políticas sociais, especialmente em contextos marcados por barreiras linguísticas e institucionais. De modo semelhante, Lussi (2015) aponta que essas instituições cumprem papel estratégico na construção de pertencimento e na organização do cotidiano migratório, ao articular acolhimento, orientação e proteção social.

Para além das instituições formais, Nogueira (2017) evidencia que a participação em comunidades religiosas possibilita a construção de vínculos, o compartilhamento de experiências e a vivência da fé entre migrantes. Nessa mesma direção, Coutinho e Marcelino (2017) analisam o contexto da migração haitiana no Brasil a partir das transformações sociais, políticas e religiosas que acompanham a intensificação desses fluxos, destacando que a religiosidade dos migrantes está diretamente relacionada aos processos de adaptação e à construção de identidades no país de acolhida.

Ao discutirem as condições de inserção dos haitianos, as autoras também evidenciam que o aumento da complexidade do fenômeno migratório no Brasil demanda novas formas de organização social e respostas institucionais, incluindo aquelas mediadas pela religião. Nesse sentido, as igrejas podem ser compreendidas como espaços que favorecem a integração social ao acolher a diversidade cultural e linguística dos migrantes, constituindo redes de apoio que auxiliam na orientação cotidiana, na troca de experiências e no acesso a informações, especialmente em contextos marcados por desigualdades e barreiras institucionais (Silva, 2017).

Nesse conjunto de ações institucionais, o curso de português para migrantes, desenvolvido em parceria entre a Cáritas Arquidiocesana de Londrina e o poder público, destaca-se como um espaço importante no processo de integração das mulheres haitianas. Para além do ensino formal da língua, o curso configura-se como um espaço de convivência, socialização e construção de vínculos, no qual a informação circula de maneira mais acessível e situada. Durante a segunda fase da observação, foi possível perceber que os momentos de chegada e saída das aulas favoreciam interações frequentes entre os migrantes, com conversas, trocas de informações e apoio mútuo, evidenciando o papel do curso como espaço de encontro e reconhecimento coletivo.

Observou-se, ainda, que os migrantes haitianos tendem a permanecer juntos nesses momentos, formando grupos próprios no ambiente escolar, o que pode ser compreendido tanto como estratégia de apoio e segurança diante das barreiras linguísticas e culturais, quanto como indicativo de limites no processo de integração mais ampla com outros grupos migrantes. Esse dado reforça que as ações institucionais voltadas à integração, embora fundamentais, não eliminam automaticamente as desigualdades e barreiras que atravessam a experiência migratória, mas criam condições para a construção gradual de pertencimento, circulação de informações e fortalecimento de redes de apoio no contexto local.

7.5 AUTONOMIA INFORMACIONAL E GÊNERO NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

A noção de autonomia é central para compreender a experiência migratória de mulheres, especialmente em contextos marcados por desigualdades de gênero, raça e classe. No processo migratório, a autonomia não se limita à capacidade individual de agir, mas está relacionada às condições sociais, culturais e relacionais que permitem às mulheres tomar decisões sobre suas próprias vidas, circular pelos espaços públicos e participar de forma ativa nos diferentes âmbitos do cotidiano. Sob essa perspectiva, Saffioti (2015) contribui enfatizando que a autonomia feminina é sistematicamente tensionada por estruturas patriarcais que organizam a vida social a partir da desigualdade entre homens e mulheres, produzindo relações de poder que atravessam a família, o trabalho e as instituições.

Apesar de o fenômeno da feminização perpassar as migrações contemporâneas, nas abordagens analíticas das experiências migratórias, de modo geral, as mulheres permanecem invisíveis, estado da arte que limita a compreensão desse acontecimento. p. 176 (Mejía; Cazarotto, 2017, p. 176).

Ainda para mulheres migrantes haitianas, essas desigualdades tendem a se intensificar, na medida em que se articulam a marcadores de raça, nacionalidade e classe social. Vergès (2020) aponta que, em contextos marcados por heranças coloniais, as relações de gênero são atravessadas por hierarquias raciais e econômicas que limitam o reconhecimento pleno das mulheres como sujeitas políticas, mesmo quando formalmente incluídas nos sistemas institucionais.

No caso das mulheres haitianas, a experiência migratória ocorre em um cenário no qual a dependência de terceiros, especialmente dos maridos, pode assumir múltiplas dimensões, que vão desde o apoio prático até formas de controle que limitam escolhas e produzem silenciamentos. Barreiras linguísticas, insegurança institucional e desigualdades de gênero se combinam, produzindo situações em que a autonomia das mulheres é negociada, restringida ou mediada, inclusive em espaços que deveriam garantir escuta, proteção e participação. Essa dinâmica dialoga com as reflexões de Vergès (2020), ao destacar que mulheres racializadas e situadas em contextos pós-coloniais enfrentam obstáculos adicionais para exercer autonomia, tendo suas vozes frequentemente mediadas ou deslegitimadas por estruturas sociais e institucionais marcadas pelo racismo e pelo patriarcado.

É nesse contexto que a autonomia informacional e a competência em informação adquirem relevância analítica. A autonomia informacional pode ser compreendida como um resultado do desenvolvimento progressivo de habilidades relacionadas à busca, compreensão, avaliação e uso da informação no cotidiano, influenciada por condições sociais, linguísticas e relacionais. Assim, a possibilidade de agir de maneira autônoma e informada depende, em grande medida, do acesso a processos formativos e de experiências que favoreçam o desenvolvimento da competência em informação.

Sendo a competência em informação definida como o conjunto de habilidades que permitem aos sujeitos reconhecer suas necessidades informacionais e mobilizar a informação de forma crítica e consciente, Dudziak (2003) compreende esse processo como a capacidade de identificar quando a informação é necessária, bem como localizar, avaliar e utilizar a informação de modo adequado, orientando a tomada de decisões no cotidiano. Nesse mesmo sentido, o CILIP compreende que a competência em informação envolve a capacidade de analisar criticamente as informações disponíveis e se relacionar com elas de forma reflexiva, contribuindo para uma compreensão mais ampla da realidade e para a participação ativa dos sujeitos na vida social (CILIP, 2018).

A análise dos dados do formulário evidenciou que a autonomia das mulheres haitianas participantes da pesquisa é fortemente influenciada por relações de gênero que impactam diretamente suas possibilidades de acesso e uso da informação.

Quando questionadas sobre como lidam com dificuldades informacionais e demandas práticas, 11 das 14 participantes relataram recorrer prioritariamente a outras pessoas, especialmente aos maridos, enquanto apenas três afirmaram conseguir resolver sozinhas suas questões, por já estar no país há algum tempo. Esse dado indica que, para a maioria das mulheres, a busca e o uso da informação não ocorrem de forma autônoma, mas dependem da mediação de terceiros, aspecto que dialoga com as análises de Nogueira (2017), ao evidenciar como as relações familiares e de gênero estruturam o acesso a informações, instituições e decisões no contexto da migração haitiana no Brasil.

[...] muitas mulheres haitianas são as responsáveis pelo lar e pelo sustento da família e, também, cabe a elas o poder de decisão. Mas, ao mesmo tempo, numa sociedade sustentada pelo machismo e patriarcado, essas mulheres são percebidas em posição inferior. Assim como, no contexto dos estudos migratórios clássicos, em que as mulheres aparecem em condições de acompanhantes ou agentes da reunião familiar (Nogueira, 2017, p. 167).

Os dados também indicam que a frequência à igreja é mais recorrente entre mulheres que enfrentam maiores dificuldades linguísticas ou que possuem redes sociais mais restritas fora do ambiente religioso. Nesses casos, a igreja pode funcionar como um dos poucos espaços de sociabilidade acessíveis, oferecendo apoio emocional e, em alguns momentos, orientações práticas sobre a vida cotidiana. No entanto, esse papel não é homogêneo nem isento de ambivalências. Algumas participantes frequentam igrejas sem recorrer a esse espaço para buscar informações, enquanto outras não mantêm qualquer vínculo religioso, evidenciando que a igreja não constitui um recurso universal na experiência migratória feminina.

Do ponto de vista da autonomia informacional, a dependência de espaços religiosos para obter orientação pode tanto atenuar situações de isolamento quanto reforçar relações de dependência, sobretudo quando o acesso à informação permanece mediado por terceiros e não se traduz em maior capacidade de agir de forma autônoma. Assim, a igreja aparece como um dos elementos que compõem o tecido social no qual as mulheres haitianas constroem suas estratégias de sobrevivência e adaptação, articulando proteção, apoio e, em alguns casos, limites à autonomia, em um contexto marcado por desigualdades de gênero, idioma e acesso a direitos (Nogueira, 2017).

Essa leitura permite compreender que a dependência observada no acesso à informação não decorre de uma incapacidade de aprender o idioma ou resolver suas próprias questões, mas de uma configuração social e relacional marcada por desigualdades de gênero que se reproduzem no contexto migratório. Ainda que muitas mulheres assumam responsabilidades centrais no sustento e na organização da vida familiar, sua autonomia cotidiana permanece tensionada por relações que limitam sua circulação, voz e sua interação direta com instituições e serviços. É nesse sentido que os dados coletados revelam como essas assimetrias se materializam no cotidiano informacional das participantes, especialmente no modo como buscam, acessam e utilizam informações no Brasil. Sobre esse fato, Yavuzdemir (2019) enfatiza que o acesso à informação em contextos migratórios, não se traduz automaticamente em integração social, sendo necessário o desenvolvimento de habilidades informacionais específicas e que possibilitem a compreensão e o uso efetivo de informações no cotidiano.

Essa dependência aparece associada, sobretudo, às barreiras linguísticas e à insegurança em lidar individualmente com instituições e procedimentos formais. Diversas participantes relataram sentimentos de medo, vergonha e receio por não conseguirem se comunicar adequadamente em língua portuguesa, o que as leva a evitar resolver sozinhas as suas demandas. Em alguns casos, essa insegurança resulta no adiamento ou na não realização de ações importantes, como buscar informações sobre direitos, acessar serviços públicos ou resolver questões administrativas, comprometendo o exercício pleno da autonomia.

Além disso, os dados indicam que a autonomia das mulheres é afetada por dinâmicas familiares marcadas por desigualdades de gênero. Em situações que envolvem documentos, contratos, atendimentos institucionais ou decisões consideradas relevantes para a família, observa-se que os maridos assumem, com frequência, o papel de interlocutores principais, reduzindo o espaço de decisão das mulheres e limitando seu acesso direto à informação. Essa dinâmica reforça uma divisão de papéis que atribui aos homens o controle sobre informações consideradas estratégicas, enquanto às mulheres é reservada uma posição mais dependente ou secundária.

Essa dimensão da autonomia tornou-se particularmente visível durante a

aplicação do formulário de pesquisa. À medida que a coleta se aproximava do final, os demais alunos da Escola de Português para Migrantes foram liberados pelos professores e passaram a ocupar o mesmo espaço em que as mulheres respondiam aos instrumentos. Entre essas pessoas, estavam os maridos de algumas participantes, cuja presença produziu alterações imediatas na dinâmica da coleta.

Observou-se um acentuado desconforto entre as mulheres, que passaram a demonstrar hesitação ao responder às perguntas, reduzir o ritmo de preenchimento do formulário e, em alguns casos, interromper completamente a participação. Esse desconforto foi acompanhado por mudanças no comportamento corporal e na interação com a pesquisadora, indicando insegurança e retraimento diante da presença dos maridos.

Além disso, foi possível observar que alguns homens passaram a intervir diretamente no processo, aproximando-se das participantes, comentando respostas e solicitando explicações sobre o conteúdo do formulário. Em determinadas situações, os maridos tomaram o formulário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das mãos das mulheres, realizando a leitura dos documentos de maneira invasiva, sem que as participantes tivessem solicitado esse auxílio. Essa interferência comprometeu a liberdade das mulheres em responder às questões de forma autônoma e espontânea.

Como consequência desse contexto, diversas mulheres optaram por desistir da pesquisa, encerrando sua participação antes da conclusão do formulário. Também se registrou um aumento significativo de questionamentos por parte dos homens sobre o motivo de a atividade ser direcionada exclusivamente às mulheres. Mesmo após a explicação fornecida pela pesquisadora, de que se tratava de uma investigação voltada à experiência migratória feminina, houve insistência na participação de homens haitianos, o que reforçou o ambiente de constrangimento observado naquele momento.

Esse episódio evidencia, de forma concreta, como as relações de gênero atravessam não apenas o acesso à informação no cotidiano migratório, mas também os próprios espaços de escuta, participação e produção de conhecimento. A dificuldade das mulheres em responder livremente na presença dos maridos revela limites importantes à autonomia, indicando que o exercício da autonomia

informacional está condicionado por dinâmicas familiares e relações de poder que restringem a possibilidade de decisão e expressão das mulheres haitianas no contexto migratório.

Os dados do formulário também evidenciam que a percepção de autonomia das mulheres haitianas está diretamente relacionada à forma como elas compreendem sua posição enquanto sujeitas de direitos no Brasil. Quando questionadas sobre se sentem que possuem os mesmos direitos que as pessoas brasileiras, as respostas indicam a presença de percepções de desigualdade, associadas principalmente às dificuldades de acesso a oportunidades, serviços e reconhecimento institucional. Essa percepção reforça que a autonomia não pode ser analisada apenas no plano individual ou relacional, mas deve ser compreendida a partir de estruturas sociais que produzem desigualdades no acesso a direitos, mesmo quando a permanência no país é legalizada.

Nesse sentido, a experiência das mulheres haitianas dialoga com análises mais amplas sobre a migração haitiana no Brasil, que evidenciam como a formalização documental não garante, por si só, igualdade de acesso a direitos e oportunidades. Conforme aponta Nogueira (2017), ao relatar a trajetória de um migrante haitiano com formação acadêmica que, mesmo após regularizar sua situação migratória, encontra barreiras persistentes para dar continuidade aos estudos:

O primeiro encontro que marquei com Prosmano, após conhecê-lo na companhia de Geneviève, ele levou uma série de documentos para me mostrar. Tratava-se do histórico e do diploma e até o seu Trabalho de Conclusão da Graduação. Contou-me que trouxe toda a sua documentação, pois pretendia fazer o mestrado no Brasil. Mas, passados dois anos, não conseguiu ter acesso a nenhum caminho que o levasse à pós-graduação. Mesmo já tendo o RNE, a dificuldade com a língua, o alto custo e a burocracia do reconhecimento do diploma o impediam de ir adiante (Nogueira, 2017, p. 183).

A citação evidencia que a desigualdade no acesso a direitos não se limita ao gênero ou à condição documental, mas está relacionada a barreiras institucionais, linguísticas e econômicas que atravessam a experiência migratória haitiana no Brasil. No caso das mulheres participantes desta pesquisa, essas barreiras assumem contornos ainda mais complexos, uma vez que se articulam às desigualdades de gênero, impactando diretamente suas possibilidades de acesso à informação, de exercício de direitos e de construção de autonomia no contexto migratório.

Diante do exposto, observa-se que a autonomia informacional das mulheres haitianas não pode ser compreendida como um atributo individual ou como resultado exclusivo do tempo de residência no país, mas como um processo profundamente condicionado por relações de gênero, barreiras linguísticas, arranjos familiares e limites institucionais. Nesse contexto, a informação assume papel central, não apenas como recurso para resolver demandas práticas, mas como elemento estruturante da possibilidade de exercer direitos, tomar decisões e construir percursos mais autônomos no cotidiano migratório. A competência em informação, entendida como o desenvolvimento de habilidades para reconhecer necessidades informacionais, acessar, compreender e utilizar a informação de forma crítica, revela-se, portanto, um eixo fundamental para compreender tanto as vulnerabilidades quanto as possibilidades de enfrentamento vivenciadas por essas mulheres.

Compreende-se, desta maneira, que, apesar do fenômeno migratório possibilitar o embate às imposições de gênero, quando a perspectiva de gênero se relaciona com o aspecto laboral, por exemplo, torna-se possível perceber que tais imposições ainda se perpetuam, pois, assim como as mulheres nacionais dos países receptores estão subjugadas às posições inferiores de trabalho e à baixa remuneração comparado com os homens, as mulheres migrantes também são afetadas por esta discriminação, todavia de forma mais aguda (Moraes; Lunardello, 2020, p. 175).

À luz do conjunto dos dados analisados, observa-se que a autonomia informacional das mulheres haitianas participantes da pesquisa não pode ser compreendida como um atributo individual, tampouco como resultado exclusivo do tempo de residência no país. Trata-se de um processo condicionado por relações de gênero, barreiras linguísticas, arranjos familiares e limites institucionais, que atravessam o acesso, o uso e a apropriação da informação no cotidiano migratório. Nesse contexto, a informação assume papel central não apenas como recurso para a resolução de demandas práticas, mas como elemento estruturante da possibilidade de exercer direitos, tomar decisões e participar de forma mais ativa nos espaços sociais e institucionais.

7.7 SÍNTESE DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A organização da análise dos dados em cinco categorias favoreceu a articulação entre os dados coletados e o referencial teórico mobilizado ao longo do

trabalho. Na primeira categoria, que se refere às **necessidades de informação** no cotidiano, os achados evidenciam que as demandas informacionais acompanham todo o percurso migratório e se reorganizam continuamente conforme novas exigências, especialmente nos campos do trabalho, saúde, educação e regularização documental. Nesta categoria, os dados mostram que as necessidades de informação aparecem como um eixo permanente de organização da vida migrante, sobretudo quando novas situações exigem interação com instituições, empregadores e serviços públicos. As necessidades se intensificam nos primeiros meses após a chegada das migrantes ao Brasil, mas reaparecem continuamente, especialmente em temas como regularização documental, saúde, educação, trabalho e rotinas urbanas.

Conforme já citado, esse movimento, segundo Sayad, (2004), confirma a migração como processo prolongado, no qual a vida no país de destino é influenciada por reinvenções sucessivas e exigências administrativas que não cessam com a chegada, sendo a inserção migratória fator desigual, sendo condicionada por marcadores como gênero, classe, raça e território, que reorganizam o acesso a direitos e a inteligibilidade institucional (Baeninger, 2018). Nos relatos coletados nesta pesquisa, essa necessidade aparece vinculada à possibilidade concreta de agir, já que algumas participantes indicam medo, vergonha e insegurança para resolver demandas sozinhas, como em: “Sinto vergonha de sair sozinha para resolver as coisas. Então sempre espero por alguém” (Participante 2) e “Medo e vergonha de não conseguir falar” (Participante 8). Isso reforça que a necessidade informacional não se reduz à existência de informação, mas envolve condições de compreensão e uso no cotidiano.

Além dessas contribuições, os achados dialogam com perspectivas que situam a migração no interior das dinâmicas do capitalismo global e das hierarquias produzidas pela colonialidade. As reflexões de Balibar (2004) permitem compreender como fronteiras e regimes migratórios operam como dispositivos de inclusão diferencial, produzindo sujeitos com acesso restrito a direitos e informações. De modo complementar, Bauder (2014) contribui para compreender como a condição migrante é atravessada por processos de desqualificação social e simbólica, que impactam diretamente o acesso a recursos institucionais e informacionais no país de destino. No caso específico da migração haitiana, as contribuições de Casimir (2020) e de

Césaire (2020), Trouillot (1990) e Chancy (2023; 1997) permitem situar essas experiências em uma história marcada pela colonialidade, exploração e pela produção de desigualdades, elementos que ajudam a compreender por que as necessidades informacionais das mulheres haitianas não se restringem a demandas pontuais, mas refletem processos históricos de exclusão e marginalização.

Na segunda categoria, dedicada às **barreiras informacionais e à vulnerabilidade em informação**, os resultados evidenciam que obstáculos linguísticos, burocráticos e institucionais operam como elementos centrais na produção de vulnerabilidade ao longo da experiência migratória das mulheres haitianas. Essas barreiras se manifestam, sobretudo, na dificuldade de compreender procedimentos formais, acessar serviços públicos e interpretar informações essenciais para o exercício de direitos, revelando que a informação, quando não é acessível ou inteligível, deixa de cumprir sua função social.

Essa leitura está diretamente ancorada na concepção de vulnerabilidade em informação proposta por Vitorino (2018), para quem, conforme já mencionado, a vulnerabilidade não decorre da ausência de informação em si, mas das condições desiguais que limitam sua apropriação, especialmente em contextos marcados por assimetrias sociais, culturais e institucionais. Aqui, o material coletado evidencia barreiras recorrentes no acesso, compreensão e uso da informação, combinando dimensões linguísticas, institucionais, culturais e burocráticas, com efeitos diretos sobre a autonomia das mulheres no cotidiano.

Essa constatação permite ancorar a leitura do fenômeno na definição de vulnerabilidade em informação adotada na dissertação: Vitorino (2018) compreende a vulnerabilidade em informação como condições nas quais indivíduos ou grupos, mesmo diante da existência de informações, encontram limitações estruturais para acessá-las, compreendê-las e utilizá-las de forma efetiva, devido a desigualdades sociais, culturais, econômicas e institucionais. Com isso, a pesquisa desloca qualquer interpretação moralizante ou individualizante das dificuldades e reforça que o problema não é falta de interesse, mas produção social de impedimentos e dependências.

Na terceira categoria, voltada às **estratégias de enfrentamento, fontes de informação e redes de apoio**, a análise evidencia que as mulheres haitianas não

permanecem passivas diante das barreiras informacionais enfrentadas. Ao contrário, constroem estratégias cotidianas de busca e circulação de informações, mobilizando redes familiares, comunitárias, religiosas e digitais, especialmente por meio do WhatsApp. Esses dados permitem compreender a competência em informação como um processo socialmente construído, conforme discutido por Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021), no qual a capacidade de lidar com informações emerge das experiências concretas de vida, das redes disponíveis e das possibilidades de ação no contexto migratório. Nesse sentido, a pesquisa se afasta de uma compreensão instrumental da competência em informação, aproximando-se de uma perspectiva que reconhece agência, negociação e resistência.

Ao mesmo tempo, os dados mostram que essas estratégias, embora fundamentais para a sobrevivência cotidiana, não eliminam as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres. Essa tensão dialoga com as reflexões de Sayad (1998) e Schuller (2016) ao indicar que a migração é marcada por contradições permanentes entre inclusão e exclusão, pertencimento e não pertencimento. As redes funcionam como formas de enfrentamento, mas também evidenciam a ausência ou insuficiência de políticas públicas e ações institucionais capazes de garantir acesso direto, autônomo e qualificado à informação.

Na quarta categoria, referente às **instituições e ações informacionais para integração**, os resultados indicam que organizações como a Cáritas, bem como serviços públicos como CRAS e escolas, desempenham papel relevante na mediação informacional e no acesso a direitos. No entanto, a pesquisa evidencia que essas instituições operam de forma ambígua, podendo tanto reduzir quanto intensificar vulnerabilidades, a depender das condições de acolhimento, da clareza das informações ofertadas e da existência de mediações linguísticas e culturais adequadas. Essa constatação reforça a articulação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade em informação, conforme discutida por Vitorino (2018), ao demonstrar que falhas institucionais na comunicação e na orientação informacional aprofundam desigualdades já existentes.

Essa análise também dialoga com Baeninger (2015), ao evidenciar que a inserção institucional de pessoas migrantes no Brasil ocorre de forma desigual e fragmentada, produzindo trajetórias marcadas por insegurança e dependência.

Quando as instituições não reconhecem as especificidades das mulheres migrantes, especialmente no que se refere ao gênero, à maternidade e às responsabilidades familiares, reforçam processos de exclusão que se materializam no campo informacional.

Por fim, na quinta categoria, que articula **autonomia informacional e gênero**, os resultados demonstram que a autonomia das mulheres migrantes haitianas é construída de maneira gradual, relacional e profundamente atravessada por desigualdades estruturais, como já evidenciado. A autonomia informacional, tal como analisada no estudo, não se configura como uma condição individual ou plenamente alcançável, mas como um processo em constante negociação, dependente das redes disponíveis, das experiências acumuladas e das condições institucionais de acesso à informação. A utilização do gênero como categoria analítica, conforme proposto por Scott (1990), permitiu evidenciar como responsabilidades familiares, expectativas sociais e hierarquias de gênero moldam as possibilidades de acesso, compreensão e uso da informação.

As contribuições de Saffioti (2015) possibilitam compreender como as estruturas patriarcais incidem sobre essas experiências, especialmente ao reforçar desigualdades no trabalho e na divisão social dos cuidados. Já as abordagens feministas decoloniais de Vergès (2019), Gonzalez (1988) e Lugones (2008) permitem aprofundar a análise ao situar a experiência das mulheres haitianas no entrecruzamento entre gênero, raça e colonialidade, evidenciando que a vulnerabilidade em informação não pode ser dissociada de processos históricos de racialização e subalternização.

Nesse sentido, os dados dialogam diretamente com Nogueira (2017), ao demonstrar que a migração haitiana no Brasil é marcada por continuidades de exclusão que afetam o acesso a direitos, informações e participação social fundamentais para a vida cotidiana. Em termos gerais, a categoria evidencia como medo, vergonha e insegurança em relação à língua operam como freios à ação autônoma, levando ao adiamento ou à evitação de demandas quando não há apoio disponível, o que reforça a dimensão estrutural da experiência migratória feminina.

A análise evidencia que a competência em informação, compreendida a partir das experiências concretas das participantes, constitui um eixo fundamental para

interpretar tanto as situações de vulnerabilidade informacional quanto as estratégias de enfrentamento e habilidades mobilizadas por essas mulheres. Ao revelar como desigualdades de gênero, raça, idioma e posição social interferem diretamente nos processos informacionais, os resultados desta pesquisa produzem implicações relevantes para o campo da Ciência da Informação, ao reforçar a necessidade de abordagens críticas, situadas e sensíveis às relações de poder que estruturam o acesso à informação.

Do mesmo modo, os achados apontam para a urgência de políticas públicas que considerem a informação, e tudo o que implica em seu acesso, como dimensões centrais do processo de integração de mulheres migrantes, especialmente no que se refere à mediação linguística, qualificação dos serviços públicos e à garantia de acesso efetivo a direitos formalmente assegurados. No âmbito das ações institucionais, em especial aquelas desenvolvidas por organizações como a Cáritas, os resultados reforçam a importância de iniciativas que articulem acolhimento e formação, bem como estratégias que favoreçam o acesso direto e a compreensão de conteúdos informacionais, reconhecendo as especificidades de gênero que atravessam a experiência migratória haitiana. Essa compreensão permite avançar para as considerações finais da pesquisa, nas quais são retomadas as principais implicações decorrentes da análise desenvolvida, especialmente no que se refere às contribuições para o campo da Ciência da Informação e da competência em informação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral investigar os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados por mulheres haitianas migrantes do norte do Paraná, analisando de que forma a competência em informação pode contribuir para minimizar essas vulnerabilidades. A questão de pesquisa buscou compreender quais são os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados por mulheres haitianas migrantes e de que forma a competência em informação pode contribuir para o enfrentamento dessas vulnerabilidades.

Quanto ao primeiro objetivo específico a) Mapear os principais desafios de acesso à informação enfrentados por mulheres haitianas migrantes no norte do paraná, considerando barreiras linguísticas, institucionais e sociais, os resultados indicam que as principais dificuldades de acesso   informação estão associadas à barreira linguística, complexidade dos sistemas institucionais e   ausência de mediações adequadas, o que compromete a compreensão e o uso das informações necessárias ao cotidiano migratório.

Em relação ao segundo objetivo específico b) Verificar as relações entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade informacional no contexto da migração haitiana feminina, observando seus impactos na inserção no mercado de trabalho, acesso a serviços públicos e integração social. A análise evidenciou que a vulnerabilidade informacional está diretamente relacionada à vulnerabilidade social, influenciando de forma significativa as condições de inserção laboral, o acesso a serviços públicos e os processos de integração social das mulheres haitianas.

Quanto ao último objetivo específico c) Identificar o papel das instituições de acolhimento, analisando como iniciativas voltadas para migrantes podem auxiliar no fortalecimento da competência em informação e no enfrentamento da exclusão informacional. Os resultados demonstram que essas instituições de acolhimento desempenham papel relevante em relação ao acesso   informação e ao apoio informacional às mulheres migrantes, embora sua atuação também revele limites diante das barreiras estruturais que dificultam o acesso aut nomo e equitativo   informação.

Os resultados permitem afirmar que a vulnerabilidade em informação, conforme

adotada neste estudo, é compreendida a partir da formulação de Vitorino (2018), nessa perspectiva, não se reduz à falta de informação, mas se expressa nas condições desiguais que limitam o acesso, compreensão, avaliação e o uso da informação em situações concretas, especialmente quando há barreiras linguísticas, institucionais, culturais e econômicas que interferem na autonomia dos sujeitos, como no caso das mulheres migrantes. Assim, a vulnerabilidade em informação observada na pesquisa configura-se como uma condição produzida nas relações entre as mulheres e os contextos informacionais e institucionais presentes em sua experiência migratória.

Nesse sentido, a análise dos resultados também permite compreender que a competência em informação se apresenta como um elemento importante para o enfrentamento das vulnerabilidades identificadas na coleta, ainda que de forma situada e influenciada por limites estruturais. As experiências das mulheres haitianas evidenciam que a competência em informação não se reduz à posse de habilidades técnicas ou ao acesso a fontes informacionais, mas se constrói no cotidiano, a partir das possibilidades concretas de interação com sistemas institucionais, redes de apoio e contextos socioculturais específicos. Quando essas condições são insuficientes ou inexistentes, há maior propensão de restrição da autonomia informacional, o que aprofunda situações de dependência e insegurança.

Por outro lado, nos contextos em que há algum fortalecimento da competência em informação, observa-se maior capacidade de compreender procedimentos, acessar serviços, mobilizar redes e tomar decisões no cotidiano migratório, ainda que de maneira parcial e constantemente negociada. Assim, a competência em informação, conforme evidenciado pelos dados apresentados nessa pesquisa, atua como uma possibilidade de enfrentamento das vulnerabilidades sociais e informacionais, sem desconsiderar que seu desenvolvimento está condicionado às desigualdades de gênero, idioma e acesso institucional que atravessam a experiência migratória das mulheres haitianas.

A análise evidenciou ainda que as experiências de mulheres migrantes haitianas são atravessadas por estruturas sociais que produzem e intensificam vulnerabilidades ao longo de todo o percurso migratório. As cinco categorias de análise, associadas aos objetivos e a questão permitiram compreender que essas

necessidades informacionais não se limitam a momentos específicos, mas acompanham continuamente o cotidiano das participantes, reorganizando-se conforme surgem demandas relacionadas ao trabalho, saúde, educação e regularização documental.

Os resultados mostram que as barreiras informacionais, especialmente linguísticas e institucionais, ocupam lugar central na produção da vulnerabilidade em informação, conforme a perspectiva de Vitorino (2018). Mesmo diante da existência de informações e serviços disponíveis, mulheres enfrentam dificuldades concretas para acessar, compreender e utilizar conteúdos necessários ao exercício de direitos, o que reforça relações de dependência e limita a autonomia no cotidiano. Ao mesmo tempo, os dados revelam que essas vulnerabilidades não anulam a agência das participantes, que constroem estratégias de enfrentamento por meio de redes familiares, comunitárias, religiosas e digitais, acionadas como forma de viabilizar a vida diária no país de destino.

As instituições e ações informacionais analisadas ocupam um papel ambíguo nesse processo. Por um lado, representam espaços fundamentais de acolhimento, orientação e mediação; por outro, quando operam sem atenção às especificidades linguísticas, culturais e de gênero, acabam reproduzindo barreiras que aprofundam desigualdades já existentes. A articulação entre autonomia informacional e gênero evidencia que a autonomia não se apresenta como atributo individual, mas como uma construção relacional, condicionada por desigualdades estruturais que incidem de maneira particular sobre mulheres negras migrantes, produzindo inseguranças, silenciamentos e adiamentos no acesso a serviços e informações.

Os resultados reforçam que vulnerabilidade social e vulnerabilidade em informação se produzem de modo articulado, nas interações entre sujeitos, instituições e contextos informacionais marcados por assimetrias históricas e sociais. O uso do gênero como categoria permitiu compreender que tais vulnerabilidades assumem contornos específicos na experiência migratória feminina, afastando leituras neutras ou individualizadas.

Esta pesquisa apresentou limitações relacionadas às condições do campo investigado e às dinâmicas institucionais que influenciam a relação entre mulheres migrantes haitianas e procedimentos formais de pesquisa. A primeira limitação refere-

se à mudança do *locus* de aplicação do formulário inicialmente previsto, em decorrência do encerramento antecipado do ano letivo no município de Londrina, o que impossibilitou a aplicação dos instrumentos naquele contexto e exigiu o deslocamento da coleta para o município de Rolândia.

Outra limitação diz respeito à adesão das participantes no momento da aplicação do formulário. Embora as mulheres estivessem presentes no espaço de coleta, parte delas optou por não participar da pesquisa após a leitura e explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Essa recusa não foi interpretada como desinteresse pelo tema, mas compreendida como expressão de um desconforto institucional diante de procedimentos formais, conforme observado durante o trabalho de campo. Tal postura foi analisada à luz da trajetória histórica e social do Haiti, marcada por experiências reiteradas de distanciamento entre a população e as instituições estatais. Nesse sentido, como problematiza Casimir (2020), a formação social haitiana produziu modos de organização da vida cotidiana desenvolvidos sem centralidade do Estado, como resposta a processos históricos de exclusão, coerção e ausência de mediações institucionais consistentes. Nesse sentido, a limitação relacionada à adesão das participantes evidencia, de forma concreta, uma das dimensões da vulnerabilidade investigada, ao revelar como a relação com instituições formais também incide sobre a produção e a circulação da informação.

Diante dos resultados apresentados e das limitações observadas ao longo do trabalho de campo, a pesquisa enfatiza que a migração haitiana feminina não pode ser compreendida a partir de trajetórias homogêneas, como discutido ao longo do trabalho, e nos resultados. As experiências informacionais das mulheres participantes revelam um cotidiano marcado por instabilidades, negociações constantes e estratégias de enfrentamento, marcadas simultaneamente por necessidades urgentes e projetos de vida que extrapolam a dimensão imediata da sobrevivência. As vulnerabilidades sociais e vulnerabilidades em informação identificadas não anulam desejos, expectativas e sentidos atribuídos ao deslocamento, mas convivem com eles, tensionando continuamente a construção de autonomia e pertencimento no país de destino.

Assim, com suas ambiguidades e particularidades, a migração haitiana para o Brasil tem se consolidado. Revestida de provisoriedades ou permanências, os sujeitos desse deslocamento

são movidos por necessidades e urgências, mas também por sonhos individuais e coletivos, como se constata em cada história de vida registrada. A batalha por uma vida melhor se confronta diariamente com os desafios de serem haitianos, negros e imigrantes no Brasil (Nogueira, 2017, p. 191).

Ao incorporar essa leitura, o fechamento da pesquisa reforça que compreender a vulnerabilidade em informação de mulheres haitianas migrantes implica reconhecer tanto os limites impostos por estruturas sociais, culturais e institucionais, quanto a persistência de projetos, saberes e expectativas que orientam suas trajetórias, situando a informação como importante elemento da luta por direitos, reconhecimento e dignidade.

Nesse sentido, a competência em informação se mostra como elemento que qualifica essa compreensão, ao permitir analisar não apenas a presença ou ausência de informação, mas as condições concretas que possibilitam ou restringem sua apropriação no cotidiano migratório. Os resultados evidenciam que a competência em informação se manifesta de forma desigual, condicionada pelas mediações institucionais, linguísticas e sociais disponíveis, influenciando diretamente a capacidade das mulheres de interpretar normas, acessar serviços e tomar decisões. Assim, mais do que um conjunto de habilidades individuais, a competência em informação revela-se como dimensão relacional, construída nas interações entre sujeitos, instituições e contextos.

Ainda, os resultados apresentados ao longo deste estudo indicam a necessidade de aprofundar investigações que articulem migração, gênero e informação em diferentes contextos territoriais e institucionais. Pesquisas futuras podem ampliar a análise para outras experiências migratórias femininas, bem como para distintos modelos de acolhimento, possibilitando a comparação de formas de acesso, habilidades informacionais e uso da informação em contextos marcados por desigualdades.

Além disso, o estudo sinaliza a importância de pesquisas que dialoguem de a formulação e a avaliação de políticas públicas, ações institucionais e iniciativas formativas voltadas a populações migrantes, especialmente mulheres, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias informacionais mais sensíveis às condições sociais, linguísticas e culturais que marcam a experiência migratória e para o fortalecimento do acesso a direitos em contextos de migração.

REFERÊNCIAS

- ABDI, Elham Sayyad; PARTRIDGE, Helen; BRUCE, Christine; WATSON, Jason. Skilled immigrants: a resettlement information literacy framework. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 75, n. 4, p. 892–908, 2019. Disponível em: [https://eprints.qut.edu.au/133418/2/Skilled immigrants Resettlement IL Framework-submitted-revised.pdf](https://eprints.qut.edu.au/133418/2/Skilled_immigrants_Resettlement_IL_Framework-submitted-revised.pdf). Acesso em: 24 jan. 2026.
- ABDI, Elham Sayyad; PARTRIDGE, Helen; BRUCE, Christine; WATSON, Jason. Understanding the information literacy experiences of Australia's humanitarian migrants. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 56, n. 4, p. 950–964, 2024. doi:10.1177/09610006231180320. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/09610006231180320>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- ABOOD, Julianne; GREEN, Julie; POLONSKY, Michael J.; WOODWARD, Kerry; TADJOEDDIN, Zulfan; RENZAHO, Andre M. N. The importance of information acquisition to settlement services literacy for humanitarian migrants in *Australia*. **PLOS ONE**, [S. l.], v. 18, n.1, e028004, 2023. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0280041>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. **ACNUR**, Genebra, 2015. Disponível em: [https://www.acnur.org/br/search?search=refugiado%20ou%20migrante%3F%20&sm_site_name\[\]=Brasil%20site](https://www.acnur.org/br/search?search=refugiado%20ou%20migrante%3F%20&sm_site_name[]=Brasil%20site). Acesso em: 24 jan. 2026.
- ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**, de 28 de julho de 1951. Genebra: ONU, 1951.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES – ACRL. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy: **Final Report**. Chicago: American Library Association, 1989.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958?utm_source=conferencia. Acesso em: 24 mar. 2026.
- BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/332>. Acesso em: 25 mar. 2026.
- BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 79-86.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice (coord.). **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

BALIBAR, Étienne. **We, the People of Europe?** Reflections on Transnational Citizenship. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BAUDER, Harald. **Immigration Dialectic: Imagining Community, Economy, and Nation**. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O estado da arte da competência em informação no Brasil e o protagonismo científico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1632>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Formação contínua de professores do ensino fundamental sob a ótica do desenvolvimento da information literacy: competência indispensável ao acesso à informação e geração do conhecimento. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-16, 2004. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6364>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Correa. Campinas, SP: Papirus, 1996. 224 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a lei de migração. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRUCE, C. S. Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Anales de Documentación**, Murcia, v. 6, p. 289-294, 2003.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2014, São Pedro. **Anais [...]**. São Paulo: ABEP, 2014. Disponível em:

<https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1902>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm . Acesso em: 24 jan. 2025.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, [S. l.], v. 37, p. 343-411, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000. Disponível em: <https://cedap.ufrgs.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11959/137/v8a3.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA. [Home]. Londrina: Cáritas, c2026. Disponível em: <https://caritaslondrina.com.br/dese2/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CÁRITAS BRASILEIRAS. [Página inicial]. [Brasília]: Cáritas Brasileiras, c2022. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CARNEIRO, Cynthia Soares. Políticas migratórias no Brasil e a instituição dos “indesejados”: a construção histórica de um estado de exceção para estrangeiros. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 16, n. 22, p. 56–85, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/1728>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CARTA DE MARÍLIA. In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS, 2014, Marília, SP. **Anais [...]**. Marília: UNESP; UNB; IBICT, 2014. Disponível em: http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

CASIMIR, Jean. **The Haitians**: a decolonial history. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020.

CASIMIR, Jean. **Une lecture décoloniale de l’histoire des Haïtiens**: du Traité de Ryswick à l’Occupation américaine (1697–1915). Port-au-Prince, 2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 5. ed. New York: Guilford Publications, 2013.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustrações de Marcelo D'Saete. São Paulo: Veneta, 2020.

CHANCY, Myriam J. A. **Framing silence: revolutionary novels by Haitian women**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

CHANCY, Myriam J. A. **Harvesting Haiti: reflections on unnatural disasters**. Austin: University of Texas Press, 2023.

CILIP – THE LIBRARY AND INFORMATION ASSOCIATION. **Definition of information literacy 2018**. [S. l.]: Information Literacy Group, [2018]. Disponível em: <https://www.cilip.org.uk/page/PKSB>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CIA - CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The CIA World Factbook 2023–2024**. New York: Skyhorse Publishing, 2023.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COUTINHO, Suzana Ramos; MARCELINO, Bernadete Alves de Medeiros. Migração, religião e políticas públicas: o caso dos haitianos. **Reflexão**, Campinas, v. 41, n. 2, p. 225-233, 2017. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/reflexao/article/view/3633>. Acesso em: 25 mar. 2026.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 93, p. 59–69, jun. 2011. Tradução de Victor Ferreira. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/165>. Acesso em: 24 jan. 2026.

DECLARAÇÃO DE MACEIÓ sobre a competência em informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: FEBAB; IBICT; UnB, 2011. Disponível em: http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Imigração haitiana no Brasil: questão humanitária e reunião familiar. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 31, n. 67, p. 177–195, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/BXs4sXDDBr4MkNQCwtNKc4m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

DERVIN, Brenda. **From the mind's eye of the user**. In: GLAZIER, Jack D.; POWELL, Ronald R. *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992. p. 61–84.

DUBOIS, Laurent. **Haiti: The Aftershocks of History**. New York: Henry Holt and Company, 2012.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A "Information Literacy" e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/93085>. Acesso em: 24 jan. 2026.

FAQUIN, Evelyn Secco; LANZA, Líria Maria Bettiol. Imigrantes e seus “acessos” às políticas de seguridade social: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v.21, n. 41, p.131-154, maio/ago. 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osq_41_art_6_faquin_lanza.pdf. Acesso em: 24 jan. 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias**. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 28 mar. 2026.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. 95-111.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145–161, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GARCIA, Thábata Kelli; VITORINO, Elizete Vieira; ORELO, Eliane Rodrigues Mota; OLIVEIRA, Ana Cláudia Perpétuo de; DE LUCCA, Djuli Machado. Os temas "vulnerabilidade" e "vulnerabilidade em informação" no buscador Google. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 102-122, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/download/818/654/3182>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GASQUE, Kelly Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Editora FCI/UnB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13025>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1988.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior**. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/722>. Acesso em: 26 mar. 2026.

HURBON, Laënnec. **Comprendre Haïti: essai sur l'État, la nation, la culture**. Paris: Karthala, 1987. Disponível em: <https://chf-ressourceshaiti.com/data/chfressources/media/ouvrage/Comprendre-Haiti-Essai-sur-lEtat-la-nation-la-culture-Hurbon-Laennec.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO (UFSC). Glossário Migrações. **Instituto de Estudos de Gênero - UFSC**, Florianópolis, 19 jun. 2021. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/noticias/502>. Acesso em: 24 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Vulnerabilidade Social. **O Atlas**. [S. l.]: IPEA, c2024. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 24 jan. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **IFLA Guidelines for Libraries Supporting Displaced Persons Refugees, Migrants, Immigrants, Asylum seekers**. Haia: IFLA, 2024. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/12cf1cfb-e017-4a5f-8073-17ab3a4c09b7/content>. Acesso em: 24 jan. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LANZA, Líria Maria Bettiol; RIBEIRO, Paula Basilio Alves; FAQUIN, Evelyn Secco. Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. **Revista Katálisis**, Florianópolis v. 21, n. 02, p. 271-280, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p271?utm_source. Acesso em: 27 mar. 2026.

LAHENS, Yanick. **Douces déroutés**. Paris: Sabine Wespieser, 2018. Disponível em: <https://excerpts.numilog.com/books/9782848052809.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2026.

LEAL, Mayara Lacerda; VITORINO, Elizete Vieira; ORELO, Eliane Rodrigues Mora; OLIVEIRA, Ana Cláudia Perpétuo de; DE LUCCA, Djuli Machado de. O tema "vulnerabilidade" no Portal BU-UFSC: subsídios para a construção de um conceito de vulnerabilidade em informação no âmbito da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 53-80, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/816>. Acesso em: 24 jan. 2026.

LLOYD, Annemaree; WILKINSON, Jane. Tapping into the information landscape: refugee youth enactment of information literacy in everyday spaces. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 51, n. 1, 2017. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0961000617709058>. Acesso em: 24 jan. 2026.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**:. perspectivas decoloniais Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 26, p. 136-144, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/k94mXDJWVbcqC7JhWSf7qnF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 14, n. 27, p. 171–190, 2017.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. Competência crítica em informação em saúde: reflexões teóricas sobre a condição de vulnerabilidade de refugiados. **Asklepion**: Informação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16–36, 2022. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/36>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. **O que é a imigração internacional?** Uma análise do processo de elaboração da nova lei de migração brasileira. 2020. 306 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19901>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MORAES, Ana Paula Bagaiolo; LUNARDELLO, Maíra Furquim. Refugiadas no Brasil: protagonismo e políticas públicas de acolhimento. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, n. 39, p. 169–193, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/3162/0>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos**, insurreições, guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NOGUEIRA, Fabiana Bezerra. **Déyè mon, gen mon**: imigração haitiana no Brasil – relatos do exílio. 2017. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências – Cidadania, Direitos e Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81161/tde-27082018-173218/publico/2017_FabianaBezerraNogueira_Orig.pdf. Acesso em: 24 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre migração**. Genebra, 2019 (Direito internacional para as migrações, n. 22). Disponível em: <https://publications.iom.int/books/glossario-sobre-migracao>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Handbook on**

Protection and Assistance for Migrants Vulnerable to Violence, Exploitation and Abuse. Genebra: International Organization for Migration, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/iom-handbook-migrants-vulnerable-violence-exploitation-and-abuse>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PAIANO, Gêssica de Souza; VITORINO, Elizete Vieira; ORELO, Eliane Rodrigues Mota; OLIVEIRA, Ana Cláudia Perpétuo de; DE LUCCA, Djuli Machado de. O tema "vulnerabilidade" na SciELO: contribuições para a construção conceitual de "vulnerabilidade em informação". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 81–101, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/817>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira; HERRERA, Karolyna Marin. Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/586>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PEPRAH, Prince; LLOYD, Jane; GITAU, Lydia; HARRIS, Mark F. Migration and health literacy: a qualitative analysis of health literacy among Africans from refugee backgrounds in Australia. **BMC Public Health**, v. 25, n. 1, art. 2432, 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-025-23658-4>. Acesso em: 28 mar. 2026.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira; MURIEL-TORRADO, Enrique. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, 2018. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/42920>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SASSEN, Saskia. **A Sociology of Globalization**. New York: W. W. Norton & Company, 2007

SASSEN, Saskia. Três migrações emergentes: uma mudança histórica. **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 13, n. 23, p. 29–42, jul. 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/2-sur-23-portugues-saskia-sassen.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SAYAD, Abdelmalek. **A dupla ausência**: das ilusões do emigrado às sofrências do imigrado. São Paulo: Edusp, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHULLER, Mark. **Humanitarian aftershocks in Haiti**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração haitiana no Brasil: redes de acolhimento e inserção social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 99–117, 2017. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/873>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SILVA, André Luiz Avelino da; VITORINO, Elizete Vieira. Ciência da Informação, Competência em Informação e Caminhos Sociais: aproximações teóricas. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 19, 2025. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/download/17016/19051>. Acesso em: 24 jan. 2026.

SPRANDEL, Márcia Anita. Leis migratórias e conservadorismo parlamentar no Brasil: o caso da Lei n. 13.445, de 2017. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 13, n. 13, p. 11–29, 2018. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2019/01/FINAL-para-web-IMDH-Caderno-de-Debates-ed13.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, State Against Nation: The Origins and Legacy of Duvalierism**. New York: Monthly Review Press, 1990.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Un féminisme décolonial**. Paris: La Fabrique, 2019.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 71–85, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187>. Acesso em: 18 jul. 2025.

VITORINO, Elizete Vieira. Construindo significados para a competência em informação. In: VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado. (org.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho: EDUFRO, 2020. p. 13-36. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00009f/00009f74.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VITORINO, Elizete Vieira. Indicadores para a competência em informação no Brasil: virtudes, tendências e possibilidades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 7–36, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/39996>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/NvH6pxqHKCtpWMw6SQR7c8J/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 24 jan. 2026.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos; Instituto Carioca de Criminologia, 2001.

YAVUZDEMIR, Merve. Contribution of Information Literacy Education to public cohesion of Syrian immigrants in public libraries. *In*: WESTERN BALKANS INFORMATION AND MEDIA LITERACY CONFERENCE, 2019, Bihać, Bosnia and Herzegovina, **Anais** [...]. Bihać, 2019. p. 77–88.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva Frohmanniana na Ciência da Informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/G5Dgfs9dTgmhh5KzbsKM6bQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

ZURKOWSKI, Paul G. **Information services environment relationships and priorities**. Washington D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, 1974.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro para observação – 1ª fase

Data:

Horário inicial:

Término:

- 1) Observar a atual estrutura da Cáritas e do projeto de migração
- 2) Observar como os imigrantes chegam até o projeto Cáritas
- 3) Observar as ações sendo realizadas no âmbito do projeto Cáritas
- 4) Observar como é a interação dos imigrantes com o espaço da Cáritas
- 5) Outros aspectos que podem ser inseridos ao longo do processo de coleta.

Roteiro para observação – 2ª fase

Data:

Horário inicial:

Término:

- 1) Conhecer a estrutura e dinâmica do projeto Escola de português para migrantes
- 2) Observar como os migrantes interagem nas aulas de português
- 3) Observar como as mulheres interagem com as atividades propostas e com o material oferecido
- 4) Observar como é a interação dos imigrantes com o espaço da escola de português
- 5) Outros aspectos que podem ser inseridos ao longo do processo de coleta.

APÊNDICE B

Formulário

Annexe B – FORMULAIRE

- a) Qual sua idade?
Quel âge avez-vous?
- b) Qual seu país de origem?
Quel est votre pays d'origine?
- c) Tempo de residência no Brasil?
Depuis combien de temps vivez-vous au Brésil?
- d) Qual sua ocupação atual?
Quelle est votre occupation actuelle?
- e) Qual sua escolaridade?
Quel est votre niveau de scolarité?
- f) Você tem filhos? Se sim, quantos?
Avez-vous des enfants? Si oui, combien?
- g) Quanto tempo de residência no Brasil?
Depuis combien de temps résidez-vous au Brésil?
- h) Qual sua renda mensal?
Quel est votre revenu mensuel?

1) Experiência migratória

- a) Você poderia contar um pouco sobre sua chegada ao Brasil?
Como foi esse processo para você? Pourriez-vous raconter un peu votre arrivée au Brésil? Comment s'est déroulé ce processus pour vous?
- b) Qual a razão da sua vinda para o Brasil?

Quelle est la raison de votre venue au Brésil?

- c) Como você descreveria os primeiros meses após sua chegada?
Comment décririez-vous les premiers mois après votre arrivée au Brésil?
- d) Antes de migrar, você já conhecia pessoas que moravam no Brasil?
Avant de migrer, connaissiez-vous déjà des personnes qui vivaient au Brésil?
- e) Em quanto tempo você começou a trabalhar?
Au bout de combien de temps avez-vous commencé à travailler après votre arrivée au Brésil?
- f) Você já frequentou alguma instituição de ensino no Brasil?
Avez-vous déjà fréquenté un établissement d'enseignement au Brésil?

2) Acesso e uso da informação

Accès et usage de l'information

- a) Quando chegou ao Brasil, você sabia onde buscar informações importantes como saúde, moradia, trabalho e educação?
Lorsque vous êtes arrivée au Brésil, saviez-vous où chercher des informations importantes, comme celles liées à la santé, au logement, au travail ou à l'éducation?
- b) Quando chegou, quais tipos de informações você mais sentia necessidade de encontrar?
À votre arrivée, quels types d'informations vous semblaient les plus nécessaires à trouver?
- c) Você lembra onde conseguiu essas informações?
À votre arrivée, quels types d'informations vous semblaient les plus nécessaires à trouver?
- d) Foi fácil ou difícil achar informações relevantes nesse início?

Au début, était-il facile ou difficile de trouver des informations pertinentes?

- e) Que dificuldades você enfrentou para conseguir informações que precisava?
Quelles difficultés avez-vous rencontrées pour obtenir les informations dont vous aviez besoin?

3) Fontes de informação

Sources d'information

- a) Você costuma buscar informações sozinha ou com ajuda de outras pessoas?
Cherchez-vous généralement des informations seule ou avec l'aide d'autres personnes?
- b) O que você costuma fazer ao buscar informações? Onde e com quem busca ajuda?
Que faites-vous habituellement lorsque vous cherchez des informations? Où et auprès de qui demandez-vous de l'aide?
- c) Você utiliza internet? Se sim, tem internet em casa? Ou usa em algum outro local?
Utilisez-vous Internet? Si oui, avez-vous une connexion chez vous ou l'utilisez-vous dans un autre endroit?
- d) Você já utilizou o jornal impresso para buscar informações?
Avez-vous déjà utilisé le journal imprimé pour chercher des informations?
- e) Você frequenta ou já frequentou bibliotecas?
Fréquentez-vous ou avez-vous déjà fréquenté des bibliothèques?
- f) Você possui televisão em casa? Você assiste televisão para se informar?
Avez-vous une télévision chez vous? L'utilisez-vous pour vous informer?
- g) Você tem aparelho de telefone com acesso a internet?
Avez-vous un téléphone portable avec accès à Internet?

- h) Você utiliza redes sociais? Se sim, utiliza mais para se informar ou para falar com amigos e familiares?

Utilisez-vous les réseaux sociaux? Si oui, les utilisez-vous plutôt pour vous informer ou pour communiquer avec vos amis et votre famille?

- i) Você frequenta alguma igreja? Se sim, costuma buscar informações nesse ambiente?

Fréquentez-vous une église? Si oui, avez-vous l'habitude d'y chercher des informations?

4) Formação e desenvolvimento de habilidades informacionais

Fréquentez-vous une église? Si oui, avez-vous l'habitude d'y chercher des informations?

- a) Você já participou de algum curso, oficina ou grupo que ajudasse a entender seus direitos ou como acessar serviços públicos? Cite quais:

Avez-vous déjà participé à un cours, un atelier ou un groupe qui vous a aidée à comprendre vos droits ou à accéder aux services publics? Si oui, lesquels?

5) Barreiras e vulnerabilidades

Barreiras e vulnerabilidades

- a) Você sente que a língua é uma barreira para encontrar ou entender informações aqui no Brasil?

Pensez-vous que la langue est un obstacle pour trouver ou comprendre des informations ici au Brésil?

- b) Já teve alguma situação em que recebeu informações erradas ou que não entendeu o que era necessário fazer? Poderia citar alguns exemplos?

Vous est-il déjà arrivé de recevoir des informations incorrectes ou de ne pas comprendre ce qu'il fallait faire? Pourriez-vous donner quelques exemples?

- c) Sente que tem os mesmos direitos de acesso à informação que uma pessoa brasileira?

Avez-vous l'impression d'avoir les mêmes droits d'accès à l'information qu'une personne brésilienne?

- d) Já sentiu que alguma informação importante foi negada ou difícil de entender por não ser brasileira?

Avez-vous déjà eu l'impression qu'une information importante vous a été refusée ou difficile à comprendre parce que vous n'êtes pas brésilienne?

- e) Em alguma situação você precisou de uma informação e não conseguiu por conta de dificuldade com o idioma ou com o sistema?

Avez-vous déjà eu besoin d'une information que vous n'avez pas pu obtenir à cause de difficultés avec la langue ou avec le système?

- f) Quando precisa resolver algo (como ir ao médico, regularizar documentos ou acessar um serviço), onde você busca informação?

Lorsque vous devez résoudre quelque chose (comme aller chez le médecin, régulariser vos documents ou accéder à un service), où cherchez-vous l'information?

- g) Já deixou de buscar alguma informação porque achou difícil ou teve medo de não entender?

Avez-vous déjà renoncé à chercher une information parce que vous pensiez que ce serait trop difficile ou que vous aviez peur de ne pas comprendre?

- h) Quando encontra uma informação, você sente que consegue entender bem o que está sendo dito?

Lorsque vous trouvez une information, avez-vous l'impression de bien comprendre ce qui est dit?

- i) Já aconteceu de receber uma informação errada ou confusa que te prejudicou?
Vous est-il déjà arrivé de recevoir une information erronée ou confuse qui vous a causé du tort?

- j) Você costuma usar o celular ou a internet para procurar informações?

Consegue entender os sites e aplicativos?

Utilisez-vous généralement votre téléphone ou Internet pour chercher des informations? Comprenez-vous bien les sites et les applications?

- k) Sua renda financeira é suficiente para suprir suas necessidades?

Vos revenus sont-ils suffisants pour couvrir vos besoins essentiels?

6) Redes de apoio e instituições

- a) Alguém ou alguma instituição te ajudou no processo de adaptação? (ONGs, igreja, escola, Cáritas, CRAS, etc.). Comente mais sobre isso.

Une personne ou une institution vous a-t-elle aidée dans votre processus d'adaptation? (ONG, église, école, Caritas, CRAS, etc.) Pourriez-vous en parler davantage?

- b) As pessoas dos serviços públicos geralmente explicam bem as informações?

Você se sente acolhida ou ouvida?

Les agents des services publics expliquent-ils généralement bien les informations? Vous sentez-vous écoutée et accueillie?

- c) Você recebe ou já recebeu algum benefício do governo?

Les agents des services publics expliquent-ils généralement bien les informations?

Vous sentez-vous écoutée et accueillie?

7) Percepções sobre a própria autonomia

Perceptions de votre autonomie

Você sente que consegue resolver as coisas sozinha hoje em dia? (documentos, consultas, compras, estudos, etc.) O que ainda falta para que você se sinta mais segura ou informada no Brasil?

Avez-vous aujourd'hui le sentiment de pouvoir résoudre les choses par vous-même? (documents, rendez-vous médicaux, achats, études, etc.) Que vous manque-t-il encore pour vous sentir plus en sécurité ou mieux informée au Brésil?

8) Tem algo mais que gostaria de compartilhar sobre sua experiência como

mulher migrante no Brasil?

Y a-t-il autre chose que vous aimeriez partager sur votre expérience en tant que femme migrante au Brésil?

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO

- 1) Há quanto tempo você trabalha na instituição Cáritas - Londrina?
- 2) Quais as ações são realizadas especificamente com mulheres e refugiadas migrantes?
- 3) Como essas migrantes conheceram a Cáritas e ficaram sabendo dessas ações?
- 4) Há parceria da Cáritas com o poder público? Se sim, quais são as ações para as mulheres migrantes decorrentes ou subsidiadas por essa parceria?
- 5) Através das ações realizadas pela Cáritas vocês conseguem dimensionar quais são as principais necessidades e dificuldades desses imigrantes?
- 6) Quantas migrantes mulheres são atendidas pela instituição? Quantas delas são haitianas?
- 7) Há atendimentos específicos para mulheres?
- 8) Quanto às migrantes atendidas, quantas possuem o status de refúgio?
- 9) Ao chegarem no Brasil, geralmente essas mulheres recebem qual status migratório?
- 10) As ações e projetos são anunciados através de quais canais de informação?
- 11) Há outras informações que você gostaria de complementar?

APÊNDICE D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (**Formulário**)

Prezada Senhora:

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa **Vulnerabilidade em informação e competência em informação em contexto de migração feminina: mulheres haitianas no Norte do Paraná** a ser realizada na Instituição Cáritas Londrina/PR - Escola de português para migrantes.

Os **objetivos da pesquisa** consistem em: analisar os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados por mulheres haitianas migrantes residentes em Londrina/PR, com foco na competência em informação como ferramenta de enfrentamento dessas vulnerabilidades; identificar as necessidades informacionais dessas mulheres; compreender os canais formais e informais de busca e acesso à informação; verificar as barreiras informacionais enfrentadas; e analisar as ações da Cáritas Londrina voltadas à promoção do acesso à informação e da cidadania no contexto migratório feminino.

Sua participação é muito importante e se dará da seguinte forma: **responder a um formulário, que será aplicado nos idiomas: português e em francês. O formulário terá duração aproximada de 20 minutos, sendo aplicado durante as atividades da Escola de Português para Migrantes. A pesquisadora fará a leitura e explicação das perguntas, registrando as respostas diretamente no instrumento, de modo que você não precisará escrever.**

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerada por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados consistem na identificação das necessidades informacionais e das dificuldades que imigrantes e refugiadas haitianas podem possuir no momento de buscar, utilizar e lidar com as informações.

Quanto aos riscos, estamos conscientes e de acordo com a resolução 466/2012 e a complementar 510/2016, de que a pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados.

A pesquisa apresentada pode provocar alguns desconfortos ou riscos. Os riscos,

podem consistir em desconforto ao responder determinadas perguntas ou em cansaço durante as respostas às perguntas do formulário.

Para mitigar esses riscos, vocês serão previamente informadas sobre os temas a serem abordados e terão liberdade para recusar-se a responder qualquer questão que lhes cause desconforto. O formulário foi elaborado com linguagem acessível e respeitosa. Será garantido o anonimato e a confidencialidade das suas respostas, com armazenamento seguro das informações pelo prazo de cinco anos.

Os benefícios esperados superam os riscos mínimos. Desta forma, a pesquisadora compromete-se em tomar providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar desconfortos ou riscos e, caso ocorram, providenciará o necessário para o seu atendimento e estarei à disposição para ser contatada por e-mail e telefone, conforme seguem: **Victoria Venancio da Silva, Rua:**

e pelo e-mail: _____ ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone (43) 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

(**NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA**), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

Data: _____

Londrina, ____ de _____ de 2025.

Victoria Venancio
RG:

ANNEXE D

Formulaire de consentement éclairé (**formulaire**)

Chère madame:

Nous aimerions vous inviter à participer à la recherche **Vulnérabilité informationnelle et compétence informationnelle dans le contexte de la migration féminine : femmes haïtiennes dans le nord du Paraná**, qui sera réalisée à l'Institution Cáritas Londrina/PR - École portugaise pour migrants.

Les **objectifs de la recherche** sont les suivants : analyser les aspects de la vulnérabilité sociale et informationnelle vécus par les femmes migrantes haïtiennes vivant à Londrina/PR, en se concentrant sur l'alphabétisation informationnelle comme outil pour répondre à ces vulnérabilités ; identifier les besoins informationnels de ces femmes ; comprendre les canaux formels et informels de recherche et d'accès à l'information ; vérifier les barrières informationnelles rencontrées ; et analyser les actions de Cáritas Londrina visant à promouvoir l'accès à l'information et à la citoyenneté dans le contexte migratoire féminin.

Votre participation est essentielle et consistera à **remplir un formulaire, administré en portugais et en français. Ce formulaire prendra environ 20 minutes à remplir et sera administré pendant les activités de l'École portugaise pour migrants. Le chercheur lira et expliquera les questions, puis enregistrera vos réponses directement sur l'instrument, vous évitant ainsi de les écrire.**

Nous précisons que votre participation est entièrement volontaire et que vous pouvez refuser de participer ou même vous retirer à tout moment, sans frais ni préjudice. Nous précisons également que vos informations seront utilisées uniquement aux fins de cette recherche et seront traitées avec la plus grande confidentialité afin de protéger votre identité.

Nous précisons également que vous ne paierez ni ne recevrez de rémunération pour votre participation . Nous garantissons cependant que tous les frais liés à la recherche seront remboursés, à leur échéance et découlant spécifiquement de votre participation.

Les bénéfices attendus consistent à identifier les besoins informationnels et les difficultés auxquels sont confrontés les immigrants et réfugiés haïtiens. peuvent survenir lors de la recherche, de l'utilisation et du traitement des informations.

En ce qui concerne les risques, nous sommes conscients et en accord avec la résolution 466/2012 et la résolution complémentaire 510/2016, que la recherche sur les êtres humains comporte des risques de types et de degrés divers.

Le sondage présenté peut entraîner un certain inconfort ou des risques, notamment une gêne lors de la réponse à certaines questions ou une fatigue en répondant aux

questions du formulaire.

Afin de limiter ces risques, vous serez informé à l'avance des sujets abordés et serez libre de refuser de répondre à toute question qui vous gênerait. Le formulaire est rédigé dans un langage accessible et respectueux. Vos réponses resteront anonymes et confidentielles, et vos informations seront conservées en toute sécurité pendant cinq ans.

Les bénéfices attendus l'emportent sur les risques minimes. Par conséquent, le chercheur s'engage à prendre des mesures et précautions pour éviter et/ou réduire les effets indésirables et les affections susceptibles de provoquer une gêne ou des risques et, le cas échéant, à organiser les soins nécessaires. Je reste joignable par courriel et par téléphone aux coordonnées suivantes: **Victoria Venancio da Silva, Rua:**

et **courriel:**

, ou contacter le Comité d'éthique pour la recherche impliquant des sujets humains de l'Université d'État de Londrina, situé à côté du LABESC – Laboratório Escola, sur le campus universitaire, téléphone (43) 3371-5455, courriel: cep268@uel.br.

(**NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA**), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

Data: _____

Londrina, ____ de _____ de 2025.

Victoria Venancio

ID:

APÊNDICE E

Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (Entrevista)*

Prezada Senhora:

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa **Vulnerabilidade em informação e competência em informação em contexto de migração feminina: mulheres haitianas no Norte do Paraná** a ser realizada na Instituição Cáritas Londrina/PR.

Os **objetivos da pesquisa** consistem em: analisar os aspectos de vulnerabilidade social e informacional vivenciados mulheres haitianas migrantes residentes em Londrina/PR, com foco na competência em informação como ferramenta de enfrentamento dessas vulnerabilidades; identificar as necessidades informacionais dessas mulheres; compreender os canais formais e informais de busca e acesso à informação; verificar as barreiras informacionais enfrentadas; e analisar as ações da Cáritas Londrina voltadas à promoção do acesso à informação e da cidadania no contexto migratório feminino.

Sua participação é muito importante e se dará da seguinte forma: **responder a uma entrevista semiestruturada, com duração aproximada de 1 (uma) hora, a ser realizada em local reservado da Cáritas. A entrevista será gravada em áudio, mediante sua autorização, e posteriormente transcrita apenas para fins de análise científica.**

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade e ocultação de dados pessoais.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerada por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Todos os registros da entrevista serão armazenados e protegidos sob responsabilidade da pesquisadora, pelo prazo de cinco anos.

Os benefícios esperados consistem na identificação das necessidades informacionais e das dificuldades que imigrantes e refugiadas haitianas podem possuir no momento de buscar, utilizar e lidar com a informação.

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

Quanto aos riscos, estamos conscientes e de acordo com a resolução 466/2012 e a complementar 510/2016, de que a pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Os riscos podem consistir em eventual desconforto ao responder determinadas perguntas. Esses riscos serão mitigados pela liberdade de não responder a qualquer questão que gere incômodo e pela possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Os benefícios esperados superam os riscos mínimos. Desta forma, a pesquisadora compromete-se em tomar providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar desconfortos ou riscos e, caso ocorram, providenciarei o necessário para o seu atendimento e estou à disposição para ser contatada por e-mail e telefone, conforme seguem: **Victoria Venancio da Silva, Rua:**

e pelo e-mail: _____ ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone (43) 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

_____ (NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima. Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____ Data: _____

Londrina, ____ de _____ de 2025.

Victoria Venancio
RG: